

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

André Dalben

**EDUCAÇÃO DO CORPO E VIDA
AO AR LIVRE: natureza e
educação física em São Paulo
(1930 – 1945)**

Campinas
2009

André Dalben

**EDUCAÇÃO DO CORPO E VIDA
AO AR LIVRE: natureza e
educação física em São Paulo
(1930 – 1945)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Lúcia Soares

Campinas
2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
PELA BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

D15e	Dalben, André. Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945) / André Dalben. - Campinas, SP: [s.n], 2009. Orientador: Carmen Lúcia Soares. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. 1. Corpo. 2. Natureza. 3. Colônia de férias. 4. Parques infantis. 5. Escolas ao ar livre. I. Soares, Carmen Lúcia. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título. <p style="text-align: right;">(asm/fe)</p>
------	---

Título em inglês: Body education and open-air life: nature and physical education in São Paulo (1930 – 1950).

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Body, Nature, Summer Camps, Playgrounds, Outdoor Schools.

Área de Concentração: Educação Física e Sociedade.

Titulação: Mestrado em Educação Física.

Banca Examinadora: Carmen Lúcia Soares. Heloísa Helena Pimenta Rocha. Maria Cristina Rosa. Sílvia Cristina Franco Amaral. Helena Altmann.

Data da defesa: 18/03/2009.

André Dalben

**EDUCAÇÃO DO CORPO E VIDA AO AR LIVRE:
natureza e educação física em São Paulo (1930 –
1945).**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por André Dalben e aprovada pela Comissão julgadora em: 18/03/2009.

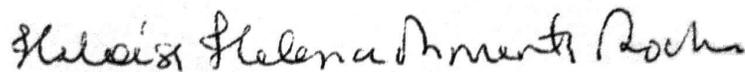


Profa. Dra. Carmen Lúcia Soares
Orientadora

Campinas
2009

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Carmen Lúcia Soares
Orientadora



Profa. Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha



Profa. Dra. Sílvia Cristina Franco Amaral

Agradecimentos

À Carmen Lúcia Soares;

Às professoras Heloísa Helena Pimenta Rocha, Silvia Cristina Franco Amaral, Maria Cristina Rosa, Helena Altmann, Heloísa Helena Baldy dos Reis;

Ao grupo de pesquisa, Katia Danailof, Carlos Rogério Ladislau, Rodrigo Braga do Couto Rosa, Vinícius Demarchi Silva Terra, Sandra Aparecida Siqueira, Fernanda Theodoro Roveri, Evelise Amgarten Quitzau, Leonardo Tavares Martins, Luciana Bicalho da Cunha, Marcelo Moraes e Silva;

Aos meus pais, Odete Moretti Dalben e Sérgio José Dalben;

Aos meus irmãos, Sérgio Jesus Dalben e Evandro Luís Dalben;

À amiga Sandra Maria Dal Bosco;

Ao apoio de Pedro Struchi;

Àqueles que me ajudaram ao indicar algumas das instituições para o processo de levantamento de fontes: Andréa Moreno, Alberto Murray Neto, Jaime Rodrigues, Joca Oeiras, José Roberto Gnecco;

Aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Educação Física da Unicamp: Dulce Inês Leocádio dos Santos Augusto, Andréia da Silva Manzato, Luiz Gonzaga de Oliveira, Helena Aparecida Gonçalves, Geraldo da Silva Marcicano Filho, Marli da Silva Zanca;

Às Funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp: Mariângela Cristina Padovani Bartier, Maria Aparecida Moraes, Maria Auxiliadora Mariano, Simone Malfatti Ganade Ide.

À FAPESP pelo financiamento da pesquisa.

DALBEN, André. **Educação do corpo e vida ao ar livre**: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945). 2009. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

RESUMO

A pesquisa procurou compreender e discutir os diferentes imaginários médicos, do início do século XX, em relação à natureza brasileira, assim como, as distinções feitas entre o ambiente urbano e o rural. A partir, principalmente, das relações emersas entre os movimentos sanitarista, higienista, eugenista e a Educação Física, observou-se a consolidação, no Brasil, de um imaginário que concebia a natureza como ambiente ideal, tanto para a cura e a prevenção de doenças, quanto para o fortalecimento e a educação do corpo, por meio de exercícios físicos como a ginástica, o esporte, os jogos e práticas terapêuticas como a helioterapia, a hidroterapia e a climatoterapia. Seguindo os caminhos de tal concepção de natureza, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, órgão subordinado a Secretaria da Educação e Saúde Pública, sobressai-se, uma vez que foi responsável, já na década de 1930, por importantes intervenções junto a duas instituições extra-escolares que mantinham proximidade com o imaginário da natureza curativa e educativa: os Parques Infantis e as Colônias de Férias. Quanto à instituição escolar, foi o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo responsável por criar e dirigir a Escola de Aplicação ao Ar Livre Dom Pedro II, a qual se conformou como uma instituição de ensino experimental localizada no interior de um parque público e que manteve como objetos centrais de sua pedagogia a Educação Física e a natureza.

Palavras-chaves: História da educação física; Natureza; Colônias de férias; Parques infantis; Escolas ao ar livre.

DALBEN, André. **Body education and open-air life: nature and physical education in São Paulo (1930 – 1945)**. 2009. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ABSTRACT

The research has sought after comprehending and discussing about the different medical imaginaries, from the beginning of the 20th century, in respect to Brazilian nature, as well as the distinctions drawn between the urban and the rural environment. Mainly from the emerged relations between the sanitary, hygienist, eugenist movements and the physical education, the consolidation in Brazil of an imaginary which conceived nature as an ideal environment was observed, for healing and disease prevention, as much as the strengthening and the education of the body, through physical exercises such as gymnastics, sports, games and therapeutic practices as heliotherapy, hydrotherapy and climotherapy. Following the ways of such a conception of the nature, the Department of Physical Education of São Paulo State, an organ under the Secretariat for Education and Public Health, stands out, once it was responsible, in the 1930s, for important interventions with two extracurricular institutions which kept nearness to the imaginary of healing and educational nature: the playgrounds and the summer camps. As for the school institution, it was the Department of Physical Education of São Paulo State responsible for creating and running the D. Pedro II School of Outdoors Application, which configured itself as an institution of experimental education located inside a public park and that kept nature and physical education as central objects of its pedagogy.

Keywords: Physical education history; Nature; Summer camps; Playgrounds; Outdoor schools

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - “Parque Dom Pedro II. Brás, 1937.” FERNANDES JUNIOR, Rubens; LIMA, Michael Robert Alves de; VALADARES, Paulo. *B. J. Duarte: caçador de imagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p.39..... 70
- Figura 2** - “Parque Dom Pedro II. Brás, 1937.” FERNANDES JUNIOR, Rubens; LIMA, Michael Robert Alves de; VALADARES, Paulo. *B. J. Duarte: caçador de imagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p.40..... 70
- Figura 3** - "Uma impressionante paisagem, cheia de lendas..." FERRAZ, Mario de Sampaio. *Campos do Jordão*. 3.ed. São Paulo: Directoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio. 1940, p.28. (Foto de Bruno Bernardi)..... 79
- Figura 4** - “Pedra do Baú – Outro aspecto da maravilhosa cordilheira”. FERRAZ, Mario de Sampaio. *Campos do Jordão*. 3.ed. São Paulo: Directoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio. 1940, p.31. (foto do Dr. J. Laraya)..... 80
- Figura 5** - “Um trecho de Capivary”. FERRAZ, Mario de Sampaio. *Campos do Jordão*. 3.ed. São Paulo: Directoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio. 1940, p.67..... 82
- Figura 6** - “Sanatório Santa Clara – Fundado para filhos de tuberculosos pobres – Campos do Jordão”. FERRAZ, Mario de Sampaio. *Campos do Jordão*. 3.ed. São Paulo: Directoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio. 1940, p.92..... 86
- Figura 7** - “Passeio matinal. Colônia Serra da Mantiqueira - Campos do Jordão - São Paulo.” REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, v.2, n. 13, p.10, Rio de Janeiro, jan. 1945..... 87
- Figura 8** - “Passeio na serra - Colônia infantil de Campos do Jordão.” REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, v.2, n. 13, p. 32, Rio de Janeiro, jan. 1945..... 88

- Figura 9** - “Turma feminina. Colônia de Férias de Campos do Jordão”. Coleção Otilia Foster. Centro de Memória da Unicamp..... 88
- Figura 10** - “Divisão do corpo em zonas, segundo Rollier”. BRANCO, Pacifico Castello. Técnica dos banhos de sol. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 31, jun. 1933..... 91
- Figura 11**- “A ‘fila do leite’ na hora da ordenha, em Pindamonhangaba”. BOLETIM da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. v.1, n.1, p.8. São Paulo, ago. 1951..... 96
- Figura 12**- “Jogos recreativos ao ar livre em Pindamonhangaba”. BOLETIM da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. v.1, n.1, p.7. São Paulo, ago. 1951..... 96
- Figura 13**- Tela de Benedito Calixto, 1902. Praia José Menino, Ilha Urubuqueçaba e Ilha Porchat ao fundo. Reprodução do site virtual: <http://www.novomilenio.inf.br/> Acessado em 18/02/2009..... 101
- Figura 14**- "A praia do Consulado em 1889. O casebre visto sobre a ponte era a mesa de Rendas. Atualmente neste trecho encontra-se o grande edifício da Western Telegraph Co., à beira do cais de Santos". ALVARO, Guilherme. *A campanha sanitária de Santos: Suas causas e seus efeitos*. São Paulo: Serviço Sanitário do Estado de São Paulo/Casa Duprat, 1919..... 102
- Figura 15**- Praia de Santos na década de 1930. Autor desconhecido. <http://www.novomilenio.inf.br/santos>. Acessado em 18/02/09..... 104
- Figura 16**- Banhistas na praia do Gonzaga, havendo, ao fundo, os locadores de roupa de banho Guanabara e Boreal, o Hotel Familiar Gonzaga e as pensões Oriente e Belmar, 1929. Foto cedida por Ory O. Cellio ao site virtual <http://www.novomilenio.inf.br/santos>. Acessado em 18/02/09..... 105
- Figura 17**- “Indo a Santos, vá ao Miramar ainda mesmo que chova”. Acervo José Carlos Silves / Santos Ontem. <http://www.novomilenio.inf.br/santos>. Acessado em 18/02/09..... 106
- Figura 18**- Dormitório da Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião. MARINHO, Inezil Penna. As colônias infantis no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 42, p. 23, set. 1947..... 108

- Figura 19-** Refeitório da Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião, no qual se vê na parte superior da imagem o globo espelhado do antigo Cassino Recreio Miramar. MARINHO, Inezil Penna. As colônias infantis no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 42, p. 22, set. 1947..... 108
- Figura 20-** “Santos. Theatro e Cassino Miramar”Cartão Postal, 193?. Foto cedida por Ory O. Cellio ao site virtual <http://www.novomilenio.inf.br/santos>. Acessado em 18/02/09..... 111
- Figura 21-** “Repouso – Colônia Infantil de Santos”. REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, Rio de Janeiro, v.2, n. 13, p.35, jan. 1945..... 114
- Figura 22-** Turma feminina da Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião. Professora Oflia Foster à esquerda da imagem. Coleção Oflia Foster. Centro de Memória da Unicamp..... 115
- Figura 23-** Passeio na Ponte Pênsil de São Vicente. MARINHO, Inezil Penna. As colônias infantis no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 42, p. 22, set. 1947..... 116
- Figura 24-** “Colônia Marítima 'Álvaro Guião’”. A ORGANIZAÇÃO da educação física no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 7, mai. 1944..... 118
- Figura 25-** “Aula de ginástica na praia do Boqueirão em Santos”. BOLETIM da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. v.1, n.1, p.6. São Paulo, ago. 1951..... 118
- Figura 26-** ”A sessão de educação física antes do banho de mar”. A COLÔNIA marítima infantil: ‘Alvaro Guião’”. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 30, p. 18, set. 1946..... 119
- Figura 27-** Sessão de educação física, objetivando o desenvolvimento do senso estético. A COLONIA marítima infantil: "Alvaro Guião".*Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 30, p. 19, set. 1946..... 119
- Figura 28-** “Colônia Marítima 'Álvaro Guião' - Santos, Estado de São Paulo”. REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.31, fev. 1944..... 121
- Figura 29-** Recinto de exposições do Parque da Indústria Animal, no bairro Água

- Branca, em São Paulo. Site virtual <http://www.parqueaguabranca.sp.gov.br>
Visitado em 18/02/2009..... 141
- Figura 30-** ABADE, Idílio Alcântara. A escola superior de educação física de São Paulo e sua escola de aplicação ao ar livre. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 48, p. 25, set. 1941..... 143
- Figura 31-** “Escola de Aplicação ao Ar Livre do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo”. *REVISTA BRASILEIRA de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 2, n.13, p. 27, jan. 1945..... 144
- Figura 32-** Caderno de estudo do aluno Antonio Mendes de Almeida Jr. 1952. Arquivo pessoal de Joaquim Mendes de Almeida, Oeiras/PI..... 148
- Figura 33-** ABADE, Idílio Alcântara. A escola superior de educação física de São Paulo e sua escola de aplicação ao ar livre. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 48, p. 26, set. 1941..... 149
- Figura 34-** “Escola de Aplicação ao Ar Livre do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo - Sessão de Educação Física”. *REVISTA BRASILEIRA de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 29, p. 4-5, jul./ago. 1946..... 150
- Figura 35-** A ESCOLA de aplicação ao ar livre do departamento de educação física do estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, p. 27, jan. 1947..... 150
- Figura36-** “Escola da Rua Poullétier em Paris”. *L’ ÉDUCACION Physique*. Paris, p.94, dez. 1926..... 152
- Figura 37-** “Escola em Albi”. *L’ ÉDUCACION Physique*. Paris, p.224, jul.. 1928..... 152
- Figura 38-** “Escola de Montcel“. *L’ ÉDUCACION Physique*. Paris, p.208, abr. 1927. 153
- Figura 39-** Fotos do Grupo Escolar Experimental, antiga Escola de Aplicação ao Ar Livre, 1959. Fotos cedidas pelo ex-aluno, Dr. Daniel David, ao site: http://eedredmundodecarvalho.vilabol.uol.com.br/Page_14x.htm Visitado em 18/02/2009..... 157

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APEF-SP	Associação dos Professores de Educação Física do Estado de São Paulo.
DEF-SP	Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.
ESEF-SP	Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo.
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército

SUMÁRIO

Apresentação	21
Capítulo I: O Medo Urbano	25
Capítulo II: As Naturezas Brasileiras	33
Capítulo III: O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo	49
Capítulo IV: Os Parques Infantis	63
Capítulo V: Colônias de Férias, Preventórios e Sanatórios	71
Capítulo VI: A Montanha: Campos do Jordão	75
Capítulo VII: Na Colônia de Férias de Campos do Jordão	87
Capítulo VIII: A Praia: Santos	101
Capítulo IX: Na Colônia de Férias de Santos	111
Capítulo X: O Esporte, a Natureza e o Corpo	121
Capítulo XI: Escolas ao Ar Livre	133
Ainda uma pequena reflexão	159
Referências	161

Apresentação

Esta pesquisa tem como tema central as diferentes práticas corporais associadas à natureza, vigentes, principalmente, nas décadas de 1930 e 1940 no Estado de São Paulo. A partir das ações do Departamento de Educação Física¹, órgão subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, procurou-se identificar as instituições organizadas ou geridas por esse órgão oficial do Estado, que apresentassem em suas propostas um imaginário que reconhecia na natureza o melhor local para a educação e a saúde do corpo infantil a saber: os parques infantis, as colônias de férias e as escolas ao ar livre.

No primeiro capítulo dessa dissertação veremos a consolidação do discurso médico que versava a respeito da “cidade patogênica”, a qual era considerada como a principal responsável pelas epidemias que assolavam os centros urbanos brasileiros no início do século XX, em destaque a cidade de São Paulo. Reconhecido como local propício às aglomerações e imundices, seria o ambiente urbano, o qual também causava medos e angústias em seus moradores por seu acelerado crescimento, responsável por incentivar a população a procurar, por meio de viagens ocasionais, o ambiente da natureza.

No segundo capítulo conheceremos outro discurso em relação à natureza brasileira. Natureza rude e áspera, considerada como responsável pelas enfermidades e pelas más condições de vida nas quais vivia o sertanejo brasileiro. Consolidam-se, assim, duas formas discursivas em relação à natureza brasileira, todavia não de maneira oposta, uma vez que ambas estavam atreladas ao movimento sanitarista. Se a natureza brasileira podia ser fonte de intempéries e mazelas, ela também podia ser reconhecida, no início do século XX, como elemento genuinamente nacional, local da cura e prevenção de doenças.

Com o terceiro capítulo emerge o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, sua criação e suas diversas reestruturações administrativas. Observaremos sua trajetória, iniciada em 1931, até a data de 1939 quando se consolida como parte integrante da Secretaria da Educação e Saúde Pública e cria sua própria escola ao ar livre. A partir dessa data

¹ Atualmente, após diversas alterações, fusões, desvinculações, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo é reconhecido como Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo.

também se inicia a instalação de suas colônias de férias em cidades como Campos do Jordão, Santos, Limeira e Pindamonhangaba, assim como se intensifica sua intervenção nos parques infantis municipais.

Tal capítulo toma central importância no enredo construído por essa dissertação uma vez que será principalmente por meio dos caminhos percorridos pelo Departamento de Educação Física que conheceremos o imaginário que relacionava o exercício físico na natureza, o qual teve, no caso paulista, como maiores representantes os parques infantis, as colônias de férias e a Escola de Aplicação ao Ar Livre.

Por meio dos discursos que corroboravam a construção dos parques infantis, adentramos no quarto capítulo. Tidos como ambientes que suprimiriam adequadamente o espaço da rua, local de corrupção moral no qual as crianças se divertiam sem que houvesse um acompanhamento profissional, os parques infantis consolidavam-se como uma medida higiênica que, ao preencher o tempo não escolar e de trabalho das crianças, proporcionariam um local específico para as intervenções médico-educativas. Projetados principalmente na década de 1930, os parques infantis organizavam e construía, na cidade, um espaço no qual os elementos da natureza seriam cientificamente readequados com o objetivo de intensificar seus efeitos curativos e preventivos sob os corpos infantis.

Partindo para o segundo estabelecimento de análise dessa pesquisa encontraremos, no quinto capítulo, as colônias de férias, com suas diferentes classificações e influências. Construídas desde o início do século XX, em conjunto com os sanatórios e preventórios, as colônias de férias faziam parte de uma estrutura médico-assistencialista que objetivava, em grande parte, isolar a população em geral daqueles acometidos por doenças infecto-contagiosas como, por exemplo, a tuberculose.

Por estarem, as colônias de férias, localizadas principalmente nas montanhas, no campo e no litoral, iniciaremos com o capítulo seis uma viagem, por meio dos relatos de médicos como Dr. Theodoro Sampaio, à região de altitude de Campos do Jordão, na Serra da Mantiqueira, na qual conheceremos os imaginários referentes à montanha. Nesse capítulo encontraremos nomes como os dos Drs. Emílio Ribas e Victor Godino, que pretenderam instalar, em 1920, uma vila para o tratamento dos tuberculosos na então apelidada “Suíça brasileira”. Com os dados descritos pelo sociólogo Oracy Nogueira, serão apresentados ao leitor os programas médicos prescritos aos pacientes dos sanatórios e instituições congêneres lá instaladas,

abrindo para o capítulo sete, no qual será abordada a colônia de férias de altitude criada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

A partir dessa instituição será o método terapêutico da helioterapia tratado, por meio, principalmente, dos estudos do médico suíço Auguste Rollier. Dando seqüência ao sétimo capítulo, pensaremos a organização que o Estado propôs às colônias de férias, as quais, em sua maioria, foram primeiramente criadas por iniciativas particulares e filantrópicas.

Com o oitavo capítulo nossa incursão avançará para o litoral da cidade de Santos. O ambiente da praia como local propício para os divertimentos nos abre para novas discussões e ao encontrarmos o Cassino Recreio Miramar, por meio do cronista Menotti Del Picchia, conheceremos uma particular forma de educação do corpo infantil, a qual seria mais tarde substituída pela educação física da Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião, criada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo no mesmo edifício do antigo cassino.

No nono capítulo, ao descrever o funcionamento da Colônia Marítima Álvaro Guião, entraremos em contato com a rotina proposta por essa instituição para os dias de permanência das crianças selecionadas em diferentes grupos escolares do Estado de São Paulo. Ao dar os exemplos concretos de como deveriam ser os seus hábitos cotidianos, as colônias de férias do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo ofereciam às crianças, por quinze dias, uma imersão em uma vida higiênica. Práticas como a ginástica, os jogos e o esporte se destacavam na rotina proposta, afirmando o esporte como uma medida eugênica e higiênica característica dessas instituições, tema esse abordado no capítulo dez.

O último capítulo está reservado para as escolas ao ar livre. Seguindo os modelos destas instituições criadas na Europa, Estados Unidos e diferentes países da América do Sul, assumirá como objeto central a Escola de Aplicação ao Ar Livre Dom Pedro II, criada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

Capítulo I

O Medo Urbano

Durante o último terço do século XIX e primeiras décadas do século XX, observou-se, no Brasil, um grande crescimento populacional de suas principais capitais. A cidade de São Paulo, por exemplo, que no ano de 1872 registrava o número de 31.000 habitantes, passou em 1900 para a marca de 239.000, chegando em 1922, quando já se consolidava como importante pólo industrial do país, a 579.000 pessoas e atingindo, em 1940, o total de 1.326.291 moradores.

A cidade, cada vez mais inflada, começava a abandonar sua arquitetura de linhas coloniais para se modernizar e industrializar. A República recém proclamada necessitava de novos ares - demolia-se o passado em nome dos símbolos do progresso e da civilização. A arquitetura eclética substituía parte dos casarões coloniais. Bondes e carros invadiam as ruas, o ritmo da vida urbana era embalado pelo apito da fábrica, o tempo, marcado pelo relógio, e a ciência orientava os espíritos. Seu crescimento ocorria de modo acelerado incitando os sonhos e as emoções de muitas pessoas.

Heloísa Helena Pimenta Rocha ao estudar as transformações urbanas de São Paulo, por meio de relatos de memorialistas, define os sentimentos emergidos na população da seguinte maneira: “Entusiasmo, fascínio, pessimismo, desconfiança e medo mesclam-se nas representações produzidas nesse momento em que, perplexos, os homens assistem às transformações que fazem nascer uma nova e estranha cidade.” (ROCHA, 2003, p.24). Pode-se dizer que os conflitos suscitados pelo crescimento urbano “por sentimentais que sejam, [...] refletem o desconforto gerado pelo progresso da civilização humana; e uma relutância a aceitar a realidade humana e industrial que caracteriza a vida moderna.” (THOMAS, 1996, p.302).

O medo, a angústia, a desconfiança e o pessimismo assumem grande força no imaginário social referente ao ambiente urbano e, por conseqüência, acabam por encontrar na natureza uma representação oposta àquela da cidade febril e fabril. O ritmo constante e regrado, atribuído à natureza, fazem dela um lugar que acalma a excitação produzida pela vida urbana

moderna. As diversas viagens à montanha, à praia e ao campo eram motivadas, pelo pretexto do afastamento da metrópole inebriante, geradora do esgotamento nervoso.

O medo urbano, no entanto, não se caracterizava unicamente pelo temor da excitação experimentada pela vida na cidade moderna. Ele era também, e principalmente, consequência de um temor pela degenerescência da espécie humana, supostamente causada pelas aglomerações, pelas epidemias, como a tuberculose, e pelos hábitos considerados como anti-higiênicos, como a frequência a bares, cabarés e, sobretudo, o consumo de álcool.

Um medo alarmado, principalmente, pelo discurso eugenista, que ao associar os problemas sanitários e as más condições higiênicas vividas pela população mais pobre às teorias hereditárias instituiu como um perigo iminente, o próprio corpo do pobre e seus modos de viver. Como profilaxia duas formas de atuação eram concebidas no sentido de controlar o avanço de tais temores, uma sobre a cidade, através de seu saneamento e da reordenação de seus espaços, e outra agindo diretamente sobre o corpo de seus habitantes.

A ação sobre a cidade se dava com o objetivo de saneá-la, de abrir caminhos adequados para a circulação do ar e da água, que ao serem constantemente renovados garantiriam o afastamento das doenças. Era necessário “garantir o controle da circulação dos fluidos, do ar e da água, responsáveis pela saúde do organismo. As casas, as ruas, as cidades, as fábricas, as escolas, os hospitais, as prisões deveriam ser bem iluminados, bem ventilados.” (RAGO, 1985, p.168). A atenção médica dirigia-se aos lugares de aglomeração e estagnação, como as prisões, os cemitérios, os matadouros, os cortiços, etc. De acordo com Michel Foucault (2000, p.87):

Nasce o que chamarei medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo também das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos [...] Este medo urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano.

A reestruturação do espaço urbano realizava-se mediante as demolições de cortiços e estalagens, realocação dos cemitérios, matadouros e curtumes fora dos limites urbanos, retificação e canalização dos córregos, rios e ribeirões que levariam as sujeiras para longe da cidade, endireitamento de ruas que passariam a ser projetadas antecipadamente, construção de

avenidas, garantindo a circulação urbana, introdução de áreas verdes, como parques, praças e jardins, entre outras.

A arquitetura das novas construções deveria obedecer aos preceitos higiênicos ditados pelos médicos e engenheiros. A circulação do ar, assim como a iluminação natural eram regras a serem seguidas na elaboração das plantas arquitetônicas dos novos prédios.

Diversos educadores, engenheiros e médicos propuseram soluções arquitetônicas para organizar os edifícios escolares, garantindo a renovação do ar, a iluminação natural e o isolamento dos corpos infantis. Em São Paulo, a obra “Novos Prédios para Grupo Escolar”, editada pela Secretaria da Educação e Saúde Pública, em 1936, aborda diversas questões relacionadas às instalações escolares, como as janelas, a cor das paredes, a localização dos prédios, etc. Outra obra referência nesse assunto foi a escrita pelo médico Balthazar Borges Vieira de Melo, enquanto diretor da Inspeção Médico Escolar do Estado de São Paulo em 1917, “Hygiene Escolar e Pedagogia”.

Unida às ciências como a estatística e a demografia, a medicina contabilizava os problemas do ambiente urbano por meio de estimativas de óbitos, taxas de mortalidade, número de infectados, obtendo dados concretos para o medo que se impunha. Segundo Foucault, “A cidade patogênica deu lugar [...] a toda uma mitologia e a pânico bem reais [...]; ela exigiu, em todo caso, um discurso médico sobre a morbidade urbana e uma vigilância médica de todo um conjunto de disposições, de construções e de instituições.” (FOUCAULT, 2000, p.201).

Mas, para o discurso médico, organizar apenas o espaço físico não era suficiente para afastar os medos urbanos e garantir a vida da população. Era necessária uma intervenção direta sobre os hábitos das pessoas, nos detalhes da vida cotidiana, principalmente das classes mais pobres, tidas como fonte de corrupção moral e física. Como forma de erradicar as mazelas supostamente provocadas pelos modos de vida, principalmente, da classe operária, diversas ações foram implementadas pelo pensamento médico-higienista, encontrando no ambiente escolar o lugar mais adequado para ensinar preceitos e hábitos higiênicos aos futuros cidadãos.

Era necessário formar corpos saudáveis e fortes para a consolidação de uma sociedade moralmente limpa e socialmente produtiva. O medo de uma decadência progressiva dos costumes e da própria espécie humana, resultado do urbano não saneado e de um modo de

viver não regrado, era o principal motor para as intervenções realizadas tanto no ambiente escolar, quanto no não escolar.

De fato era exatamente pelo medo que se dava o controle e a atuação do Estado nesse momento. Era o sentimento de medo, de insegurança e a angustia frente à cidade que mobilizava as consciências, criando perigos iminentes e justificando a criação, tanto de associações, ligas e sociedades civis, quanto de departamentos, diretorias e serviços oficiais, com caráter eugenistas, higienistas e/ou sanitaristas. Responsáveis por combater doenças como a tuberculose, por implementar mudanças estruturais nas cidades, organizar um sistema de assistência a infância, gerir o tempo livre dos operários e das crianças, ou seja, por manter a ordem e a saúde da cidade e da população, essas instituições paulatinamente deixavam de ter um caráter civil para se tornarem parte integrante do aparelho estatal.

Segundo Michel Foucault (2008, p.90), “Toda uma educação do perigo, toda uma cultura do perigo aparece de fato no século XIX”. Perigos cotidianos perpetuamente atualizados e alarmados pelas campanhas sanitárias, higienistas e eugenistas; instauração do “medo da degeneração: degeneração do indivíduo, da família, da raça, da espécie humana” (FOUCAULT, 2008, p.89), era por essas vias que o Estado paulatinamente assumia o controle sobre a vida, em um constante jogo de controle/liberdade.

A liberdade dos trabalhadores não pode se tornar um perigo para a empresa e a produção. Os acidentes individuais, tudo o que pode acontecer na vida de alguém, seja a doença, seja esta coisa que chega de todo o modo, que é a velhice, não podem constituir um perigo nem para os indivíduos nem para a sociedade. (FOUCAULT, 2008, p.89)

Mas o controle não seria apenas o contrapeso da liberdade, ele seria o seu princípio motor, pois era para libertar os próprios cidadãos do perigo da morte, da doença e da degeneração que o controle se afirmava. Prometia-se uma liberdade cada vez maior à medida que se aumentava o controle sobre a vida.

A *biopolítica*² instaurava-se à medida que o medo e a insegurança cotidiana aumentavam. O controle se fazia não apenas no espaço urbano e nas horas de trabalho, mas também, se não principalmente, nos tempos livres e nos locais de divertimentos. De fato, a

² O termo *biopolítica*, ou *biopoder*, foi estabelecido por Michel Foucault, para designar as práticas, instituições, saberes e dispositivos organizados pelo Estado de controle sobre a vida. No capítulo 5, “Direito de morte e poder sobre a vida” do livro “História da sexualidade: a vontade de saber”, o autor analisa de modo minucioso tais termos.

moradia, a instituição familiar, assim como o tempo livre, tornaram-se grande fonte de preocupação e de investimento da administração médica. A escola, assim como os espaços extra-escolares, como os parques infantis e as colônias de férias, seriam eleitos como as principais instituições nas quais o trabalho sobre os corpos se efetuará.

A organização do tempo livre, tanto dos operários, quanto das crianças tornava-se uma necessidade. Uma das maneiras encontradas para adequar o tempo dos operários e de suas famílias fora das fábricas aos preceitos higienistas foi, principalmente, por meio de uma intervenção direta nos clubes dos bairros de imigrantes, regulamentando seus espaços e gerindo os divertimentos dessa parcela da população. Quanto às crianças, a criação dos parques infantis viria a ocupar higienicamente o tempo extra-escola, assim como as colônias de férias os períodos de férias escolares. Pode-se mesmo afirmar que os parques Infantis e as colônias de férias configuraram-se como complementos das ações higienistas desenvolvidas nas escolas.

Se a cidade, nesse momento, começa a ser percebida como um organismo³ que necessita de uma reestruturação para se fazer moderna e salutar, a natureza era considerada, muitas vezes, como um refúgio, como local para onde se podia fugir das mazelas urbanas. O medo da cidade incitava a procura pela natureza. De acordo com Keith Thomas (1996, p.300), “o crescente sentimento rural refletia um anseio autêntico que aumentaria constantemente, tanto em volume como em intensidade, com a expansão das cidades e o crescimento da indústria”.

O cenário urbano, desenhado como ameaçador pelo discurso médico acerca das epidemias, aglomerados e imundices, despertava cada vez mais o medo diante da cidade e afugentava a população, induzindo-as a procurar os recônditos dos jardins públicos e as estâncias climáticas e hidrominerais. Diversas viagens em busca dos benefícios salutar da natureza começaram a ser realizadas já no final do século XIX. De acordo com Anne Martin-Fugier (1991, p.32):

No decorrer da segunda metade do século, instaurou-se a noção de ‘férias’ como uma mudança necessária das atividades e do gênero de vida. O descanso e os benefícios da natureza parecem oferecer uma contrapartida ao modo de vida urbano e industrial. [...]

³ A idéia de uma sociedade como organismo vivo, como órgãos, foi desenvolvida por E. DURKHIEM, sobretudo em sua obra “Da divisão do trabalho social”, e foi especialmente esse ideal que conferiu embasamento para que as leis naturais passassem a ser pensadas como as leis sociais, justificando as desigualdades sociais em desigualdades biológicas, naturais. A respeito desse tema ver: LUZ. Madel Terezinha. *Nacional, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Surge, em alternância com o tempo do trabalho, o tempo das férias, isto é, da natureza, das viagens, das diversões. Na sociedade rural e artesanal, o tempo livre tinha seu lugar dentro do quadro de atividades normais. Na sociedade urbana e industrial, ele chega em data marcada para todos, concentrando-se no verão.

No discurso médico, o período das férias⁴ deveria servir como um momento para o restabelecimento das energias, de revigoramento do corpo e, para que tal fato ocorresse, era necessário escolher criteriosamente o ambiente para o qual o viajante se dirigia. No periódico mensal de vulgarização científica “Vida e Saúde”, em sua edição de janeiro de 1943, o médico Mario Totta descrevia as qualidades médicas dos ambientes da montanha e do litoral e terminava por inferir que “antes de fechar as malas e tomar o destino do veraneio, cada qual deve inquirir do seu médico o rumo a seguir.” (TOTTA, 1943, p.4). Apesar de tanto a serra, quanto o mar, serem pelos médicos considerados como propícios destinos para os momentos de descanso, a sua escolha deveria ser feita de acordo com critérios científicos, pois “si a aspiração e a precisão de descansar constituem preciosa defesa da saúde, nem sempre a escolha da estação de férias corresponde ao objetivo visado.” (TOTTA, 1943, p.4). De acordo com essa proposta, ao viajante “o médico é que deve traçar o caminho” (TOTTA, 1943, p.4). Essa mesma constatação, do saber médico como orientador das viagens de férias para o ambiente natural, também foi feita por Manuela Hasse (1999), em Portugal durante a transição do século XIX para o XX.

Seguindo esse pensamento, também as atividades realizadas nesses locais deveriam ser orientadas segundo padrões médicos. Resolvido o problema do ambiente, os exercícios físicos se destacavam, não apenas como mero divertimento, mas principalmente como higiene corporal e mental. Ainda segundo o Dr. Totta (1945, p.11):

Tôdas as estações de verão, no campo, ou na serra, ou nas praias de mar, fazem sempre um grande bem. E êsse benefício – assim o pensamos – não vem apenas do novo ar que se respira, nem da libertação do trabalho, mas da nova vida que se tem, e nessa nova vida entram, como fator preponderante de saúde e alegria, os exercícios corporias.

De fato, as viagens realizadas por diversos grupos escolares, assim como a instalações de colônias de férias em ambientes afastados da cidade, muito se beneficiaram desse ideário que via na natureza um ambiente salutar, uma vez que era considerada um recôndito de pureza. Os exercícios físicos realizados pelas crianças, nos seus períodos de férias nessas

⁴ A respeito das férias, na França, ver: RAUCH, André. *Vacances em France: de 1830 à nous jours*. Paris: HACHETTE Littératures, 2001.

instituições, em conjunto com os elementos naturais como o ar puro e a luz solar, garantiriam a preservação de sua saúde. Mais do que curar os doentes era necessário prevenir que os trabalhadores adocessem, pois além de acarretar uma redução nos lucros das indústrias, a doença também representava um risco para a saúde de toda a população. Nesse sentido, a prevenção começaria já na infância, por meio das instituições escolares e extra-escolares, e teria na *natureza* os melhores recursos para a construção de um corpo forte.

A instalação de colônias de férias na montanha, no campo ou na praia, assim como a construção dos parques infantis, principalmente no início do século XX, configuraram-se como ação, tanto de preencher o tempo livre das crianças, quanto de afastá-las das mazelas urbanas, oferecendo o contato com elementos naturais como a luz solar, o ar puro e a água.

A natureza vista como oposto do ambiente da cidade no Brasil, criou também outras representações no discurso médico. Ao ler os relatórios das viagens realizadas ao interior do Brasil, em 1912, pelos sanitaristas Belisário Penna e Arthur Neiva, assim como as suas diversas obras, duas concepções distintas da natureza brasileira emergem. A primeira de uma natureza fonte de beleza, na qual se encontrariam fundamentadas as raízes genuinamente brasileiras; já a segunda uma natureza rústica, responsável por castigar a vida de quem nela habitava.

Capítulo II

As Naturezas Brasileiras

É possível identificar que Arthur Neiva se aproxima mais de uma vertente que considera a natureza brasileira como origem do patriotismo nacional e fonte de beleza, enquanto Belisário Penna de uma concepção que a considera responsável pelos problemas sanitários das áreas rurais do país. Para Belisário Penna a visão de uma natureza fonte de saúde, dos sertões brasileiros “como pedaços da terra da promessa, onde reinam a fartura, a saúde, e a alegria” (PENNA, 1923, p.26), não seriam nada mais do que “fantasias e devaneios mentirosos de romancistas e poetas.” (PENNA, 1923, p.26). Para ele a natureza dos sertões era mesmo agressiva com seu povo, e o clima o mais favorável para o surgimento de endemias tropicais:

Uma literatura falsa, de poetas, e rhetoricos, creou a lenda de uma Chanaan fantástica, onde o clima é o mais doce do mundo, as terras as mais ricas, e de um typo heróico de sertanejo, forte, feliz, rei do deserto, derrubando touros bravios nos tableiros, rompendo caatingas, afrontando os perigos e as intemperies. A realidade é menos poética e mais triste. Nem o sertanejo é esse espartano épico, nem a terra a de Channan falada. Na maior parte do *hinterland* brasileiro, a natureza é ingrata e áspera. Muitas vezes, a própria exuberância tropical das terras constitue também uma praga. Afora as altiplanuras do centro, do sul e de alguns sertões do norte, o clima quente e humido presta-se magnificamente ás endemias dos trópicos, que nenhum cuidado de hygiene, nenhuma noção de conforto evita ou atenúa nos seus efeitos. (PENNA, 1923, pIII).

Segundo sua visão era necessário sanear o interior o mais rápido possível. Era necessário dominar e organizar a natureza tropical de forma que ela não oferecesse mais risco à saúde dos moradores rurais. Penna julgava extremamente possível habitar o interior do país. A natureza só era áspera como a descrevera por não se ter ainda o seu pleno controle, por não haver a implementação de nenhuma medida sanitária no interior brasileiro.

Preserve-se das doenças, alimente-se convenientemente, dê-se-lhe instrucção, e a producção do seu trabalho igualará á dos mais robustos lavradores europeus. Os nossos caipiras e caboclos que escapam ás endemias nada deixam a desejar quanto ao vigor physico e á resistência aos mais árduos mistéres, auxiliados ainda por intelligencia lúcida e prompta. (PENNA, 1923, p.34).

Penna não atribuía as más condições de vida do sertanejo apenas à natureza áspera do interior do Brasil e ao clima tropical, que ajudava a proliferar as endemias, para ele o povo brasileiro tanto sofria com doenças devido, principalmente, à política nacional que pouco fazia em relação ao saneamento no interior do país. Em toda a sua obra uma crítica bem acentuada à política é formulada, assumindo-a como principal responsável pelas inúmeras doenças que assolavam o interior do Brasil. Para Penna a Proclamação da República por si só não era suficiente para trazer melhorias ao país, visto que em um território de “incultos, vastos e de escassa população, disseminada e heterogênea, como o nosso, era um regime pernicioso e dissolvente.” (PENNA, 1923, p.117). Era necessário primeiro ter uma população sadia e instruída para que os ideais republicanos se tornassem realidade e fossem compreendidos por todos os cidadãos.

Segundo o autor, haveria, contudo, ainda outro motivo histórico que justificaria as más condições de vida do povo brasileiro, a qual seria a libertação da população escrava que se espalhou pelo território brasileiro de forma descontrolada e teria passado a viver de maneira ociosa e hedonista, deixados a própria sorte, sem noções de higiene e saneamento, retornando à uma condição animalesca.

Foram centenas de milhares de indivíduos ignorantes e brancos, que, libertos do jugo, nem sempre humano, dos senhores, se espalharam para todas as direcções, afundando-se legiões delles nas mattas e nos sertões, ás margens de rios e riachões, entregues sem peias ao álcool e ás orgias, sem a mais ligeira noção de hygiene, animalizando-se, voltando quase ao estado selvagem dos seus antepassados, na ancia natural do uso pleno da liberdade, cujas delicias não podiam elles comprehender que só póde desfructar pelo trabalho, pelo esforço methodico, pela cultura do espirito e pela saúde. (PENNA, 1923, p.35)

Para Penna, o retorno a uma vida selvagem faria com que o ser humano se degenerasse ao invés de torná-lo mais puro e justo. O retorno a condição animal era visto como uma brutalidade. Seria a civilização o caminho para a prosperidade, e não o oposto. Suas apostas eram na ciência, no civilizado, e não nos modos de vida rústicos.

De nada adiantariam os exercícios físicos se a população não tivesse saneamento no local que habitava, de nada adiantaria o trabalho braçal comum ao trabalhador rural, se sua saúde não fosse previamente preservada pelas medidas sanitárias. O modo de vida no campo, diferente do que descrevia outros autores, não seria por si só um modo de vida saudável,

era necessário primeiro sanear a natureza tropical na qual viviam os trabalhadores rurais, livrá-los dos parasitas e das verminoses, ensinar-lhes regras de higiene e de alimentação, para só então poderem obter os benefícios advindos dos exercícios físicos realizados na natureza.

Os exercícios físicos, a **gymnastica natural**, taes a natação, o remo, a equitação, a caçada, a pescaria, as longas caminhadas, as corridas, o trabalho braçal, a pega de animaes no campo e nos curraes, a subida e a descida de morros, o galgar arvores, e outros, são banaes entre a nossa gente dos campos, desde os sete annos de idade, sem que nada lhes adiante essa pratica forçada de exercícios, sem que lhe augmente a resistência, a actividade e a capacidade de trabalho, sem que lhes desenvolva o physico, sem que lhes garanta a vitalidade, porque taes esforços são de *efeito negativo* no organismo pouco irrigado, ou irrigado por sangue empobrecido e corrompido pelas verminoses, pela malaria, pela trypanosomiase, pela syphilis, etc., e como consequência, pela deficiência ou vicio da alimentação. (PENNA, 1921, p.44, grifo meu).

Sua suposição era a de que os exercícios realizados por essa população não seriam suficientes para torná-la mais saudável, uma vez que a sua saúde era comprometida pelas endemias e pela má alimentação e não por falta de atividade. Utilizando-se do termo “ginástica natural”, para designar os exercícios físicos comumente realizados pelos habitantes das áreas rurais brasileiras, Belisário Penna se contrapõe aos fundamentos do método criado pelo oficial da marinha francesa Georges Hébert⁵ que, ao visitar no início do século XX, em barcos à vela, territórios como os das Ilhas da Martinica, Colômbia, Venezuela, Uruguai e Brasil, teria voltado a sua atenção para os povos nativos, deslumbrando-se com a beleza e a força de seus corpos. De acordo com os estudos desenvolvidos por Carmen Lúcia Soares (2003, p.25):

Hébert é um tenente da marinha francesa e em suas viagens, em navios à vela, tem a oportunidade de conhecer o mundo no começo do século XX. Sua observação rigorosa e seu olhar atento e curioso repousam sobre os seres humanos que vivem nessas terras distantes, geralmente colônias francesas, e detêm-se sobre a sua morfologia e sua gestualidade. Para ele, esses homens, mulheres e crianças que vê são ‘selvagens’ ou ‘primitivos’, e ele encanta-se com a beleza, a força, a resistência e a agilidade corporais que possuem e expressam esses seres; julga seus gestos perfeitos, interessa-se pela sua forma de vida simples, pelos costumes e pelas qualidades viris e habilidades físicas que observa. É dessas observações que surgirá sua obra [...]

No Brasil, poucos foram mesmos os autores que se debruçaram sobre os estudos de Hébert. A revista “Educação Physica”, publicada de 1932 a 1945 pela Companhia Editora S.A. do Rio de Janeiro, veiculou em 1941 e 1942 cinco traduções de trechos da obra de Georges Hébert, reconhecido, pela própria revista, como o *Paladino do Método Natural de*

⁵ Cf.: DELAPLACE, Jean-Michel, *George Hébert: Sculpteur du corps*. Paris: Vuibert, 2005.

Educação Física. Esses cinco textos selecionados pelo periódico praticamente nada dizem a respeito do método criado por Hébert. Eles tratam do esporte, denunciando seus *perigos sociais, físicos e morais*.

Em 1940, a mesma revista publicou também uma tradução de um artigo de Edmond Desbonnet escrito originalmente em sua revista “Culture Physique” no qual ele fazia duras críticas ao método e à figura de Georges Hébert. Sob o título de “Crítica ao método natural de Georges Hébert”, Desbonnet desqualifica-o dizendo que ele nada inventou, que seus exercícios zombavam do mundo, pois eram processos bárbaros de Educação Física, acusando-o de não praticar o que pregava, pois morava na cidade de Paris e não no campo, além de nunca se por nu ao realizar exercícios físicos. De fato, Desbonnet se filiaria a uma vertente mais científica da Educação Física, apesar de suas relações com o movimento naturista europeu.

Na mesma década dos artigos publicados pela revista de “Educação Physica”, mais especificamente em 1945, o professor Nicanor Miranda, publicou por meio da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde a obra intitulada “A harmonia entre o corpo e o espírito”, na qual escreveu um capítulo inteiramente dedicado ao estudo do conceito de jogo infantil defendido por Hébert. Sem sentir a necessidade de dar maiores explicações, inicia seu texto dizendo ser óbvia a importância do conhecimento das idéias de Georges Hébert entre os profissionais brasileiros de educação física. Não era pretensão do autor analisar o Método Natural, suas bases e estrutura; seu objetivo fora tão somente estudar o jogo infantil.

Nicanor Miranda (1945, p.51), afirmava que “além de obscuro, é constantemente antinômico o pensamento de Hébert sobre o jogo” e apontava divergências encontradas nos textos de Hébert sobre o tema. De fato, o que Miranda faz em seu texto é procurar na obra de Hébert fundamentos que dêem respaldo ao discurso do movimento da Escola Nova referente ao jogo recreativo. Nessa busca ele encontra diversas desarmonias, as quais explicita e se coloca contrário. Seu ponto de partida é o não-diretívismo característico da Escola Nova. Ele afirma que a criança joga para satisfazer um impulso, que ela tem um instinto primário que é o instinto de jogar, instinto esse que a levaria a prática do jogo e não da ginástica, conferindo ao jogo recreativo, sua supremacia. O autor afirmava também que o método de Hébert “valoriza excessivamente os exercícios ou movimentos chamados ‘naturais’” (MIRANDA, 1945, p.52); que a atual civilização não deveria se comparar ao homem primitivo, que ela deveria viver

a vida de sua época, pois “pensar numa possível fuga pela volta ao primitivismo é uma ilusão.” (PENNA, 1945, p.55).

Outro autor que se referiu aos estudos de Georges Hébert, conferindo-lhe grande importância, foi Fernando de Azevedo, que ao terminar o sétimo capítulo de seu livro, “Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser”, 3ªed., aborda o método natural da seguinte forma:

Em França tem tido ultimamente grande aceitação o método natural de Georges Hébert, que, ao invés de embarçar-se em mecanismos analíticos, tende a uma educação física completa e utilitária por meio de exercícios naturais completos e sintéticos, que ele classifica em oito grupos distintos: o trepar, o levantar, o lançar, a defesa natural (pelo boxe e pela luta), a natação, e a marcha, a corrida, o salto. (AZEVEDO, 1960, p.129)

É interessante notar que, assim como Nicanor Miranda, Fernando de Azevedo olha para o método natural de Georges Hébert a partir de um prisma bem definido. Enquanto o primeiro pensa nos jogos recreativos da Escola Nova, o segundo observa a obra de Hébert a partir de seus estudos referentes à educação grega. Em ambos o método natural é avaliado, no entanto, o resultado para cada um é bem distinto, isso devido aos diferentes pontos de partida que Miranda e Azevedo adotam. Miranda, apesar de reconhecer a importância do método de Hébert para a educação física não o avalia o mais apropriado, enquanto Azevedo o considera um adequado complemento para as atividades escolares.

Em outra obra, “Novos caminhos e novos fins”, Fernando de Azevedo nada trata a respeito de Georges Hébert, no entanto constantemente discorre sobre os benefícios da natureza sobre a saúde e a educação infantil. Diferente do anterior, este livro não aborda unicamente a educação física. O principal tema abordado é a educação, mais especificamente a Escola Nova. No capítulo, “A saúde e a escola nova”, ao tratar sobre as praças de jogos para as crianças, os parques-escola, as escolas ao ar livre e as colônias de férias grande destaque foi dado à natureza e aos benefícios que ela poderia oferecer à saúde dos infantes. Já no capítulo “A nova política de edificações escolares” foi o contato com a natureza e seus elementos que apareceram como as principais características arquitetônicas que os novos prédios escolares deveriam ter. A preocupação com a nova arquitetura escolar, que deveria ser localizada em meio a praças, parques ou contornada de jardins e áreas arborizadas, refletia também uma preocupação com a tuberculose.

É interessante notar que mesmo quando se afirmava ser a natureza um elemento essencial para a saúde e para a educação das crianças, não se via a necessidade de comprovar ou justificar o porquê desse *status* dado. Seus benefícios eram um dado já aceito, que não necessitava de explicações. Na educação física, os exercícios físicos em meio à natureza eram quase sempre os recomendados, no entanto não se discorria sobre o porquê da natureza.

Apesar de ser recorrente nessa época, principalmente nas áreas da educação, da medicina e da educação física, o ideário que considerava a natureza, como o ambiente mais saudável e mais recomendável para a educação das crianças, são poucos, ou quase inexistentes, os textos que citam o nome e a obra de Georges Hébert. Quando o fazem, geralmente é para criticar o seu método, tal como o faz Nicanor Miranda (1945, p.56):

Um método de educação física que preconiza o desenvolvimento integral do corpo humano pela simples prática dos exercícios ou movimentos ditos ‘naturais’ de locomoção ou proteção, não condiz com o progresso e a civilização. Baseia-se numa petição de princípio, a saber, que a natureza – supondo-se que ela tenha sido, desde as eras mais remotas, tal como se supõe – não necessita ser corrigida.

Assim como o corpo do brasileiro, Miranda, julgava necessário corrigir a *natureza* brasileira para que pudesse oferecer seus elementos curativos e educativos. É provável que por haver nos estudos de Hébert uma exaltação do *selvagem*, do não civilizado, seu nome não foi bem aceito entre os intelectuais brasileiros dessa época, início do século XX, que tinham planos e metas de construir um país moderno, civilizado e branco, distante de suas origens indígenas, negras e miscigenadas. A República, recém proclamada, com o lema positivista de sua bandeira, *ordem e progresso*, desejava se afastar do passado monárquico, no afã de formar um novo país. Imbuídos das teorias eugênicas, o objetivo, de uma parcela desses intelectuais, era o de consolidar uma nova *raça* brasileira.

Enquanto na Europa a natureza era proclamada pelo movimento naturista como fonte de saúde, no Brasil, em certos discursos sanitaristas, como o de Belisário Penna, ela era considerada como fonte das endemias e más condições de vida da população rural. Em artigo publicado na “Revista de Educação”, órgão da Diretoria Geral de Ensino do Estado de São Paulo, intitulado “O professor como educador sanitário”, Oscar Augusto Guelli, percorreu o mesmo caminho ao afirmar:

De fato, na luta gigantesca, hercúlea e multissecular do homem contra as forças brutas da natureza, muito há de ser feito, ainda, em o Novo continente. País jovem, grande e formidavelmente rico, o Brasil apresenta aos estadistas problemas novos e muito diferentes daqueles por cuja solução se debatem civilizações da Europa. [...] Si o progresso do Estado guieiro no que respeita á higiene rural, é ainda incipiente, que se dirá, por exemplo, da Amazônia misteriosa e incomensurável, onde tudo é tão grande e as forças da natureza tão esmagadôras, que o homem se sente reduzido a pequenez tamanha, de modo a cruzar os braços, perplexo e atônito! (GUELLI, 1933, p.104).

O artigo “A guerra à zona rural” (KELLY, 1933, p.15-33) também publicado na “Revista de Educação”, chamava a atenção para a questão do saneamento e da legislação brasileira, que na opinião do escritor tinha um caráter urbano e se esquecia das necessidades das zonas rurais. Esses textos chamam a atenção para uma natureza diferente daquela que se referem outros educadores e médicos. Eles falam de uma natureza brasileira, natureza bruta, selvagem. A própria preferência pela utilização da palavra *rural* ao invés de *campo* pode ser percebida como um indicativo desse outro discurso que considerava a *natureza* no Brasil de forma bruta e austera.

Como forma de profilaxia dos problemas rurais, Belisário Penna era um defensor incontestado das medidas sanitárias como a construção de redes de água e esgoto, a canalização dos córregos e a reorganização dos espaços físicos das cidades e das vilas rurais. Para ele, “Sanear o Brasil é povoal-o; é enriquecel-o; é moralisal-o” (PENNA, 1923, capa). É certo que também escreveu e discursou em defesa da educação e da Educação Física como medida sanitária, no entanto a maior parte de seus escritos dizia respeito ao saneamento propriamente dito.

No decorrer de sua carreira, Belisário Penna se filiou, cada vez mais, a uma posição sanitarista que reconhecia ser “o governo, e não mais a natureza, a raça ou o próprio indivíduo, o grande culpado pelo abandono da população à própria sorte” (HOCHMAN, 1998, p.68). É provável que ele tenha, inicialmente, realizado esse sincretismo de argumentos como uma estratégia para mobilizar um maior número possível de pessoas a favor das causas sanitaristas. De acordo com Hochman (1998, p.71):

A repetição e o exagero – estratégia que impunha aos seus inúmeros textos e palestras, reproduzidos e copiados pelo país afora – tornam possível analisar o trabalho de Penna como um instrumento de expressão e divulgação de um diagnóstico sobre as condições de saúde da população brasileira, que acabou por se tornar corrente entre setores significativos das elites.

No Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, organizado em outubro de 1922, Penna realizou a conferência intitulada “Política Agro-Sanitária de Salvação Nacional”. A escolha por um congresso de agricultura e pecuária para debater os problemas sanitários do país e não um congresso de medicina é representativo da importância que tinha a saúde dos trabalhadores rurais para a economia da época. As questões sanitárias deveriam ser uma preocupação econômica também, e não somente do campo da saúde, uma vez que a economia brasileira da época era pautada majoritariamente na produção agrícola. Garantir condições de vida para o trabalhador rural era uma preocupação que extrapolava o tema da saúde, ela era também, e principalmente, uma preocupação econômica e, como consequência direta, associada a um ufanismo nacionalista.

Belisário Penna assumia uma atitude característica do movimento sanitarista brasileiro que “vinculava a constituição da nacionalidade à superação das doenças endêmicas” (HOCHMAN, 1998, p.40). A idéia reinante era a de que somente com a solução das endemias, por meio das medidas sanitárias, poderia o país formar cidadãos aptos para o seu desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, o sentimento de patriotismo seria discursivamente elevado a uma posição de princípio norteador das reestruturações sanitárias a serem implementadas no Brasil no início do século XX.

Si quizermos despertar nos nossos patrícios o sentimento nacionalista, o amor á terra, a energia precisa para cultivar-a, precisamos soccorrel-os, levar-lhes os benefícios da hygiene moderna, que dispõe de todos os recursos para transformar n’um Eden o inferno que é actualmente o interior do Brasil. (PENNA, 1921, p.165)

De modo parecido, mas não de todo igual, Arthur Neiva também destacava o patriotismo como um sentimento mediador das campanhas sanitárias. Diferentemente de Belisário Penna, Arthur Neiva adotava uma a posição na qual a natureza seria aclamada como o elemento genuinamente brasileiro e ao descrevê-la tomava como ponto de partida uma visão bem específica da natureza brasileira, assumindo-a como objeto de estudos científicos e culturais, assim como lugar de contemplação.

Para Neiva, o estudo científico da fauna e da flora brasileiras era de extrema importância, não somente por seu valor econômico, uma vez que para melhor explorar os recursos naturais do país era antes necessário conhecê-los, mas também por seu valor cultural.

Sua opinião era a de que os estudos da botânica e a zoologia deveriam prosperar no país por serem considerados como de grande importância para a cultura brasileira, uma vez que seria pesquisado o que era realmente característico do Brasil, sua *natureza*.

A esse respeito, Neiva, em 1929, publicou o livro “Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no Brasil”. O autor afirmava que a botânica e a zoologia teriam nascido “para o Brasil no domínio holandês com Marcgrav e Piso, [que] Em 1648 publicava-se a célebre História naturalis brasilae a qual, além do mais, criava o estudo da Medicina Tropical com a descrição das doenças brasileiras” (NEIVA, 1989, p.9). A obra apresenta os mais diversos estudos realizados, da Colônia até os anos 1920, sobre a flora e a fauna brasileiras. Em diversos momentos ele chamava a atenção para a pequena quantidade de cientistas de nacionalidade brasileira a tratarem do tema. Sua preocupação, nessa obra, era mostrar o potencial econômico dos recursos naturais existentes no Brasil. Utilizando-se da ciência como beneficiadora da natureza brasileira poderia o país muito progredir economicamente.

Quando o Brasil se dispuser a entregar à ciência a resolução dos seus problemas econômicos [...] então a nossa pátria dará ao mundo o exemplo de um progredir com celeridade sem precedentes, ao utilizar-se das riquezas e do infinito de possibilidades que, em potencial, existem no imenso território do Brasil, nação que de fato já constitui uma componente nova nos destinos da humanidade. (NEIVA, 1989, p.44).

Seguindo a mesma intenção de estudar os elementos ditos brasileiros e combiná-los ao sentimento do patriotismo, Neiva escreveu ainda um capítulo para o livro “O pau-brasil na história nacional”, de autoria de Bernardino José de Souza, no qual elabora uma história dos estudos naturalistas relativos ao “vegetal [que] não só batisou nossa Patria como ainda dele fez proceder o nome dos que aqui nascem” (NEIVA, 1939, p.54). Em outra obra batizada por “Estudos da língua portuguesa”, Neiva analisou de forma minuciosa os brasileirismos da língua portuguesa, descrevendo as origens indígenas de certas palavras agregadas ao português do Brasil.

Em 1940, escreveu também o prefácio da obra de Eurico Santos, “Pássaros do Brasil”, a qual se configura em um estudo ornitológico das aves brasileiras. O texto inicia-se comentando sobre a carta que Pero Vaz de Caminha escreveu em 1500 “transmitindo suas impressões ao deparar com um mundo novo” (NEIVA, 1940, p.5). Neiva com esse texto continuava defendendo as questões que julgava verdadeiramente brasileiras, nesse caso

específico, as aves nativas. Para tal empreendimento retorna ao descobrimento do Brasil, oferecendo ao leitor os escritos de Caminha e destacando o deslumbramento luso mediante o território e os animais brasileiros. Ao retomar a origem do país, relatada pelos portugueses, o texto afirma o imaginário de uma natureza brasileira primitiva e idílica, na qual diferentes aves com coloridas penas maravilhavam os viajantes, e que constituiriam uma das maiores riquezas brasileiras. Dizia ser a obra de Eurico Santos, recheada de ilustrações, uma dádiva para os adolescentes brasileiros que não contavam com um jardim zoológico para observar e conhecer a fauna brasileira.

Ao observar esses diversos textos de Neiva fica notório o seu interesse na *natureza* brasileira, tanto como objeto científico que possibilitaria o desenvolvimento econômico do país, quanto objeto cultural que revelaria os elementos genuinamente brasileiros e que embasaria o patriotismo nacional. O fascínio de Arthur Neiva frente à natureza brasileira o faria narrar um episódio ocorrido durante sua viagem ao interior do país, realizada em 1912 junto a Belisário Penna, de modo bem peculiar. Ao exaltar, no prefácio do livro de Eurico Santos, a beleza da cena natural observada, Neiva nos oferece uma leitura da natureza bastante distinta daquela feita no próprio relatório da viagem sanitária, na qual os sertões mal saneados aparecem como fonte dos males brasileiros. Segue a narrativa:

Quando, aos milheiros, [as garças] levantaram vôo, alarmadas pela aproximação das embarcações, e passavam em revoada sôbre a superfície das águas, senti-me mais brasileiro e meu desvanecimento cresceu diante da inenarrável expressão de beleza que talvez não se desenrole, em tal escala, em outros céus da terra. (NEIVA, 1940, p.12).

É possível perceber que sua narrativa a respeito da natureza brasileira em muito se difere daquelas de Belisário Penna, pois Neiva constrói um sentido de brasilidade, um sentimento de patriotismo, a partir da fauna e da flora brasileira, já Penna qualifica essa mesma natureza, descrita por Neiva de forma tão bela, como árdua, bruta e hostil. Enquanto para Neiva era na natureza que se encontraria respaldo para o patriotismo brasileiro, para Penna era nas próprias ações de saneamento que estava inscrito seu orgulho pátrio, sendo a natureza do interior brasileiro também responsável pelas mazelas de sua população.

O objetivo não é contrapor o nome desses dois autores, até mesmo porque suas ações no campo do saneamento público tinham muito em comum, o objetivo é observar como

diferentes ideários do pensamento médico sobre a natureza brasileira se construía no início do século XX, ora misturando-se, ora distanciando-se.

Ambos os autores participaram, com cargos de direção, da Liga Pró-Saneamento do Brasil, assim como membros da Sociedade Eugênica de São Paulo. Suas ações e escritos estiveram atrelados, tanto ao movimento sanitaria, quanto ao higienista e eugenista, como ponto de união entre esses movimentos o sentimento de patriotismo, o qual corroborava todas as ações médicas implementadas. O debate e a troca de idéias referentes aos problemas de saúde da população ocorriam em diferentes espaços e entre os diversos movimentos médicos. Vanderlei Sebastião de Souza, ao estudar as diferentes linhas da eugenia brasileira, afirma que o “movimento sanitaria, institucionalmente representado pela Liga Pró-Saneamento do Brasil e pelos Congressos de Higiene realizados anualmente em todo Brasil, vinham também incorporando as idéias eugênicas em seus discursos em defesa da saúde pública” (SOUZA, 2006, p.40).

De acordo com Nancy Leys Stepan (2005), a eugenia na América Latina aproximava-se mais da corrente concebida em países como a Bélgica, França, e Itália, diferente daquela dos países anglo-saxônicos, na qual as teorias genéticas de Mendel eram a base dos estudos⁶. Segundo Stepan, os eugenistas latino-americanos fundamentavam suas teorias em uma corrente de conceitos neolamarckianos de hereditariedade, cujas concepções se sustentavam na idéia da transmissão dos caracteres adquiridos. A consequência foi a adoção de uma “eugenia preventiva”, muito mais preocupada com as reformas sociais e com a adaptação ao meio do que com as questões biológicas propriamente.

Parte do movimento sanitaria brasileiro juntava forças com os intelectuais da “eugenia preventiva”, defendendo as medidas sanitárias e higiênicas como formas de moldar uma raça brasileira. O saneamento público, a educação e a educação física higiênicas, os parques infantis, as colônias de férias e até mesmo o esporte seriam concebidos, por correntes interligadas dos movimentos sanitaria, higienista e eugenista, como formas de afastar a população das

⁶ A respeito da influência dessas duas correntes no Brasil, designadas por “eugenia preventiva” ou “positiva” e “eugenia negativa” ver os trabalhos de SILVA, André Luiz dos Santos. *A perfeição da carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl – 1917 a 1929*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2008. SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto: a ‘eugenia negativa’ e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006, p.40; STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, entre outros.

doenças, dos hábitos considerados anti-higiênicos e construir uma raça nacional sadia e forte. Segundo André Luis dos Santos Silva, “A proximidade entre Eugenia, Higiene e Saneamento levou a um rompimento de fronteiras entre estas áreas, que foram miscigenadas em diversas obras publicadas no final da década de 1910 e início da década de 1920” (SILVA, 2008, p.64). Belisário Penna, ao escrever o prefácio do livro de Renato Khel afirmava ser a eugenia “[...] uma ciência vasta que abrange problemas sociais dos mais importantes, e acompanha de perto a hygiene sua precursora no aperfeiçoamento da humanidade” (PENNA, 1920, p.4), enquanto Khel afirmava que “intruir é eugenizar, sanear e eugenizar” (KHEL, 1922, p.27). Essa mesma união é observável também em alguns escritos de Arthur Neiva que, em 1916, assumia o cargo de direção do Serviço Sanitário paulista e teria no Estado de São Paulo o seu principal campo de atuação.

De 1924 a 1926, Arthur Neiva liderou a Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira, responsável por combater a broca do café, praga que acometeu seriamente os cafezais paulistas, fonte emblemática da econômica brasileira do período. No ano de 1927, ao assumir Júlio Prestes o governo de São Paulo e nomear Fernando Costa como Secretário da Agricultura, foi fundado, em decorrência da experiência com a comissão, o Instituto Biológico, o qual teve por diretor Arthur Neiva. Nesse sentido, a sua posição de pesquisador e diretor do Instituto Biológico é bem representativa da importância dada por Neiva ao desenvolvimento dos setores agrícolas de São Paulo.

Neiva também realizou em São Paulo, principalmente durante os anos de 1920, algumas viagens acompanhando a construção das estradas de ferro do Estado. Entre elas a construção da Estrada de Ferro Noroeste Paulista e a Estrada de Ferro Itapura a Corumbá. Uma dessas viagens está descrita em seu livro “Daqui e de Longe...” no capítulo “A Noroeste (notas de um diário)”. Nele vemos o entusiasmo de Neiva em relação ao Estado de São Paulo, o qual considerava cinquenta anos à frente dos demais.

A estrada de ferro, além de escoar a produção agrícola, seria também um meio de levar o desenvolvimento para as terras pouco habitadas do Estado. A medicina operava desbravando o noroeste paulista junto ao traçado dos novos trilhos. O sertão paulista, cortado pela estrada de ferro, aos seus olhos, era também local de promessa e não apenas de agressão com a vida de seus habitantes. Segundo o autor, em 1920, o noroeste brasileiro era ainda praticamente desconhecido e muito carente, enquanto o Estado de São Paulo já mostrava outros contornos,

com cidades bem saneadas e economicamente produtivas, as quais, cada vez mais, escoavam sua produção para o porto de Santos.

É de autoria de Arthur Neiva a famosa frase: “São Paulo é a locomotiva que arrasta vinte vagões, constituídos pelos Estados, e cujos passageiros bramam e reclamam da máquina, quando esta solicita dos poderes combustível para arrastar o trem pesadíssimo que ela, a arfar, vai puxando em rampa forte” (NEIVA, 1940, p.26). Do mesmo modo que era usual no vocabulário médico da época a metáfora do funcionamento do corpo humano proposto pelo modelo energético da termodinâmica, Neiva assemelhou a economia brasileira ao trem, símbolo de força e prosperidade, colocando o Estado de São Paulo como o principal responsável pelo crescimento econômico brasileiro. Durante toda a sua carreira foram a saúde e a economia de São Paulo suas principais preocupações.

Em 1930, com o golpe militar de Getúlio Vargas e a pedido do então nomeado interventor federal do Estado de São Paulo, o Coronel carioca João Alberto Lins de Barros, Neiva se afastou do Instituto Biológico para assumir o cargo de chefia da Secretaria do Interior, o qual ocupou até fevereiro de 1931.

Ao assumir o novo cargo, uma de suas ações iniciais foi a de formar uma comissão de estudos encarregada de elaborar as bases para um departamento exclusivo destinado à educação física, o qual seria incumbido de regulamentar, dirigir e fiscalizar o esporte no Estado de São Paulo. Para chefiar a comissão, convocou Antonio Bayma⁷.

O dr. Neiva ficou convencido de que a educação física carecia ser racionalmente orientada, dirigida e fiscalizada em que, ainda, só ao Governo poderiam, deveriam caber essa orientação, direção e fiscalização – que uma das principais providências, ao ser nomeado Secretário do Interior do primeiro Governo revolucionário de São Paulo, foi formar uma comissão encarregada de estudar as bases de uma repartição de Estado, exclusiva e especializada para tratar da educação física. (HISTÓRICO, 1936, p.40).

Logo após a criação do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, em 18 de fevereiro de 1931, Arthur Neiva se afastou do cargo exercido na Secretaria do Interior, a pedido de Getúlio Vargas, para assumir a interventoria do Estado da Bahia, por ser uma figura que não mantinha fortes ligações com a oligarquia tradicional baiana. Ao entrar no exercício de sua nova incumbência, Neiva criou o Instituto de Cacau da Bahia, com o objetivo de colocar nas mãos do Estado a economia baiana. Ação similar a criação do Instituto Biológico e

⁷ A grafia nos documentos altera-se entre Bayma, Bayama, Baima, Baiama.

do Departamento de Educação Física de São Paulo, sendo que no caso do último visava atribuir ao Estado, ao conceber a população como problema político⁸, o controle sobre as atividades esportivas e conseqüentemente, um controle sobre os corpos individuais.

Nas justificativas legais para a criação do referido Departamento de Educação Física, há a defesa do esporte como uma forma de combater o alcoolismo e aperfeiçoar a raça nacional. Era o esporte, nessa época, muitas vezes, considerado como uma medida eugênica, uma forma de garantir a melhoria da saúde da população, a partir de concepções da “eugenia preventiva”. A respeito do esporte Arthur Neiva dedicou uma série de seis artigos intitulados “Do esporte”, em sua obra “Daqui e de longe... chronicas nacionaes e de viagem”. Neles,

[...] contesta o nosso Autor a these generalisadora, e a seu ver exaggerada, de Carlos Sússekind de Mendonça, de que está o esporte deseducando a mocidade brasileira, pelo facto de a levar ao afastamento dos livros. Sustenta, pelo contrario, de que o esporte é uma verdadeira salvação para o nosso paiz, muito embora lhe combata as demasias e tendências desordenadas. Referindo-se ao que viu no Prata, conta quanto tem contribuído para a crescente eugenia argentina. Sob pena das mais graves conseqüências precisa o Brasil abandonar a nefasta mentalidade de antanho, do ‘menino sai do sol’, e do ‘creança cuidado com o sereno’! (TAUNAY, 1927, p.5,6).

Os artigos publicados por Arthur Neiva apresentam-se como uma das inúmeras respostas dadas pelos mais diversos autores brasileiros à obra de Carlos Sússekind de Mendonça publicada em 1921, sob o título de “O sport está deseducando a mocidade brasileira”⁹. Neiva defendia, em oposto ao apresentado por Sússekind de Mendonça, que o esporte era uma forma de regenerar a elite brasileira. De modo irônico ele aborda a educação como um exagero de gramática, na qual um grande volume de ‘academicismos’ afastava os estudantes das práticas esportivas e, conseqüentemente, atrapalharia o desenvolvimento físico de seus corpos. Em suas palavras: “Dia virá em que a nossa gente culta há de comprehender que o aprender a nadar é mais importante do que saber collocar crase e virgula e contravirgula à perfeição.” (NEIVA, 1927, p.87).

A partir, principalmente, de suas observações realizadas em viagens aos Estados Unidos, Arhtur Neiva reconheceu também no esporte uma forma de higienizar os corpos da população paulista, principalmente daquela mais pobre. A regulamentação do esporte,

⁸ Sobre a população como um problema de caráter político ver FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

⁹ A respeito da obra de Carlos Sússekind de Mendonça ver: SANTOS, Jorge Artur dos, *Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890 - 1947)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP, 2000, p.83-139.

principalmente daquele praticado pela classe operária, seria por ele, considerada como uma maneira de eliminar o consumo de álcool dos tempos livres dessa parcela da população, uma vez que: “A campanha pela temperança que acabou sendo victoriosa nos Estados Unidos, teve como principal auxiliar o esporte, o mais decidido inimigo do álcool.” (NEIVA, 1927, p.62).

Sobretudo, a partir de 1939, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, por ele criado, começaria a atuar também em outros âmbitos, não se limitando as práticas esportivas. Esse aumento em suas atribuições já havia sido proposto por Fernando de Azevedo ao assumir a presidência da Diretoria Geral de Ensino do Estado de São Paulo em 1933.

Capítulo III

O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo

O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo tornou-se, na administração do secretário Fernando de Azevedo, em 04 de fevereiro de 1933, por meio do decreto nº 5.828, mais uma das pastas da Diretoria Geral de Ensino¹⁰, com o nome de Serviço de Educação Física, retornando a condição de departamento em 16 de maio de 1934, com a assinatura do decreto nº 6.440 pelo recém nomeado secretário Christiano Altenfelder Silva. Essa alteração foi uma tentativa, de Fernando de Azevedo, de implementar uma nova configuração ao órgão responsável pela educação física paulista, no entanto, sua iniciativa sofrera diversas críticas por parte dos funcionários do antigo departamento, principalmente por tê-lo destituído de sua autonomia e tentado adequá-lo às propostas educacionais vigentes na secretaria. Segundo Adriano Mastroso, que estudou em sua dissertação de mestrado instituições como o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo,

[...] o projeto anterior, que visava a autonomia do campo da Educação Física, é substituído por outro que entende a Educação Física como parte da Educação e não mais como campo autônomo. Por um lado, se o fim do Departamento de Educação Física representou o enfraquecimento da tentativa de valorização da Educação Física e sua constituição como um campo autônomo, por outro, a inclusão dos serviços do Departamento de Educação Física no Departamento de Educação representou a caracterização da Educação Física como um componente especialmente educacional e lhe deu outro discurso. (MASTROROSA, 2003, p.39).

Na proposta de Fernando de Azevedo, o Serviço de Educação Física seria dividido em quatro seções distintas. A primeira responsável pela educação física escolar nas classes comuns, a segunda por uma educação física qualificada como especial, de caráter médico e ortopédico nas escolas públicas, a terceira a educação física nos estabelecimentos de ensino particular e a quarta a educação física peri- e post-escolar. Das quatro seções propostas por

¹⁰ Esse decreto foi responsável pela reorganização da Diretoria Geral de Ensino, da Secretaria da Educação e Saúde Pública, que passou a se denominar de Departamento de Educação.

Fernando de Azevedo, três se referiam à atuação no âmbito escolar e apenas uma era especializada nas questões periféricas e posteriores ao ensino escolar. De acordo com Carmen Lúcia Soares (2007, p.124) a:

Educação Física é entendida por Fernando de Azevedo como medida eugênica e, portanto, como elemento da educação eugênica e higiênica do povo. Há uma afinidade de suas idéias com as teses eugênicas presentes no interior do debate médico higienista nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Ele traduz, também, a identidade de suas idéias com outras propostas discursivas presentes naquele debate que tomam a higiene moral (bons hábitos, bons costumes) assim como a educação, como o fundamento da ordem sanitária.

Fernando de Azevedo foi um defensor da ginástica enquanto medida higiênica a ser implementada nas escolas, e do ensino escolar como uma proposta de higiene moral. Com a nova organização imposta por Fernando de Azevedo ao órgão oficial da Educação Física no Estado de São Paulo, criado por Arthur Neiva em 1931, este se afastaria paulatinamente de sua proposta inicial, a qual era a de organizar o esporte no Estado como um fator eugênico. Em sua nova configuração, o Serviço de Educação Física, especializar-se-ia na educação física escolar como um fator eugênico, e não nos esportes praticados, em sua maioria, nos clubes operários. A atenção voltava-se à infância e as ações até então desenvolvidas pelo Departamento de Educação Física teriam pouco espaço na nova estrutura.

Duas das secções criadas chamam especial atenção. A segunda, que tinha por objetivo “organizar e dirigir a educação física para as classes especiais de débeis físicos e dos alunos que, pelo seu estado de saúde, ou por defeitos físicos, exijam um tratamento especial nas escolas públicas” (DECRETO nº 5.828, 1933), e a quarta, que deveria “estabelecer e dirigir campos de jogos e recreios para as crianças (playgrounds) e praças de esportes para adultos” (DECRETO nº 5.828, 1933), além de fiscalizar a prática esportiva no Estado.

A segunda secção teria por incumbência a educação física como fator de regeneração dos organismos infantis enfraquecidos. Com um claro caráter eugênico esta secção representava uma forma do pensamento médico adentrar ao ambiente escolar por meio da educação física, a qual cientificamente organizada, desenvolveria os corpos debilitados tornando-os úteis. A quarta secção constituir-se-ia como uma extensão dos trabalhos desenvolvidos nas escolas, o termo campos de jogos e recreios, ou playgrounds, muito se aproximam daqueles utilizados para se referir aos parques infantis. Grande parte das responsabilidades atribuídas

inicialmente ao Departamento de Educação Física, em 1931, permanecia nesta quarta secção, acrescida com o dever em relação aos campos de jogos e recreios. A própria nomenclatura da secção em peri-escolar e post-escolar é bastante expressiva, pois, remete a discussão feita acima sobre o campo não-escolar ou extra-escolar, formado por instituições como os parques infantis e as colônias de férias, que apesar de ser um espaço distinto da instituição escolar não era pensado, na época, de modo isolado do ensino higiênico.

No entanto as mudanças realizadas não foram bem aceitas pelos antigos funcionários do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, que concebiam o departamento de modo distinto da proposta de Fernando de Azevedo. O decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, promoveu algumas alterações na estrutura do Serviço de Educação Física para atender certas exigências feitas pelo diretor do antigo Departamento de Educação Física, Antonio Bayma, no entanto elas também não foram bem aceitas. De acordo com a matéria publicada na Revista de Educação Física:

Essa reforma não consultava os interesses superiores da fisiocultura [sic], tanto que o próprio diretor do Departamento de Educação, dr. Fernando de Azevedo, modificou as bases do Serviço de Educação Física, por iniciativa e proposta de seus chefes, antigos funcionários do extinto Departamento, mas nem assim logrou dar-lhe a necessária eficiência. E desse modo, durante mais de um ano, permaneceu praticamente inativa a organização oficial da educação física em São Paulo. (HISTÓRICO, 1936, p.40)

Em 16 de maio de 1934, com a assinatura do decreto nº 6.440 pelo então Secretário da Educação e Saúde Pública, Christiano Altenfelder Silva, e sob a chefia do governo do Estado de Armando Salles de Oliveira, foi restabelecido o Departamento de Educação Física, que retomou seus trabalhos anteriores.

- que pela sua extrema relevância a Educação Physica deve merecer por parte dos poderes públicos interesse e cuidados especiais;
- que a ação governamental na Educação Physica só pode se processar utilmente mediante a organização e o funcionamento de um organismo especializado no assumpto, com carácter e funções próprias;
- que o Decreto no. 5.828 de 04/12/1933, que extinguiu o Departamento de Educação Physica, criado pelo decreto no. 4.855, de 27/01/1931, restringiu em relação ao assumpto, a acção do Governo, que deveria ser a mais ampla possível, atingindo todos os meios onde sejam praticados a gymnastica e os esportes, DECRETA: “Fica estabelecido o Departamento de Educação Physica, subordinado à Secretaria da Educação e da Saúde Pública. (DECRETO n.6.440, 1934).

Apesar do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo retomar sua autonomia anterior, sua estrutura já não se configurava de modo idêntico daquela de 1931. Nesse novo momento, o Departamento de Educação Física, legalmente, angariava novas atribuições, entre as quais a responsabilidade sobre a educação física escolar no Estado. O decreto de restabelecimento do Departamento de Educação Física também instituiu como de seu encargo, além de organizar um plano sistemático de educação física, “orientar a educação física em todos os estabelecimentos de ensino público, primários, secundários, superiores e profissionais” (DECRETO n°. 6.583, 1934). No entanto, como é possível verificar no texto publicado no VII Congresso Nacional de Educação, em 1935, pelo Dr. Arne Enge (técnico administrativo do departamento), até essa data, “não pôde o Departamento de Educação Física iniciar suas atividades de órgão orientador e fiscalizador da educação física nos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados” (ENGE, 1935, p.66). De fato, o Departamento de Educação Física iria adentrar no ambiente escolar somente a partir de 1939, momento no qual passou por uma nova reestruturação, aproximando-se novamente das ações da Secretaria da Educação e Saúde Pública.

De 1934 a 1939 as principais ações do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo foram a criação da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo [ESEF-SP] e da Associação de Professores de Educação Física do Estado de São Paulo [APEF-SP].

O imperativo da formação de cursos superiores de educação física era um tema já debatido, no Brasil, nos congressos de higiene e de educação da década de 1920¹¹. Esse foi o caso do trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de Higiene de 1929, no qual lemos que:

para orientar a Educação Sanitária no país, é indispensável que sejam criados Institutos de Educação Physica, destinados ao preparo de instrutores técnicos; é de toda conveniência que os professores destes institutos sejam diplomados por Escolas de Educação Physica de renome. (CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGIENE, 1929, p.140)

O mesmo tema também era apresentado nos congressos de eugenia, os quais igualmente defendiam a criação de cursos superiores de educação física no país. No caso do I

¹¹ Sobre a Educação Física no Brasil dos anos de 1920 e sua relação com a higiene ver SOARES, Carmen Lúcia et GLEYSE, Jacques. La constitution d'une pédagogie de l'hygiène au Brésil comme système de contrôle (fin du XIXème siècle - 1931). Revue internationale des sciences du sport et de l'éducation physique, v. 74, p. 47-68, 2006.

Congresso Brasileiro de Eugenia, de 1929, o médico Jorge de Moraes apresentou a proposta de se criar um:

Conselho Superior de Educação Physica Nacional, órgão consultivo e orientador do grande problema eugênico; organizar Escolas Superiores de Educação Physica para o conveniente preparo dos professores indispensáveis à cultura physica nacional; promover o preparo de Gymnasios e campos apropriados a gymnastica analytica e jogos ao ar livre para uso do povo em geral. (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p.320).

A gênese da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo partiria da iniciativa de Fernando de Azevedo que, em 1933, enviou quinze professores normalistas para se especializarem na Escola de Educação Física do Exército [EsEFEx]. Antes do envio dos quinze professores para o Rio de Janeiro foi realizada uma seleção na qual compareceram vinte e cinco candidatos. “Nos dias sete e oito [de março de 1933] foram os interessados submetidos a exame clinico e mensurações antropométricas no Serviço de Higiene e Educação Sanitária, do que resultou serem considerados aptos, do ponto de vista médico, os quinze” (BONORINO, 1933, s/p). Ao retornarem a São Paulo, em 1934, dez deles foram incluídos no corpo docente da recém criada Escola Superior de Educação Física paulista.

Foi fundada na Capital a Escola Superior de Educação Física de São Paulo, em moldes semelhantes aos da EEFEx, onde foram postos em serviço alguns dos diplomados pela Escola do Exército. Dentre estes, destacamos os professores: Álvaro Cardoso, João França, Idílio Alcântara de Oliveira Abade, José Benedito Madureira, José Benedito de Aquino, Jarbas Sales de Figueiredo, Alfredo Giorgetti, Pedro Aloísi, José Vilela Bastos e Antônio de Castro Carvalho. (A ASSOCIAÇÃO, 1936, p.16).

É provável que Fernando de Azevedo tenha enviado os referidos quinze professores normalistas para fazerem o curso na escola militar, tanto por ser essa uma referência na área em formação, quanto por ele já ter sido diretor geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro de 1927 a 1930 e conhecer bem as instituições de ensino daquela cidade. Outro motivo bastante plausível para o intercâmbio interestadual foi a desarticulação dos serviços da Força Pública paulista, responsável pela Escola de Educação Física da Força Pública, em decorrência da luta gerada pelo Movimento Constitucionalista.

O próprio quadro de funcionários do Departamento de Educação Física viria a absorver parte dos alunos da EsEFEx, o que demonstra uma proximidade do departamento estadual paulista com os militares. Na “Revista Educação Física”, editada pela escola militar, são

inúmeras as matérias escritas por funcionários do Departamento de Educação Física. A relação mantida entre as instituições perdurou por muito tempo.

No dia 04 de agosto de 1934, tiveram início as aulas da Escola Superior de Educação Física. Como não dispunha de sede própria para o desenvolvimento de suas atividades didáticas, recorreu até 1969 (ano de sua incorporação a Universidade de São Paulo) a diversas entidades. Para as aulas teóricas, foram utilizadas as instalações do Parque Dom Pedro II e para as práticas, a Escola de Educação Física da Força Pública, o Clube de Regatas Tietê, a Associação Atlética São Paulo, o Clube Espéria, o Parque da Indústria Animal, o Estádio Municipal do Pacaembú e o Centro Esportivo Constâncio Vaz Guimarães no Ibirapuera. Somente dez anos após a sua fundação, em 1944, é que começou a ganhar força o movimento em prol da construção de uma sede, com planta arquitetônica desenhada pelos funcionários do Departamento de Educação Física. No entanto até o ano de desvinculação da escola do departamento, 1954, ela ainda permanecia sem instalações próprias¹².

Poucos meses depois de iniciadas as atividades da Escola Superior de Educação Física, mais precisamente em dezembro de 1934, seus alunos já visitavam a Escola de Educação Física do Exército. Lá permaneceram por dez dias, trocaram experiências, realizaram apresentações esportivas e de ginástica, assim como assistiram as aulas de biometria ministradas pelo Dr. Sete Ramalho. Essas viagens se repetiram diversas vezes durante as décadas de 1930 e 40 e explicitam a influência de uma pedagogia militar sobre os conteúdos ensinados pela escola paulista.

A Escola Superior de Educação Física de São Paulo, no intuito de dar mais ampla difusão de conhecimentos técnicos a seus alunos, fez incluir nos seus programas excursões de caráter científico a estabelecimentos congêneres de idoneidade reconhecida.

Por uma nítida gentileza de seus dirigentes, foi à Escola de Educação Física do Exército que se fez a primeira excursão, levada a efeito na segunda quinzena de Dezembro próximo findo. Duas turmas de alunos – uma feminina, outra masculina, num total de mais de cinquenta pessoas – foram trazidas daquela a esta Capital. [...]

Muito exígua foi a permanência dos paulistas entre nós, dez dias apenas para verem tudo quanto fazíamos e demonstrarem seus trabalhos já realizados. Neste curto estágio, a Escola do Exército fez, por seus instrutores, conferencias sôbre as matérias teóricas

¹² A respeito da história da Escola Superior de Educação Física cf.: GNECCO, J. R. *Reforma Universitária e a USP: a integração da Escola de Educação Física em 1969*. Tese de doutorado em educação, São Paulo: USP, 2005 e MASTROROSA, Adriano. *Departamento de Educação Física, Escola Superior de Educação Física e Associação dos Professores de Educação Física: o ordenamento da Educação Física no Estado de São Paulo no início da década de 1930*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação – PUC-SP, 2003.

lecionadas, demonstrações práticas de educação física e de todos os desportos, e algumas visitas a estabelecimentos técnicos e ensino do Rio de Janeiro. E a Escola de São Paulo demonstrou-nos quão grande é seu avanço nestes misteres, principalmente em educação física feminina. (A ESCOLA, 1935, p.20,21).

Com a colação de grau na manhã de 11 de junho de 1935, foi graduada a primeira turma de “Instrutores de Ginástica”. Dois dias depois, foi oferecido pelos alunos recém formados um chá, na Casa Mappin, à diretoria do Departamento de Educação Física e da Escola Superior de Educação Física. Na ocasião, foram proferidos diversos discursos tendo, por encerramento, o do instrutor técnico do departamento Dr. Arne Ragnar Enge, no qual afirmava que “a formação da primeira turma de instrutores de gymnastica cientificamente instruidos em São Paulo não representa, no campo da educação physica, um ponto de chegada mas sim um ponto de partida” (UMA REUNIÃO, 1935, s/p). Aquela reunião significava, nas próprias palavras dos oradores, a incorporação dos profissionais formados pela Escola Superior às idealizações e projetos do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

No entanto, como observado pelo próprio Arne Enge, em sua apresentação no VII Congresso Nacional de Educação, o número de professores especializados em educação física, requeridos pelos grupos escolares do Estado de São Paulo era infinitamente superior àquele que a ESEF-SP conseguiria graduar:

Com o encerramento do primeiro curso da Escola Superior de Educação Física, proporcionando ao Estado, os primeiros instrutores de ginástica devidamente preparados, pode o Departamento de Educação Física organizar um plano geral de trabalho, no sentido de atingir, o mais depressa possível, a solução do problema da educação física racional.

A parte mais importante desse problema reside, evidentemente na educação infantil. Não é possível pretender, entretanto, criar professores especializados em número suficiente para ministrar aulas de educação física á população infantil, solução ideal, mas que importaria no funcionamento de vários cursos idênticos aos da Escola Superior de Educação Física, o que é absolutamente inviável por motivos que não precisam ser apreciados. (ENGE, 1935, p.68).

Como solução para o problema Enge propõe, na ocasião, a criação da disciplina de Educação Física nas Escolas Normais do Estado. Tal disciplina, com caráter teórico e prático e de freqüência obrigatória, seria ministrada por “elementos devidamente especializados pelos cursos da Escola Superior de Educação Física e sob fiscalização do Departamento” (EGE, 1935, P.68).

O VII Congresso Nacional de Educação, realizado em junho de 1935, na cidade do Rio de Janeiro, teve como principal tema a educação física e, como observa Meyli Assbú Linhales (2006, pp.225-243) que analisou as fontes referentes a tal evento, revela certo afastamento da própria ABE da organização do evento, que contou com a participação de diferentes, e por vezes destoantes, grupos e propostas relativas à educação física, entre eles os militares. Configurado como um espaço de apresentação de diferentes iniciativas, esse congresso não teve por objetivo propor um projeto da ABE para a educação física, mas sim apresentar uma galeria de modelos e experiências. Nesse sentido, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, por meio de seu funcionário Dr. Arne Enge, contribuía para essa característica polissêmica do Congresso ao apresentar o modelo de Educação Física adotado pela entidade paulista.

A proposta de que a educação física fosse incluída no currículo das Escolas Normais do Estado de São Paulo, sob supervisão do Departamento de Educação Física pode ser lida no mesmo sentido, de incutir projetos distintos relacionados à educação física em uma organização, no caso do Congresso, a proposta militar à ABE, e no caso paulista a proposta de educação física do DEF-SP à Secretaria da Educação e Saúde Pública de São Paulo. Seria esta uma forma encontrada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, tanto de aumentar o número de professores aptos a ensinar a educação física nos grupos escolares paulistas, quanto de adentrar nas escolas normais do Estado, apresentando os saberes constituídos em sua escola superior.

Segundo Enge, a fiscalização do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo seria “para evitar que, pelo cunho excessivamente pessoal que os professores pudessem imprimir às suas aulas, se deturpasse o método oficial adotado” (ENGE, 1935, p.68), o método francês de ginástica, que tinha na Escola de Educação Física do Exército seu maior propagador.

A sugestão apresentada não foi atendida, no entanto durante a existência do Departamento de Educação Física ele próprio organizou alguns cursos rápidos de educação física, como em 1937, quando “foram encaminhados dois professores normalistas de cada região do Estado, um do sexo feminino e outro do sexo masculino para realizarem o ‘curso abreviado de educação física’ (GNECCO, 2005, p.79).

Em continuidade aos trabalhos realizados pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, realizou-se outra solenidade no dia 4 de julho de 1935, na sede do Professorado Paulista, a qual teve por objetivo empossar a diretoria da recém criada Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo [APEF-SP], primeira entidade de classe da educação física brasileira. Presentes na sessão os ex-alunos da Escola Superior, funcionários do DEF-SP, da Secretaria da Educação e Saúde Pública, autoridades governamentais, imprensa e demais convidados. Ao final da cerimônia, Antonio Bayma “profere algumas palavras em que deixou transparecer o quanto já tem feito o Departamento de Educação Física do Estado, contribuindo para que a educação física nos estabelecimentos de ensino público seja dentro em breve uma realidade benéfica” (ASSOCIAÇÃO, 1935, p.9). A Associação de Professores de Educação Física de São Paulo configurar-se-ia como um braço do próprio Departamento de Educação Física e por muito tempo ambas apresentaram um quadro de funcionários comum. Havia uma sintonia entre as ações políticas das duas, ou melhor, das três, ao considerarmos a Escola Superior de Educação Física.

Logo após a fundação da APEF-SP, ainda em 1935, seu presidente Idílio Alcântara de Oliveira Abade, “promoveu a realização da 'Semana de Educação Física' que constou de propaganda pela imprensa, pelo rádio, demonstrações práticas e conferências por [...] Dr. Américo Neto, Dr. Arne Enge, Dr. Francisco Pompeu do Amaral, José Benedito Madureira e Álvaro Cardoso” (A ASSOCIAÇÃO, 1936, p.16). A educação física, por meio de sua Associação de Professores, procurava se anunciar e propagar por todo o Estado. Em outubro, “a Associação, expediu uma caravana de cêrca de 50 elementos, que percorreu sucessivamente Mogi da Cruzes, Jundiaí, Pirassununga, Casa Branca e Santa Rita” (A ASSOCIAÇÃO, 1936, p.16). Todo o percurso dessa missão foi acompanhado por inúmeros jornais como “O Estado de São Paulo”, “Folha da Noite”, “Correio Paulistano” e “Folha da manhã”.

Em cada cidade, faziam-se demonstrações práticas de educação física feminina, masculina, infantil, levando assim ao interior um exemplo vivo de como se deveriam fazer os exercícios corporais. Completavam a propaganda conferências em locais apropriados e reuniões sociais. (A ASSOCIAÇÃO, 1936, p.16)

Todos os eventos realizados pela APEF-SP, principalmente aqueles nos quais havia demonstrações de ginástica, contavam com a participação dos alunos e professores da Escola Superior de Educação Física e também com o apoio do Departamento de Educação Física.

No ano de 1938, observa-se no Estado de São Paulo a segunda grande reforma da Saúde e da Educação. Por meio de uma série de decretos assinados pelo então interventor federal Dr. Adhemar Pereira de Barros a Secretaria da Educação e Saúde Pública foi reestruturada. Foram constituídos novos departamentos e serviços, da mesma forma que foram consolidados e incorporados os demais já existentes:

Por meio do decreto nº 9.605, de 12 de outubro de 1938, assinado pelo então secretário Dr. Álvaro de Figueiredo Guião o Departamento de Educação Física recebeu grande estímulo, ampliando seu orçamento e aumentando seu o quadro de funcionários, que passou de 10 para 63 profissionais.

Com o decreto nº. 10.243, que “dispõe sobre a educação física no Estado”, assinado em 20 de maio de 1939, foi regulamentado em seu artigo 1.º que: “O Departamento de Educação Física, subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, promoverá a educação física, bem como, através desta, a educação moral e cívica, de todas as crianças e adolescentes do Estado de São Paulo” (DECRETO nº. 10.243, 1939). O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, em 1939, se especializava definitivamente na população infantil e assumia a educação física escolar como de sua responsabilidade.

Segundo outro decreto, de nº 10.302, de julho de 1939, foi a Inspeção Geral de Educação Física transferida para o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, continuando os funcionários da antiga inspeção a servir os mesmos cargos. Durante a pesquisa nenhuma informação foi encontrada a respeito da referida Inspeção Geral de Educação Física, mas pelo conteúdo do decreto é de se supor que dentro da Secretaria da Educação e Saúde Pública havia, tanto o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, quanto a Inspeção Geral de Educação Física, sendo a última configurada como uma pasta do Departamento de Educação. A existência de dois órgãos especializados em Educação Física dentro de uma mesma estrutura pode evidenciar a existência de dissonâncias entre duas propostas diferentes. A consolidação de um único órgão pressupõe uma nova organização, na qual uma das duas propostas ganharia força.

De fato, as alterações propostas em 1933 por Fernando de Azevedo, seriam efetivamente aceitas e trabalhadas, somente a partir de 1939, momento em que houve essa nova reorganização do Departamento de Educação Física. É importante salientar que em sua nova

organização, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo não retomou a mesma estrutura proposta por Fernando de Azevedo, mas essa reorganização, o adequaria novamente às políticas educacionais organizadas pela Secretaria da Educação e Saúde Pública. Assim como em 1933, novamente o Departamento de Educação Física aproximava-se politicamente de seu órgão responsável.

Logo após a consolidação dessas diversas mudanças no Departamento de Educação Física, foi criado, em 4 de agosto do mesmo ano, pelo decreto nº 10.409, a Diretoria de Esporte do Estado de São Paulo. Considerando “que a centralização dessas atribuições [esportivas] em um órgão técnico especializado permite ao Departamento de Educação Física do Estado desenvolver melhor as suas numerosas atribuições” (DECRETO nº. 10.409, 1939), é instituída a Diretoria de Esportes, dissociada de qualquer secretaria de Estado e subordinada diretamente à Interventoria Federal, tendo por função superintender toda atividade esportiva paulista. As competências do novo órgão eram muito parecidas com as que o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo tinha no ano de sua criação, 1931.

É possível que este novo órgão administrativo tenha sido criado em resposta as modificações ocorridas no Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. Novamente não atendendo às propostas dos antigos funcionários do DEF-SP, teriam eles se movimentado politicamente para criar um novo espaço no qual suas ações continuariam a ser desenvolvidas na mesma linha de ação. De acordo com as análises feitas por Adriano Mastroso, a partir de 1940 começa a haver algumas alterações na Associação dos Professores de Educação Física, fato esse que pode também estar ligado as novas propostas efetivadas em 1938 e 1939 no Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

Melega (1958) comenta que esta gestão [da APEF-SP em 1940] foi cheia de realizações, mas também cheia de debates calorosos, admissões e demissões. O transcurso desta Diretoria parece ter sido conturbado, cheio de disputas e rompimentos, parece acenar para a configuração de grupos dissonantes com representações diferenciadas e que passam a disputar o espaço dentro da associação em nome de imporem seus projetos, parece acenar também para a consolidação do afastamento da Associação em relação ao Departamento de Educação Física e dos próprios sócios fundadores que deixaram de ocupar cargos de diretoria nesta gestão. (MASTROSOSA, 2003, p.120)

É interessante notar também que em 1940 ocorreu o I Congresso Paulista de Educação Física, realizado pela APEF-SP. Os funcionários do Departamento de Educação Física

participaram das conferências e comunicações do Congresso, mas a organização foi da Associação dos Professores de Educação Física. É provável que o Congresso tenha sido uma espécie de resposta às transformações feitas no Departamento de Educação Física em 1939, uma forma encontrada pelos antigos funcionários para se legitimarem, marcando uma posição política bem definida.

As alterações de 1939 foram acompanhadas pela substituição do diretor do Departamento de Educação Física, Antônio Bayma, sendo nomeado para o cargo Dr. Edmundo de Carvalho, expoente médico paulista formado na Faculdade de Medicina da Bahia. O nome de Edmundo de Carvalho sempre esteve ligado de alguma forma ao esporte e a ginástica. Ainda quando estudante, em 1903, em conjunto com seus demais colegas paulistas, fundou o time de futebol "S. C. São Paulo da Bahia" para disputar o campeonato baiano. (OLIMPICUS, 1954). Em 1932, quando diretor da "Rádio Educadora Paulista", seu nome ficou conhecido como o responsável por conceder ao Prof. Oswaldo Diniz Magalhães um horário na programação da emissora para veiculação do primeiro programa radialista voltado a educação física, o "Hora da Ginástica" (CARVALHO, 1994).

É possível observar, por meio do Relatório de Atividades do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo de 1942, que nesta data ele já mantinha em sua estrutura dez Inspetorias Regionais, consolidadas nas cidades de Campinas, Guaratinguetá, Sorocaba, Santos, Catanduva, Ribeirão Preto, São Carlos, Avaré, Botucatu, Bauru, as quais procuravam orientar o ensino da educação física em todo interior paulista. Entretanto, desse total, apenas 4 demonstravam uma atividade organizada: Campinas, Guaratinguetá, São Carlos e Santos. A inspetoria de Campinas era presidida pela professora Otília Foster¹³ e mantinha sob sua tutela quarenta e uma escolas espalhadas por toda aquela região cuja função principal era a de organizar e fiscalizar, de acordo com as normas do Departamento de Educação Física, a formação de grupos ginásticos em cada uma das escolas. As atribuições das Inspetorias Regionais, entretanto, iam muito além dessa e se caracterizavam como sub-sedes do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, responsabilizando-se também por promover os desfiles e apresentações dos grupos ginásticos em datas cívicas, distribuir o material esportivo comprado pelo

¹³ A respeito dos trabalhos desenvolvidos por Otília Foster cf.: DANAILOF, Katia. *Corpos e cidades: lugares da educação*. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas: Unicamp, 2002.

departamento, organizar campeonatos interescolares, promover os fichamentos antropofisiológicos das crianças, entre outras.

Sempre ao início de cada ano letivo eram promovidas reuniões com os professores de educação física com o objetivo de transmitir-lhes orientações sobre os trabalhos a serem desenvolvidos. Nos dias 11, 12 e 13 de março de 1942 compareceram a sede do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo cerca de noventa professores de educação física advindos das mais diversas cidades do Estado (DEPARTAMENTO, 1942, p.42). Foram explicitadas regras para o preenchimento das fichas antro-fisiológicas, para a preparação dos campeonatos estudantis e para a confecção dos relatórios mensais. Era comum também nessas ocasiões a distribuição de “mappa de figuras com exercícios do Método Francês de Educação Física, organizado pelo Departamento de Educação Física” (FOSTER, 1943, p.3). Ainda no ano 1942, no segundo semestre mais especificamente, foi distribuído grande número de material esportivo para as Inspetorias Regionais, tendo sido espalhado para quarenta e uma escolas em todo o Estado. O material constava, por exemplo, de traves de equilíbrio, pesos esféricos, discos, varas para salto, para lutas, dardos, cordas, bolas e redes de vôlei, basquete e futebol¹⁴.

É possível verificar, por meio do Relatório de Atividades de 1942, que o Departamento de Educação Física mantinha: um serviço médico bem aparelhado para a realização dos exames antro-fisiológicos; uma biblioteca com 1.333 obras e 46 coleções de periódicos; uma repartição de desenhos e projetos, na qual se realizavam plantas arquitetônicas de parques infantis, escolas, e estádios, ilustrações, cartazes e propagandas; uma repartição de fotografia e cinematografia, a qual dispunha de amplo material; um escritório de contabilidade; e um serviço de arquivo e protocolo.

Tais fatos demonstram claramente o crescimento ocorrido no Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo a partir de 1939. Tanto suas atribuições, quanto seu número de funcionários, recurso financeiro e repartições aumentaram consideravelmente. A aproximação às propostas da Secretaria da Educação e Saúde Pública, não só ofereceria um grande estímulo financeiro e material para o Departamento de Educação Física do Estado de São

¹⁴ A lista completa de materiais encontra-se no Relatório de 1942 do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo localizado no Centro de Memória da Unicamp (Fundo Otilia Foster).

Paulo, como também promovia uma nova organização de sua estrutura, a qual foi ampliada, e passou a contar com novas repartições e atribuições.

Entre as repartições presentes em sua estrutura em 1942, chama especial atenção, por estarem diretamente ligadas a estabelecimentos extra-escolares que mantinham relações com a natureza, o Serviço de Colônia de Férias e o Serviço de Parques Infantis.

Capítulo IV

Os Parques Infantis

As justificativas apresentadas por diversos autores para a construção dos parques infantis em muito se aproximavam do sentimento do medo urbano, mais especificamente de um receio em relação ao ambiente da rua. De acordo com Margareth Rago (1985, p.121), “no discurso do poder médico, a rua era representada como ‘a grande escola do mal’, espaço público por excelência onde se gerariam os futuros delinqüentes e criminosos irrecuperáveis”.

Os parques infantis da cidade de São Paulo foram construídos e geridos pelo Departamento Municipal de Cultura, órgão administrativo municipal fundado em 1935 por Mário de Andrade. A construção desses espaços iniciou-se já na administração do prefeito Fábio Prado, de 1934 a 1938, sendo entregue a unidade do Ipiranga. Bairros como Lapa, Dom Pedro II, Santo Amaro, Tatuapé, Barra Funda, Catumbi e Vila Romana também receberam seus Parques Infantis. Em sua maioria, bairros operários.

Nicanor Miranda, chefe da Divisão de Ensino e Recreio, do Departamento de Cultura, ao escrever os motivos que levaram a construção dos parques infantis, afirmava a falta de espaços recreativos adequados na cidade para a população infantil. Alegava que “O lar e a escola não resolvem o problema de recreação e do preenchimento dos lazers” (MIRANDA, 1945, p.78).

Assim como Arthur Neiva, Nicanor Miranda percebia a escola como uma instituição sobrecarregada de *didatismos*, na qual, por ter o seu tempo tomado na totalidade pelas teorias, forçava as crianças a permanecerem sem se movimentar, violando assim as leis do crescimento físico e psíquico infantis. Segundo o autor:

A escola é o lugar onde a criança tem que ficar sentada, bem quietinha, quatro horas por dia e nove meses por ano, absorvendo abstrações e sem a prática de experimentações. Tudo se passa como se o interêsse da criança gravitasse em tórno de livros, silêncio, passividade, inatividade. (MIRANDA, 1939, p.4).

De fato, esse modo de conceber a escola fazia parte das críticas elaboradas pelo movimento da escola nova à pedagogia tradicional. Como solução para os problemas levantados era a atividade recreativa exaltada. Ao afirmar que “as atividades recreacionais se prestam admiravelmente para completar o currículo escolar, minorar a fadiga decorrente de métodos didáticos arcaizados ou do próprio temperamento de professores entediados” (MIRANDA, 1945, P.79). Nicanor Miranda propunha uma nova forma de recreio, o recreio ativo. Em suas palavras: “O recreio escolar constitui recreio passivo e não ativo, de sorte que dificilmente se alcançam os objetivos da recreação na sua utilização como processo educacional” (MIRANDA, 1945, p.78).

Apresentando os parques infantis como um espaço para o preenchimento dos lazeres infantis, como um complemento às ações médicas realizadas na instituição escolar, Nicanor Miranda desconsiderava o espaço da rua como propício para o divertimento. Segundo sua concepção, era necessário preencher o tempo livre das crianças com atividades orientadas, afastando-as do ambiente de vícios da rua.

A vivificação dos instintos anti-sociais e a ausência de controle e observação do comportamento da criança transformam a rua em geradora de pequenos delinquentes. Eis a sociedade diante do problema da criminalidade juvenil, um dos que mais preocupam sociólogos, educadores e higienistas mentais. (MIRANDA, 1945, p.79).

Nicanor Miranda em seu discurso utilizava-se do termo “instinto” para construir sua narrativa. Ao conceber o ser infantil como passível de desenvolver instintos anti-sociais, quando no ambiente da rua, recomendava a construção de espaços devidamente projetados para coibir o aparecimento desses. Afirmava, de igual modo, haver também na criança o instinto pelo jogar, sendo ele o responsável por incitá-las a procurar pelo espaço da rua, no entanto, de acordo com sua linha de pensamento, “A criança não procura a rua, procura o espaço, a área de jogo, os companheiros que a ajudem a preencher o desejo irreprimível de jogar” (MIRANDA, 1945, p.79). Ao não encontrar um espaço adequado para essa função, iria a criança para o ambiente da rua, no qual “Começando por surrupiar uma fruta, passa o garoto rueiro a furtar peças de automóveis, roupas, objetos de valor e dinheiro. Eis o criminoso infantil, adolescente e adulto” (MIRANDA, 1939, p.4).

As ruas, para Nicanor Miranda, seriam o local adequado para as crianças satisfazerem seu instinto de jogar somente quando essas fossem como “playstreets”, as quais, segundo Inezil Penna Marinho, configuravam-se em iniciativas norte-americanas, nas quais se

fechava, “em determinadas horas do dia, o trânsito de certas ruas, para que as crianças pudessem brincar, [...] evitando, assim, que disp[usessem] de mais oportunidades para delinquir e perturbar, desta forma, os policiais de serviço” (MARINHO, 1981, p.136). Não havendo no Brasil essa iniciativa, como solução Nicanor Miranda via nos parques infantis o meio mais adequado para resolver o problema da criminalidade infantil.

Seriam os parques infantis a iniciativa mais adequada para afastar a infância das ruas, com a vantagem de que nesses espaços as crianças da cidade teriam as mesmas oportunidades das crianças do campo. Observa-se, desse modo, que Miranda parte do pressuposto de que a vida no campo proporcionaria às crianças os melhores recursos para o seu desenvolvimento moral e físico. Ao questionar se “a vida infantil não se reveste dos mesmos aspectos, quer a criança viva no campo ou na cidade” Nicanor Miranda (1945, p.78) concebe distinções entre o viver rural e o urbano, argumentando a favor do primeiro.

Teria a criança que vive no campo uma maior liberdade de movimentos e, conseqüentemente, maiores oportunidades de satisfazer seu impulso natural de jogar. Distanciando-se dos discursos de Belisário Penna a respeito dos sertões brasileiros, Nicanor Miranda concebe a vida infantil no campo como a que melhores resultados oferece ao ser infantil. Desse modo, deveriam os parques infantis contar com espaços e equipamentos que oferecessem às crianças da cidade os mesmo benefícios da vida no campo.

Sol, ar livre, companheiros, logradouros, apropriados para jogar, são elementos imprescindíveis à vida juvenil.

Os Parques Infantis oferecem-lhes as oportunidades que teriam se vivessem no campo. A criança parqueana não escala montanhas, mas sobe nas escadas verticais. Não trepa em árvores – porque ale se deve ensinar também o amor e o carinho para com as árvores – mas equilibra-se e caminha nas escadas horizontais, como se passasse de galho a galho nas árvores do campo. Não monta a cavalo, mas balança-se nos aparelhos e fira nos carrusséis [...] (MIRANDA, 1945, p.78).

Os parques infantis não foram instalados unicamente em São Paulo. Diversas cidades do interior do Estado também receberam esses “espaços educativos”. O discurso que valorizava sua construção nas cidades longe da capital paulista, principal centro urbano do Estado, baseava-se no pressuposto de que as crianças deveriam, mesmo que já vivessem próximas a natureza, ter suas brincadeiras orientadas para o melhor desenvolvimento de suas

faculdades psíquicas e físicas. Maria de Lurdes Morais deu um bom exemplo desse discurso ao escrever que:

Quando se fala em criar Parques Infantis no Interior do Estado, geralmente dizem: ‘Parques Infantis, onde há tanto mato em redor das cidades? Que absurdo!’. No entanto, é lá, principalmente, que essa necessidade se faz sentir. É verdade que as crianças têm mato para brincar; mas saberão elas brincar? Não é criando-se um filho ‘a vontade’, que se lhe terá assegurado uma vida saudável.

Lá a criança aprende a brincar; seus brinquedos são cuidadosamente escolhidos, de acordo com a sua idade, índole e físico. Sua saúde é guardada de perto e ela recebe o tratamento médico adequado ao seu caso. A distribuição de lanches, que se processa diariamente, obedece aos mais rigorosos preceitos de higiene e alimentação, proporcionando assim, à criança, elementos nutritivos e fortificantes, que – em sua casa – talvez não possa receber. (MORAIS, 1948, p.47).

Não seria qualquer tipo de divertimento aquele mais recomendado pelo discurso médico para o aperfeiçoamento infantil. “Saberiam elas brincar?” era a indagação que incitava o leitor a corroborar os argumentos positivos em relação aos parques infantis. Eram espaços nos quais as crianças, por meio de métodos adequados, aprenderiam a brincar corretamente, de acordo com seu desenvolvimento físico e mental. Conforme analisado por Kátia Danailof (2006, p.26) “[...] os parques públicos não seriam apenas o ‘pulmão da cidade’, mas espaços que substituiriam a contemplação da paisagem verde, o contato com a natureza e com o ar livre, por atividades orientadas”.

Os parques infantis eram locais projetados, nos quais os passeios, prédios, quadras, piscinas e jardins eram minuciosamente planejados. A paisagem natural desses ambientes não era aquela das florestas brasileiras. Em conjunto às medidas médicas e assistenciais, os elementos naturais dos parques, o ar, a luz solar e a água, eram como meios importantes para restabelecimento da saúde das crianças. A proposta dos parques infantis, assim, ia muito além da recreação orientada, pois era, de fato, um espaço onde o pensamento médico muito investiu, terminando por configurá-los como instituições assistenciais.

Os parques infantis formavam um ambiente que prestava serviços de biblioteca, assistência alimentar, odontológica e médica aos infantes, além de permitir o contato com a natureza e de garantir que as crianças permanecessem em ambiente higiênico e sob constantes cuidados profissionais. A partir das fontes trabalhadas, é possível inferir que os parques infantis foram instituições nas quais o movimento da Escola Nova muito investiu. Sua concepção estava fortemente atrelada ao ideário desse movimento pedagógico cujas idéias principais podem ser

encontradas de forma sintética no “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” de 1932 e que tomava por base os estudos científicos tanto biológicos quanto psicológicos.

A função do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo era, por meio de seu inspetor geral, organizar e fiscalizar os serviços oferecidos pelos parques infantis. O Estado não era responsável por construir ou administrar esses espaços, ele apenas regulamentava as atividades desenvolvidas em suas dependências, além de desenhar as plantas arquitetônicas dos mesmos na repartição de desenhos e projetos do Departamento de Educação Física.

Como observado nos relatórios de atividades elaborados pela professora Otilia Foster a pedido do DEF-SP, os parques infantis eram, também, locais propícios para as apresentações públicas dos exercícios ginásticos elaborados pelos grupos de cada cidade paulista. Em geral, estas apresentações ocorriam em dias comemorativos e principalmente em festividades patrióticas, como o dia da bandeira, da proclamação da independência, da república, da criança etc. No interior do Estado destacavam-se os parques infantis de Campinas e de Araraquara, devido a suas constantes atividades que serviam como “uma escola de civismo, patriotismo e ensinamentos práticos a nossa infância” (DEPARTAMENTO, 1942, p.24).

No caso paulistano, os candidatos a instrutores dos Parques Infantis, segundo o decreto municipal nº 861 de 09 de Janeiro de 1935, deveriam ser oriundos da Escola Superior de Educação Física, ou das demais escolas de educação física mantidas pelo governo federal, ou ainda, do Instituto de Higiene de São Paulo. O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo constantemente, com o apoio dos profissionais da Escola Superior de Educação Física, realizava cursos de poucos dias com orientações técnicas e teóricas a respeito do trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais nos parques infantis, garantindo assim certo controle sobre as atividades realizadas nesses ambientes.

A cidade de Campinas contava com dois parques, um na Vila Industrial e outro na Praça Fluminense, antigo passeio público. Araraquara também contava com um, assim como Pirajuí, Ribeirão Preto e Marília. Muitos outros foram projetados, como aqueles destinados às cidades de Amparo, Jundiaí, Ribeirão Preto, Catanduva, Jaboticabal, Monte Alto, São José dos Campos, Itapira, Pirassununga, Serra Negra, Itapira, São Carlos, Barretos, Mogi Mirim, Santo André e Mogi da Cruzes, no entanto muitos também não foram construídos. O Departamento de Educação Física procurou “por todos os meios intensificar o movimento de construção de

Parques Infantis no Interior do Estado” (DEPARTAMENTO, 1942, p.25). Uma das formas encontradas foi enviar “a todas as prefeituras uma publicação sobre o serviço e a utilidade dos Parques Infantis [...], acompanhada da circular sugerindo aos Prefeitos a inclusão de uma verba destinada aos Parques Infantis” (DEPARTAMENTO, 1942, p.25).

A política de construção dos parques infantis também esteve presente em outros Estados, entre eles o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Amazonas e o Distrito Federal. Em conjunto às escolas, colônias de férias, centros de saúde, creches, orfanatos e asilos infantis, formava uma rede de instituições destinada a cuidar da infância no Brasil.

Partindo do princípio que a cidade de São Paulo encontrava-se em um processo de industrialização, onde o cenário urbano ampliava-se rapidamente, não demorou muito para que os símbolos do movimento Modernista da década de 1920 também se transformassem. O movimento, o barulho, o automóvel, o concreto que em um momento anterior identificavam-se com um sentimento de civilidade, de distanciamento das origens selvagens brasileiras, passam na década de 1930 a construírem-se como símbolos contrários a uma natureza perdida que necessitava ser resgatada no afã de enraizar um sentimento de nacionalismo em construção.

De acordo com Katia Danailof (2006, p.69): “Mário de Andrade, Fernando de Azevedo e Anhaia Mello defendia que as sedes dos parques infantis, em estilo neocolonial, deveriam ser projetadas como obra a serem preservadas e, com elas, o conjunto de elementos nacionais persistiria ao longo do tempo”. Para Fernando de Azevedo, não bastaria que os Parques Infantis fossem bem aparelhados “com o necessário para o fim higiênico e recreativo. Não bastará que sejam belas e convidativas. É preciso também que sejam núcleos de espírito nacional” (AZEVEDO, 1960, p.319). Era preciso que sua arquitetura fosse a mais próxima daquela genuinamente brasileira, ou seja, a arquitetura colonial.

Da mesma forma deveria também ocorrer “na jardinagem em que se aproveitarão quanto possível as plantas e as árvores indígenas (com suas respectivas etiquetas de nomes vulgares) e nos viveiros de pássaros, deve respirar o espírito do país” (AZEVEDO, 1960, p.322). Os estudos da flora e da fauna brasileiras, realizados por Arthur Neiva, encontrariam nos parques infantis um profícuo ambiente, auxiliando na educação e na construção de um sentimento de pertencimento pátrio nas crianças atendidas por essa instituição.

A natureza brasileira, que muitas vezes era concebida como um elemento a ser esquecido, pertencente a um passado incivilizado, bárbaro e caipira é purificada e percebida como a origem genuinamente brasileira. Antes um movimento de esquecimento, depois um movimento de resgate, de procura por raízes. Como se o cidadão verdadeiramente nacional, o índio, o caboclo, fosse corrompido pela civilização, pela cidade e pela fábrica.

Era premente construir um passado puro que pudesse, assim, alimentar a idealização de um futuro progressista, de uma nação patriota. Nesse sentido, os parques infantis, geralmente localizados em bairros de imigrantes, veiculavam a idéia de pertencimento a uma pátria ancorada em um passado de pureza ligado a natureza. Como não era possível retornar a um estado primitivo, saudável, em que suposta e idealmente encontravam-se as tribos *selvagens* do Novo Mundo tão estudadas por Mario de Andrade em suas viagens etnográficas, formalizava-se uma educação integral que tomava a natureza como guia e modelo.

Este ideário vai ao encontro de um retorno romântico ao paraíso perdido, tão característico das obras de Jean-Jaques Rousseau. Era preciso reconquistar um momento anterior, nostálgico, no qual a corrupção social criada pela vida no meio urbano não se impunha, redescobrir uma transparência perdida, uma inocência infantil original (STAROBINSKI, 1991).

Os parques infantis foram uma tentativa de inscrever as propostas de educação em um projeto higiênico que visava utilizar a natureza para robustecer o indivíduo, tornando-o ao mesmo tempo saudável e parte integrante de uma nação em formação. As ações do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo evidenciaram definitivamente essa proposta de educação com a criação de duas instituições diferentes: a Escola de Aplicação ao Ar Livre Dom Pedro II, em 1937, e as diversas colônias de férias na década de 1940.



Figura 1: “Parque Dom Pedro II. Brás, 1937.”
FERNANDES JUNIOR, Rubens; LIMA, Michael Robert Alves de; VALADARES,
Paulo. *B. J. Duarte: caçador de imagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p.39.



Figura 2: “Parque Dom Pedro II. Brás, 1937.”
FERNANDES JUNIOR, Rubens; LIMA, Michael Robert Alves de; VALADARES,
Paulo. *B. J. Duarte: caçador de imagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p.40.

Capítulo V

Colônias de Férias, Preventórios e Sanatórios

O artigo publicado em junho de 1940, na revista “Vida e Saúde”, ao abordar a tuberculose da população infantil, afirmava que “as escolas ao ar livre, os sanatórios de preservação a beira mar, no campo ou na montanha, representam aparelhos de terapêutica profilática que cumpre adotar sem tempo” (MAIA, 1949, p.12). Seriam essas instituições responsáveis por prevenir a população infantil das diversas doenças que assolavam o meio urbano no final do século XIX e início do XX, garantido a formação de uma geração, ou de uma raça, para utilizar o termo eugenista da época, de cidadãos economicamente úteis e moralmente limpos.

O ideário que conferia base para a criação das colônias de férias no Brasil foi bem exposto pelo dr. Almir Madeira, na Conferencia Nacional de Proteção à Infância de 1933, ao pronunciar que: “Só se está em férias, fora dos grandes centros urbanos, vivendo ao ar livre e tonificante das montanhas, das praias ou dos campos, sob o controle da fisiologia e da higiene” (MADEIRA, 1933, p.18). Ainda segundo o médico, as colônias de montanha, também conhecidas como de altitude, seriam mais indicadas para os anêmicos, as marítimas ou a beira mar, para os ganglionares ou adenopáticos e as de campo, ou de planície, para os que sofriam de doenças nervosas. Muito embora, na continuidade de sua apresentação, ele advertisse que tais indicações nada tinham de absoluto, havia nesse modo de conceber uma singularidade, pois para cada tipo de doença que se pretendia tratar era recomendada uma das regiões onde se localizavam as colônias de férias. Do mesmo ponto parte o médico João Ferraz do Amaral ao afirmar que:

Ás colônias marítimas serão encaminhados os escolares affectados de engorgitamento ganglionares, os curados da tuberculose; não convêm aos nervosos excitáveis, aos hepáticos, aos arthriticos, aos hypertensos.

As colônias serranas serão reservadas aos nervopathas, lymphaticos, predispostos á tuberculose, anêmicos, convalescentes. (1932, p.71)

Tanto o pronunciamento feito pelo Dr. Almir Madeira, quanto o texto de João Ferraz do Amaral, demonstram uma especificidade estabelecida entre o local de instalação das colônias de férias e o tratamento médico oferecido por elas. O ambiente, fora dos centros urbanos, em contato íntimo com a natureza, ofereceria os elementos adequados para os tratamentos médico-terapêuticos em tais instituições. Sua percepção a respeito das Colônias de Férias estava entre dois campos distintos, mas que na época começavam a estabelecer relações: o da medicina e o da educação.

Vistas a partir do prisma médico, as colônias de férias muito se aproximavam dos preventórios e sanatórios para tuberculosos construídos principalmente no princípio do século XX. O Dr. Almir Almeida era diretor do famoso Preventório Dona Amélia, na ilha de Paquetá no Rio de Janeiro, e, ao falar a respeito das colônias de férias situava-se, claramente, em uma linha de transição entre o modelo do sanatório e da colônia de férias. Não que os preventórios, sanatórios e colônias de férias fossem instituições opostas ou extremas, bem ao contrário, é possível dizer que elas mantinham tanto similaridades, quanto diferenças e é nesse sentido que os termos utilizados para designar cada uma das instituições permitem que se observem modificações quanto a suas estruturas e significados.

Os sanatórios, afastados dos centros urbanos, eram locais nos quais os doentes ficavam isolados para o tratamento de suas enfermidades, eram instituições de cura. Já os preventórios, como o próprio nome indica, eram estabelecimentos que visavam prevenir uma população de certos males e doenças. Por fim, as colônias de férias, concebidas também para a prevenção, vigilância e assistência, possuíam alguma diferença, uma vez que às suas tarefas já anunciadas agregava-se, ainda, a sua função educacional, função essa inexistente nas outras aqui nomeadas. Contudo, havia um ponto de união entre estas instituições, qual seja, o ambiente da natureza e seus elementos curativos e restauradores.

No caso dos sanatórios, o isolamento e o afastamento da população contagiada dos demais, agregado ao contato direto com o ambiente natural da montanha, especialmente, ofereciam os elementos específicos para o tratamento da enfermidade. O risco de disseminação de doenças ficava teoricamente anulado. Criados e geridos principalmente por associações filantrópicas e religiosas, os sanatórios tiveram um papel importante no atendimento de uma população portadora de enfermidades consideradas contagiosas tais como a tuberculose, a lepra,

entre outras, desde o século XIX e ao longo de toda a primeira metade do século XX.

No caso de São Paulo, a Liga Paulista Contra a Tuberculose, criada em julho de 1889 pelo médico Clemente Ferreira, foi a que ganhou maior representatividade, construindo sanatórios e dispensários em diversas localidades do Estado. Outras entidades civis também atuaram na mesma causa, especializando-se na população infantil, como o caso do grupo de Preservação dos Filhos de Tuberculosos Pobres, que em 1913 inaugurou na cidade de Bragança Paulista o Sanatório de Prevenção Infantil. Serviços, como o de Proteção à Primeira Infância, subordinada ao Serviço Sanitário de São Paulo e dirigido por médicos como Emilio Ribas e o próprio Clemente Ferreira se agregavam à estrutura médico-assistencial que se formava¹⁵.

Periódicos científicos especializados, assim como os congressos médicos, debatiam a necessidade da criação de sanatórios e preventórios infantis, do mesmo modo que recomendavam a construção de jardins de infância, hospitais infantis e creches nas fábricas destinados às crianças. Revistas de vulgarização científica, assim como panfletos, artigos e cartazes dos Serviço Nacional de Educação Sanitária e Secção de Propaganda e Educação Sanitária, se encarregavam de promover a divulgação e a defesa de tal sistema assistencial.

Em conjunto, eram os hospitais de isolamento, sanatórios, dispensários e preventórios, geridos em grande parte por ligas e associações civis, freqüentemente subsidiadas pelo governo, que confeririam à população carente o tratamento à tuberculose. A consolidação de instituições que ofereceriam um regime higiênico-dietético, aliado a tratamentos terapêuticos e intervenções médicas como a de pneumotórax¹⁶, procuravam assegurar a vida da população, em sua maioria de operários. A imagem central era a de que o contato com a natureza, a mudança climática, associada a uma alimentação adequada, proporcionariam benefícios à saúde dos trabalhadores.

O discurso médico, em especial o higienista, e certas nuances do eugenista, fazia a defesa desse sistema assistencial ao tísico baseado em concepções que consideravam a doença como um flagelo social, a qual ao contagiar o corpo do trabalhador o transformaria em um elemento malgrado para a família e a sociedade. Imbuído de valores utilitaristas e moralistas

¹⁵ A respeito da tuberculose e das instituições criadas no Brasil, em especial em São Paulo, ver: BERTOLLI FILHO, Claudio. História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900 – 1950. Tese de doutorado, FFLCH – USP, 1993.

¹⁶ Vale salientar que na época já era de conhecimento que a tuberculose era causada pelo bacilo Koch, no entanto tal conhecimento não assegurou mudanças imediatas nos tratamentos praticados.

esses discursos tinham como valor central a defesa da vida do trabalhador e da infância, com o objetivo de assegurar a produção econômica e uma organização social estável. Ao escrever sobre essas concepções, em 1950, o sociólogo Oracy Nogueira afirmou que:

Com o 'utilitarismo' dos dias atuais, expresso na tendência à supervalorização (em relação a épocas anteriores) das condições materiais de vida, o tipo humano ideal se reveste cada vez mais dos caracteres sugeridos pelos eugenistas. É o homem robusto, atlético, que tem seu protótipo no campeão esportivo.

[...] Símbolo da nova condição social do tuberculoso pulmonar é a tendência cada vez mais generalizada de o considerar como 'um pêso morto', um elemento deficitário para a família e a sociedade.

Atualmente, generaliza-se, cada vez mais, em todas as camadas da sociedade, a concepção da tuberculose como 'flagelo social', isto é, como algo que põe em perigo valores tidos em alto apreço pelo grupo, como a vida e a capacidade de produção de seus membros. (NOGUEIRA, 1950, p.21).

No Estado de São Paulo, cidades como Campos do Jordão e São José dos Campos receberam grande parte da população enferma para se hospedar em seus sanatórios. No caso de Campos do Jordão, já no último terço do século XIX, sua paisagem e seu clima eram recomendados pelos médicos como os mais adequados para a cura de doenças. Tanto sanatórios, quanto preventórios e colônias de férias lá se instalaram.

Capítulo VI

A Montanha: Campos do Jordão

O médico Theodoro Sampaio em 1893 narrava em seu livro intitulado “Notas de viagem” seu percurso à região de Campos do Jordão. Nele Sampaio descrevia o caminho até o alto da Serra da Mantiqueira como um rico ambiente natural, com fontes de águas cristalinas, ar puríssimo, e belas matas de pinheiros. Apresentava todos os percursos d’água encontrados, as fontes minerais, “cujas virtudes para males de estomago têm sido mais de uma vez provadas” (SAMPAIO, 1893, p.8), o clima seco e frio, e as araucárias, que ao seu ver, imprimiam nota estranha a paisagem, fazendo parecer que “já não estamos na terra clássica da luxuriante vegetação dos tropicos, tão discordante dessa vegetação de columns [pinheiros] é o nosso matto retorcido, entrelaçado de lianas e de cipós” (SAMPAIO, 1893, p.9).

Seria a paisagem, a qual era mais próxima a uma realidade européia, juntamente com o clima e as fontes hidrominerais, que conferiam, na visão de Theodoro Sampaio, atrativo à região. Até o seu solo era considerado como o mais adequado para o desenvolvimento de “fructos da Europa [que] ahi vêm como se fo[ssem] nativos” (SAMPAIO, 1893, p.11). Todos esses atributos da região garantiriam que “Uma estação de verão ahi teria o seu melhor assento” (SAMPAIO, 1893, p.11). Com esse objetivo ele propõe a construção de uma vila de veraneio em meio à paisagem pitoresca relatada.

As ruas traçadas em bellos e suaves contornos pela encosta dos montes, as casas de campo espalhadas sem essa preocupação burgueza das prosaicas symetrias, a vegetação natural aproveitada nos parques bem delineados, as lindas cascatas, do fundo do Valle postas em evidencia pelo bem combinado dos planos. Tudo quase ao natural e sem outra arte que não a de não ter arte nenhuma, completar e não corrigir. (SAMPAIO, 1893, p.11)

Em sua proposta a estação de verão seria como um complemento à paisagem. Uma vila que se misturasse à natureza e não que a modificasse e transformasse. Não havia a preocupação de uma organização simétrica do espaço, pois seria o cenário da natureza nativa, o

qual conferiria melhor atrativo. Seus elementos, como a água, a madeira e as pedras “bastariam para os misteres da cidade a construir” (SAMPAIO, 1893, p.12). A vila integrada ao meio natural era o suficiente para servir de refúgio para “nossas populações do littoral tão castigadas pelos rigores da estação estival” (SAMPAIO, 1893, p.12). Parece evidente que para Theodoro Sampaio, a mudança para um cenário de clima mais temperado, ou seja, menos tropical, em uma cidade feita pela mesma matéria prima do seu entorno, em muito beneficiaria a saúde da população brasileira.

Em relação ao clima, um dos ideários em voga na época era o de que o clima brasileiro, quente e úmido, não seria o mais adequado para a população, principalmente a européia imigrante, acostumada com climas mais amenos¹⁷. Nesse sentido, o clima de montanha da região de Campos do Jordão levaria vantagens por estar mais próximo ao europeu.

Partido do pressuposto que o calor e a umidade relaxam, amolecem, enfraquecem e corrompem, o frio, em oposto, comprime, endurece, consolida e tonifica. O corpo quando em contato com o frio se fortificaria e avigoraria (VIGARELLO, 1996). Nesse sentido, os benefícios do frio seriam responsáveis, tanto por *recuperar* os corpos amolecidos, quanto preveni-los dos efeitos dos trópicos. A crítica à moleza ultrapassava o físico, convertendo-se em questões morais e sociais. O frio, responsável pelo vigor e pela energia, contrapunha-se à flacidez dos costumes e à degeneração social atribuída aos corpos, por assim dizer, quentes.

O frio é um grande tônico para o organismo humano. Robustece e virilisa as raças. [...] É fonte inspiradora do ‘struggle for life’. O calor dos trópicos levanta a planta, mas prosta o homem. Tonifica o organismo vegetal, mas abate o organismo humano. Sejam, pois, amigos do frio. Em troca, elle nos dará saúde e energia. Os povos que as tem em ‘déficit’, respiram o ambiente da inércia. E o Brasil precisa mais, muito mais, ao lado da instrução e do recruzamento ethnico seleccionado, de bom sangue e de bons músculos, do que de patriotadas rhetoricas e inoculas. [...] é preciso generalizar o hábito, tão restricto ainda, entre nós, de se refazer periodicamente o organismo em climas de qualidade, renovadores de energia. (FERRAZ, 1940, p.8,9)

Quando unido às teorias hereditárias, o ideário em relação ao clima, via nas misturas raciais entre negros, índios e brancos um dos fatores de degeneração da sociedade. A visão do brasileiro miscigenado como indolente, reconhecia, muitas vezes, como um dos fatores externos para a sua configuração o clima tropical.

¹⁷ A respeito das teorias de “aclimatação” cf. o capítulo “Raça, ambiente e aclimatação” de: CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Em sua maioria, as teorias que fundaram esse determinismo biológico associado ao clima provinham de médicos e intelectuais estrangeiros que aportaram no Brasil no início do século XIX. Entre eles destaco o Dr. João Vicente Torres Homem que, durante a segunda metade do século XIX, constantemente recomendou regiões de clima frio para a cura da tuberculose; em localidades como o norte do Paraná, o sul de Minas Gerais, a cidade de Cunha, no Vale do Paraíba Paulista, e o distrito de Campos do Jordão, na Serra da Mantiqueira.

O interesse em esclarecer os elementos determinantes do mal consultivo levaram o catedrático da academia médica [dr. João Vicente Torres Homem, em 1882] a buscar apoio nas doutrinas vitalistas e miasmáticas vigentes no início da centúria para ensinar que o clima quente e úmido do Rio de Janeiro malcomunava-se com os mecanismos de hereditariedade, com o alcoolismo e com o aleitamento mercenário para propiciar a rápida expansão do reino da física. (BERTOLLI FILHO, 1993, p.142).

Conforme observara Claudio Bertolli Filho, ao estudar os escritos do Dr. Torres Homem, além do clima tropical, outras associações também eram feitas ao tuberculoso. Em diversa literatura médica encontramos referências aos enfermos como resultado de uma vida “desregrada”, associada ao consumo de álcool, de tabaco e tóxicos, ao jogo, à criminalidade, ou como fruto de uniões consangüíneas.

O ideário que afirmava ser o clima tropical o responsável pela degeneração da raça humana começou a entrar em decadência já a partir de 1910, no entanto os outros fatores, como o consumo de álcool, a prática do jogo, e a própria tuberculose, permaneceram como preocupações da eugenia e por muito tempo continuaram associadas à um suposto enfraquecimento, moral e físico, da espécie. Segundo André Luis dos Santos Silva, a principal função da Sociedade Eugênica de São Paulo, inaugurada em 1918, seria a de “divulgar a idéia eugênica atrelada a temas como o alcoolismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade, natalidade, tuberculose, dentre outros” (SILVA, 2008, p.67). A associação do clima à raça começou a ser repensada, pela eugenia brasileira, justamente no momento em que ela iniciou uma aproximação com os movimentos sanitaristas e higienistas, os quais concebiam as más condições sanitárias e higiênicas como resposta para a degeneração da população brasileira e não mais o clima.

Alguns sanitaristas, como Belisário Penna, que repudiavam a idéia da ação do clima tropical sobre a raça, defendiam que “Não é inhospito o nosso clima. Há vastíssimas regiões do paiz, cujo clima é invejável até para o europeu, e não há uma só, que não possa ser

habitada, com garantia de saúde e da vitalidade, seja pela nossa gente, seja por outra de qualquer parte do mundo.” (PENNA, 1921, p.18). Todo o território brasileiro seria passível de ser habitado, desde que se tomassem as devidas providências sanitárias em relação ao lugar, e higiênicas quanto à população. “É uma questão apenas de pequenos cuidados higienicos que precisam ser infiltrados e enraizados no espírito dos habitantes” (PENNA, 1921, p.18).

De todo modo, permaneceu o clima frio atraindo a atenção dos médicos que, por muito tempo, consideraram a “climatoterapia” o melhor tratamento para a tuberculose. Já nas últimas décadas do século XIX, diversas pessoas atingidas por essa doença procuravam pelas terras de Campos do Jordão para se curarem. Sua repercussão terapêutica no tratamento da tuberculose era conhecida por alguns médicos que para lá enviavam seus pacientes. A região contava, no século XIX, com algumas pensões e pequenos sanatórios particulares para receber os pacientes, em número reduzido, pois esses tinham que subir a Serra da Mantiqueira com o auxílio de burros e liteiras.

Como um reduto pitoresco, ela atiçava a vontade dos médicos de ali instalar uma vila para o repouso e para o tratamento dos tuberculosos. Parece aqui estarmos diante daquela paisagem tão bem descrita na literatura por Thomas Mann: A sua “montanha mágica”, na qual a personagem Hans Castorp viajara, por recomendação médica, para recuperar-se da anemia, para afastar-se da cidade corrompida pelas impurezas físicas e morais, e fruir um novo tempo.

Essa sensação de ser alçado a regiões cujos ares nunca respirara, e onde, como sabia, reinavam condições de vida particularmente rarefeitas e reduzidas, a que em absoluto não estava acostumado – essa sensação começava a excitá-lo, a enchê-lo de certa angústia. O torrão natal e a rotina de sempre havia ficado para trás, muito para trás, mas sobretudo a grande profundidade abaixo dele; e a ascensão continuava a afastá-lo mais ainda. (MANN, 2000, p.11)

Antes mesmo de se tornar elemento da ciência, a montanha já era objeto de um deslumbramento, panorama do sublime que despertava novas emoções. A natureza era vista como espaço de fruição, cenário de beleza. Conforme analisara Umberto Eco, o século XVII, na Europa, inaugurou o prazer pelas paisagens naturais. “Nasce nesse período aquela que poderíamos chamar de *poética das montanhas*: o viajante que se aventura na travessia dos Alpes é fascinado por rochas inacessíveis, geleiras sem fim, abismos sem fundo, extensões sem limites.” (ECO, 2004, 282). A ascensão aos cumes elevaria também a alma, aproximando-a dos

céus, evocaria o infinito e suscitaria os grandes pensamentos e paixões. Segundo André Rauch (2001), a descoberta da montanha como local de fruição e contemplação estava ligada também a uma procura pelo diferente, pelo desafio e pela excitação. De fato o romantismo alemão muito explorou essas novas sensações advindas da natureza bruta. Natureza idealizada, expressão da alma.

As gravuras em álbuns e livros ilustrados, de viagens realizadas a tais locais, como a Serra da Mantiqueira, divulgavam e sedimentavam uma visão idealizada dessa natureza de altitude. Assim também o faziam as imagens fotográficas do início do século XX ao capturarem as vistas panorâmicas dessas regiões. Aqui temos bem a idéia clássica da *natureza curativa* de Jean-Jaques Rousseau e que os primeiros médicos seguirão, antes mesmo de pensarem os exercícios físicos sistematizados, os métodos terapêuticos e a organização sanitária do ambiente da cidade e do campo.



Figura 3 "Uma impressionante paisagem, cheia de lendas..."
FERRAZ, Mario de Sampaio. *Campos do Jordão*. 3.ed. São Paulo: Directoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio. 1940, p.28.
(Foto de Bruno Bernardi)



Figura 4: “Pedra do Baú – Outro aspecto da maravilhosa cordilheira”.
 FERRAZ, Mario de Sampaio. *Campos do Jordão*. 3.ed. São Paulo: Directoria de
 Publicidade Agricola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio. 1940, p.31.
 (foto do Dr. J. Laraya)

Em 1896, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, por intermédio do novo proprietário de parte das terras de Campo do Jordão, o Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, passa a publicar uma série de artigos destacando as qualidades daquela região e atribuindo a ela a fama de “Suíça Brasileira” (PAULO FILHO, 1977, p.308). As comparações de Campos do Jordão com Davos-Platz foi uma constante.

Ainda no romance de Thomas Mann, escrito em 1924, era nos isolados Alpes suíços, a mil e seiscentos metros acima do nível do mar, que se instalara o edifício comprido, com numerosas varandas e largas janelas, do Sanatório Internacional de Berghof. Ambiente de cura, no qual “reinava ali uma clareza e um asseio de hospital; tudo era branco sobre branco, e as portas cintilavam com a alvura do esmalte” (MANN, 2000, p.184). Ambiente controlado por sua arquitetura, com a fachada do edifício dirigida para sudeste no afã de melhor aproveitar os elementos da natureza curativa, como o sol, a temperatura baixa e o vento. Localizava-se acima da vila climatológica de Davos-Platz, na qual “Hoteis e pensões, todos eles abundantemente providos de avarandados cobertos, sacadas e alpendre de repouso, achavam-se dispersos por ambos os lados, bem como casinhas particulares nas quais se alugavam cômodos” (MANN, 2000, p.99).

No Brasil, a idéia da construção de uma vila na região de Campo do Jordão para receber uma população de convalescentes ganhou destaque com a proposta dos médicos Emilio Ribas e Victor Godino, que em 1916 anunciaram na imprensa os planos de edificação de uma vila sanitária projetada. Sua planta, planejada pelo Dr. Henrique Rufin, de acordo com as instruções dos dois médicos, atendia às questões de topografia do terreno e de insolação das ruas e casas. Era previsto a construção de vinte e oito ruas, quatro praças ajardinadas e uma avenida de novecentos metros, em cujo centro passaria o ribeirão das Perdizes, retificado. As construções seriam dotadas de água encanada, luz e rede de esgoto (PAULO FILHO, 1977, p.170).

Diferentemente da proposta de Theodoro Sampaio, a de Ribas e Godino, previa uma reestruturação do espaço, com a retificação dos ribeirões e o esquadramento da vila. Ela já não seria concebida como uma vila feita e cercada pela natureza, mas como uma vila que se utilizaria maximamente dos recursos oferecidos pela natureza para tratar a população doente que para lá se dirigiria. Diferente da anterior na qual as ruas seriam pautadas pelo traçado natural das encostas, nesta proposta os preceitos científicos da higiene eram seguidos a risca com o objetivo de organizar o espaço e oferecer um melhor aproveitamento dos recursos naturais. O cenário em si já não era o maior atrativo. O clima e a água começavam a ser cada vez mais estudados¹⁸. Os dados obtidos comprovavam cientificamente os benefícios terapêuticos da natureza de Campos do Jordão sobre o corpo. Há um abandono de certo empirismo em relação às práticas na natureza. Elas serão cada vez mais pautadas em uma racionalidade científica.

¹⁸ Diversos foram os estudos climáticos realizados em Campos do Jordão. Um dos nomes mais reconhecidos foi o do cientista José Nunes Belfort de Mattos que assumiu a Seção de Meteorologia em 1902, a qual, nesta data, acabava de ser transferida para a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, permanecendo como seu diretor até 1926. Ver: MATTOS, J. N. B.. *Breve notícia sobre o clima de São Paulo*. São Paulo: Serviço de Meteorologia do Estado de São Paulo, 1906.; MATTOS, J. N. B.. *Em defesa do clima de São Paulo*. São Paulo: Serviço de Meteorologia do Estado de São Paulo, 1910. MATTO, J. N. B.. *Campos do Jordão*. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1924., MATTOS, J. N. B.. *Estações climatéricas de São Paulo: Campos de Jordão; Prata; Lindoya*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1928.



Figura 5: “Um trecho de Capivary”

FERRAZ, Mario de Sampaio. *Campos do Jordão*. 3.ed. São Paulo: Directoria de Publicidade Agricola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio. 1940, p.67.

A vila projetada não se concretizou da forma esperada, no entanto a implementação da estrada de ferro tornara-se uma realidade já em 1914 e em 1924 chegava à Vila Capivari, localidade na qual os dois médicos pretendiam concretizar o projeto da vila sanitária. Instalaram-se paulatinamente sanatórios, pensões e casas por toda a região moldando Campos do Jordão a partir de três vilas principais: Abernèssia, Jaguaribe e Capivari. Cortando-as e integrando-as a linha férrea que muito favoreceu para o aumento da procura pela região.

Em Campos do Jordão, a presença médica se deu antes mesmo da edificação das suas três vilas principais. As viagens exploratórias realizadas pelos médicos no final do século XIX, assim como os estudos de seu clima e geografia conferiram uma configuração um pouco mais específica ao urbano nascente, que na década de 1920 começou a ser organizado segundo preceitos científicos, devido à percepção dos perigos sanitários advindos das aglomerações e da falta de organização sanitária.

Para Campos do Jordão, foi nessa década de 1920 que, questões anteriormente postas por Emilio Ribas e Victor Godino, no planejamento de uma vila sanitária, começam incontestavelmente a chamar a atenção dos médicos e autoridades. Muitos dos textos, publicados neste período, apresentam uma visão de Campos do Jordão diferente das outras mais prósperas do

final do século XIX que consideravam o cenário da natureza, das montanhas, como o maior fator de cura e melhoria da saúde, independente de uma regulamentação de seu espaço.

Campos do Jordão escrevia, a Chanaã dos tuberculosos, no dizer de Clemente Ferreira, um maravilhoso ‘sanatorium’ de montanha, esplêndido refúgio climatérico, onde os enfermos, cheios de esperanças, vão em procura do reestabelecimento da saúde para a luta pela vida, não passa, entretanto, de pequenos agrupamentos de casas, estendidas ao longo das margens do ribeirão Capivary.

Villa Nova, Villa Jaguaribe ou Villa Velha, Villa dos Campos do Jordão ou Villa Capivary, e finalmente, a Villa Inglesa, vão surgindo, sem obedecer a um plano detalhado e cuidadosamente estudado, como era de se desejar.

[...] D’ahí a acertada resolução do atual e progressista governo deste Estado, procurando adotar os Alpes brasileiros, com as qualidades exigidas pela sciencia moderna. (PAULO FILHO, 1977, p.199).

Aos olhos dos médicos, apurados pela ciência da higiene, começam a se destacar os problemas sanitários de Campos do Jordão. A natureza por si só já não garantia o tratamento da população, era necessária uma intervenção. Contraditoriamente seria a produção humana, ao remodelar o espaço natural, a responsável por curar e regenerar o corpo.

A falta de um sistema de água, de esgoto e de iluminação, a localização do cemitério e do mercado público, assim como a inexistência de um código de posturas que regulamentasse as construções, passaram a tomar conta da preocupação médica em relação a organização da cidade. O que antes parecia não incomodar, ou então, que não era tão discutido, ou percebido, passa a apresentar relevância incontestável. O espaço, mais do que nunca, necessitava ser remodelado de acordo com as exigências médico-higienistas. O ambiente da natureza por si só já não garantia a cura, era necessário sanear e extrair cientificamente dos elementos naturais a totalidade de seus poderes curativos. Em 1929 é criada a Prefeitura Sanitária do distrito de Campos do Jordão, a qual, dirigida por um médico, ficava responsável por gerir este esboço de cidade.

De acordo com os dados apresentados por Oracy Nogueira, “o número de tuberculosos em tratamento, em Campos do Jordão, em 1944, ascendia a cerca de 2.000, dos quais mais ou menos metade vivia em sanatórios, distribuindo-se a outra metade pelas pensões e casas particulares” (NOGUEIRA, 1950, p.73).

Ao analisar os sanatórios e pensões de Campos do Jordão, destinados ao tratamento da tuberculose, Oracy Nogueira relatava a regulamentação, iniciada em 1941, que

proibia a instalação de estabelecimentos para doentes nas vilas Jaguaribe e Capivari, determinando a zona sanatorial à vila Abernssia. Entretanto, na prática, essa divisão não era tão hermética, pois existia, na vila Capivari, algumas pensões para doentes e consultórios de fisiologia a funcionar. Além de que:

Os doentes locomovem-se livremente pelas vias públicas de qualquer das três vilas e, embora manifestem certa antipatia e constrangimento ante o esforço dos 'sãos' para criar uma área exclusivamente sua, [...] alegam que, muitas vezes 'esse turismo não passa de um 'camouflage' com que certo 'colegas' ricos procuram manter todo o sigilo possível em torno de sua doença' (NOGUEIRA, 1950, p.35).

A tentativa de segregar os doentes em espaços específicos era uma constante, uma vez que Campos do Jordão, cada vez mais, era procurada com fins turísticos, por pessoas que almejavam restabelecer o vigor físico e não necessariamente curar-se da tuberculose. É certo que a designação da palavra turismo para a prática de viajar a Campos do Jordão, muitas vezes, era uma tentativa de esconder o estigma da doença.

A procura pela região crescia paulatinamente e a instalação, na década de 1940, de empreendimentos voltados para os divertimentos, como os cassinos, veio aumentar consideravelmente o número de viajantes e, conseqüentemente, as restrições estabelecidas. “Com o constante crescimento do número de residências de férias e dos estabelecimentos de recreio e descanso para turista, começaram a surgir, aqui, e alí, taboetas com o aviso: ‘Proibida a entrada a pessoas portadoras de moléstias contagiosas’” (NOGUEIRA, 1950, p.37).

No caso dos sanatórios, em regime de internato, havia uma disciplina que não permitia o doente “entrar e sair ao seu bel prazer, estando, além disso, sujeito ao horário de refeições e repouso adotado no estabelecimento, bem como as medidas gerais e especiais do regime higieno-dietético prevista pelo respectivo corpo clínico” (NOGUEIRA, 1950, p.74). Os enfermos das pensões, repúblicas e casas particulares tinham uma liberdade maior, dependendo da administração de cada uma, mas, de forma geral, também adotavam os procedimentos prescritos pelos médicos dos sanatórios. Adotado, com ligeiras modificações, o cronograma diário oferecia quatro refeições, com cardápio supervisionado pelo médico, dois passeios, um pela manhã e outro no final da tarde, seguidos de repouso em cadeira ou cama.

Em relação aos passeios, a hora e o lugar eram determinados pelo médico e o seu cumprimento fiscalizado pelo enfermeiro. Recomendava-se que fossem feitos a passos lentos,

evitando-se o sol. Intercaladas pelos momentos de repouso e refeições, as caminhadas faziam parte de um programa médico-terapêutico específico dos sanatórios para a cura da tuberculose. Elas serviam a um fim higiênico e eram prescritas pelos médicos de acordo com a especificidade de cada doente, constituindo-se, assim, no único exercício físico recomendado. De certa forma, era o repouso a prática que ganhava maior destaque e sua realização, se em cadeiras ou camas, assim como o tempo de permanência na natureza era controlada pelos médicos seguindo prescrições científicas.

Ainda segundo Nogueira, antes da instalação dos sanatórios em Campos do Jordão, ou seja, antes de uma supervisão médica rigorosa dos doentes que lá chegavam, poucos se sujeitavam ao sistema de repouso em cadeiras. “Em geral, o doente, logo que chegava, adquiria um cavalo para seus passeios. Excursionava pelos morros, fazia piqueniques, subia em árvores” (NOGUEIRA, 1950, p.34). Ao notarmos o tom distanciado utilizado por Nogueira ao se referir a tais práticas, percebermos que os divertimentos em meio à natureza, sem que houvesse uma prescrição médica, não eram considerados como condizentes com a terapêutica de repouso que se pretendia instaurar. De fato, o regime dos sanatórios, descrito por Nogueira, muito se assemelha a *cura pelo repouso* narrada por Thomas Mann, havendo, inclusive, “A Montanha Mágica” na bibliografia de seu livro.

É interessante notar que na obra do romancista alemão, era a irreverente personagem do escritor italiano Settembrini a que se contrapunha ao pensamento médico vigente no sanatório de Berghof. Ele costumava, sarcasticamente, classificar a cura pelo repouso como “uma vida na horizontal” e ao ser indagado, por ocasião do concerto oferecido, sempre aos domingos, no terraço do sanatório, se gostava de música respondera prontamente: “Por ordem superior, não. [...] Nem quando é ditada pelo calendário. Não simpatizo com ela, quando tem um cheiro de farmácia e me é ministrada pelas autoridades, para fins sanitários. Estimo ainda um pouco a minha liberdade [...]” (MANN, 2000, p.156). Settembrini, sempre a desconfiar das rotinas médicas instauradas, reconhecia na intenção dos concertos musicais mais uma delas.

Assim como em Berghof, Oracy Nogueira relatava e existência, nos sanatórios de Campos do Jordão, de jogos de salão, como dama, xadrez, dominó, sueca, e de bailes. Segundo seu discurso essas eram classificadas como de caráter recreativo e deveriam também estar sujeitas às autorizações médicas.

Quanto à parte recreativa, além das conversas nos períodos de passeio, refeições e repouso em cadeiras, e da leitura, também são geralmente permitidos (sempre, é claro, a critério do médico), certos jogos de salão, principalmente no intervalo compreendido entre o jantar e o silêncio noturno. São promovidas, ocasionalmente, festas comemorativas e, num ou noutro sanatório, os doentes dispõem de biblioteca. Em alguns estabelecimentos existem, ainda, grêmios recreativos e literários de que os enfermos participam, mais ou menos ativamente. (NOGUEIRA, 1950, p.77)

No caso das Colônias de Férias, apesar de se beneficiar também de uma natureza curativa, da alimentação controlada e da prática de repouso, sua proposta se diferenciava do modelo dos sanatórios. Elas extrapolavam a simples cura de enfermidades para se ocuparem também de questões preventivas e educacionais, especializando-se na população infantil dos grupos escolares, asilos e orfanatos.

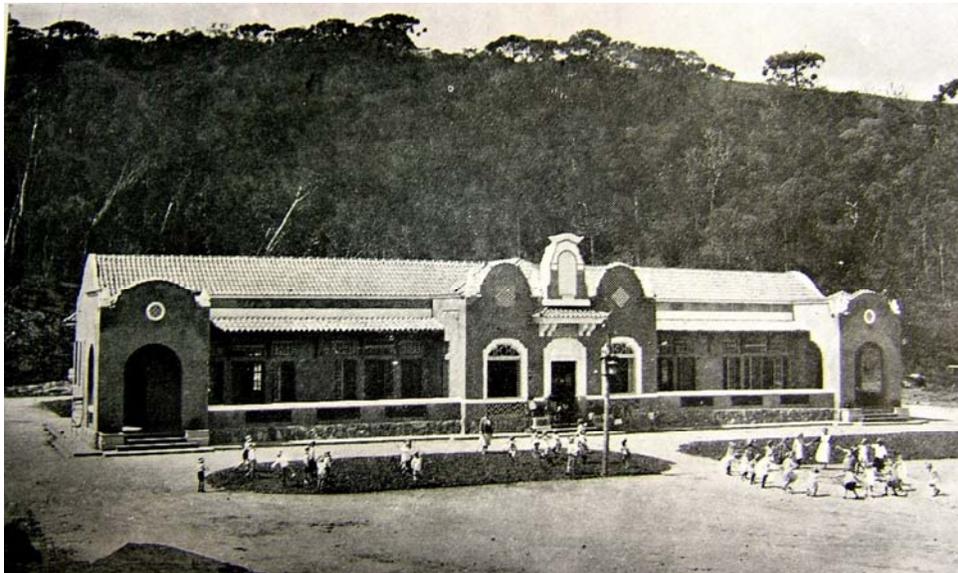


Figura 6: “Sanatório Santa Clara – Fundado para filhos de tuberculosos pobres – Campos do Jordão”.

FERRAZ, Mario de Sampaio. *Campos do Jordão*. 3.ed. São Paulo: Directoria de Publicidade Agricola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio. 1940, p.92

Capítulo VII

Na Colônia de Férias de Campos do Jordão

Na Colônia de Férias de Campos do Jordão criada, na década de 1940, pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, as caminhadas por entre os bosques eram aparentemente priorizadas. As informações recolhidas sobre essa instituição são escassas, compondo-se principalmente de fotografias nas quais, em sua maioria, as crianças realizam caminhadas por entre as araucárias e os campos que circundavam a sede.

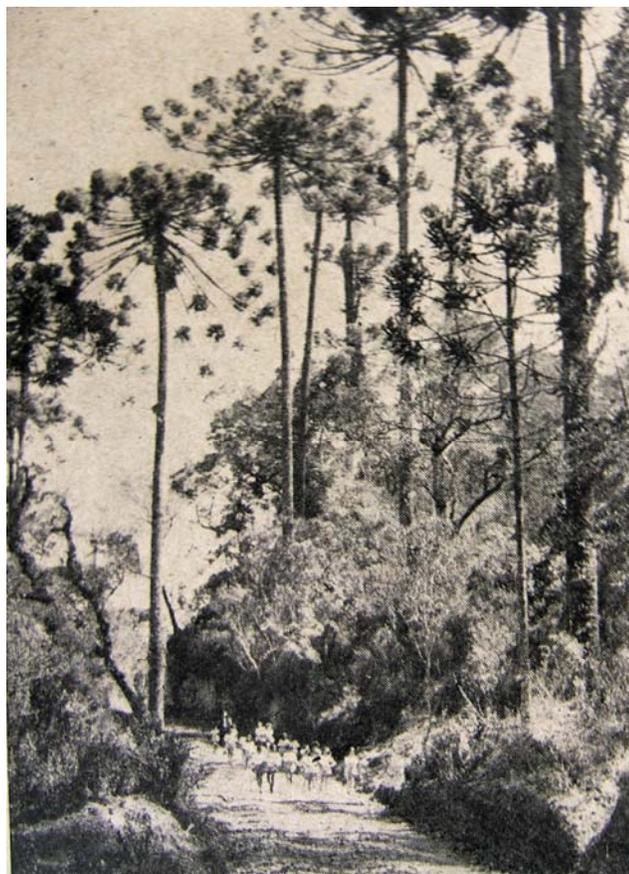


Figura 7: “Passeio matinal. Colônia Serra Mantiqueira - Campos do Jordão - São Paulo.”
REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, Rio de Janeiro, v.2, n. 13, p.10, jan. 1945.



Figura 8: “Passeio na serra - Colônia infantil de Campos do Jordão.”
REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, Rio de Janeiro, v.2, n. 13, p.32, jan. 1945.



Figura 9: “Turma feminina. Colônia de Férias de Campos do Jordão”
Coleção Otília Foster. Centro de Memória da Unicamp.

Em uma delas é observado a brincadeira em gangorras e balanços e em outra, do Sanatório Santa Clara, uma brincadeira de roda. É possível que, na prática, outras atividades fossem realizadas, no entanto as fotografias - compreendidas como um recurso discursivo, pois, não podemos nos esquecer que as imagens que nos chegam foram selecionadas pelo fotógrafo e pela própria história - afirmam ser a caminhada a principal atividade proposta.

O exercício da caminhada, realizado nesse ambiente de altitude, tinha como prerrogativa a mecânica da respiração que ao aumentar os movimentos torácicos garantia a entrada abundante do ar puro no organismo. Segundo André Rauch, (2001, p.116), “O ar, a sua escassez, inscrevem-se numa retórica do fôlego e da respiração em que a mecânica dos órgãos inspira as técnicas de marcha e a iniciação nos elementos naturais”. Nesse sentido os exames antropto-fisiológicos, com a medição do diâmetro torácico, assim como os aparelhos de espirometria, revelavam a eficácia do exercício da caminhada.

Os pinheiros e araucárias que tornavam o ar mais agradável ao olfato, mais puro e, por consequência, mais saudável, terminavam por oferecer todas as condições para as caminhadas realizadas em Campos do Jordão. O cheiro da natureza, o aroma das plantas, desperta os sentidos e anima as emoções (CORBIN, 1987). Ares distantes, longe da civilização e da cidade. Em conjunto com os estudos científicos, o ar da montanha se afirmava como o mais salutar. O exercício da caminhada quando realizado imerso em ar puro, como o da montanha, enchia e animava os pulmões fracos dos tuberculosos.

Nesse sentido, uma das exigências sanitárias impostas pelos médicos à região era a pavimentação de suas ruas de terras, as quais nos tempos mais secos comprometiam a qualidade do ar com a suspensão de poeira, uma vez que, “... pavimentar é antes de tudo isolar-se da sujeira do solo ou da putreidez das camadas aquáticas.” (CORBIN, 19887, p.120).

Outro elemento da natureza que exerceria sua ação sobre os corpos durante as caminhadas era a luz solar. A metáfora das crianças como plantas que necessitam do sol para se desenvolverem harmoniosamente, utilizada por Jean-Jaques Rousseau, era uma constante nesse discurso. Incidindo sobre a pele, em conjunto com o ar puro, a luz solar proporcionaria modificações orgânicas no corpo, assegurando, tanto a cura de enfermidades, quanto o restabelecimento de fisiologias deficientes. Conhecimentos provindos da química, da biologia e da física asseguravam cientificamente a veracidade do discurso.

O complexo **ar – sol** é a união ideal de preciosas vinculações de átomos: phosphatos combinados com moléculas de cálcio, para a ossificação e dentição; moléculas de phosphatos unidas e moléculas de gordura iodadas, para os tecidos cerebrais e nervosos; moléculas de fermentos encadeadas em grupos destinados a assimilar substancias e immunizar órgãos. (ROMANO, 1938, p.51)

Conhecidos também por banhos de ar, de luz e de sol, eles faziam parte, inicialmente, de um saber empírico que procurava na *natureza* formas de conceber o corpo. A utilização, tanto da luz e do ar, quanto da água, como elementos curativos, provinha de um conhecimento formulado inicialmente por Hipocrates e seus discípulos de Cos, e que mantinha na filosofia as suas bases. A partir, principalmente, do século XVIII, esses conhecimentos começaram a ser reformulados sob novas bases, as da ciência. De acordo com Sylvain Villaret (2005, p.26), “l’adhésion aux règles de la méthode scientifique contribue à l’éclatement de la médecine en diverses spécialités qui ont pour conséquence de faire perdre de vue le caractère global de l’homme et de sa maladie”¹⁹.

Diversos foram os médicos, em sua maioria alemães, que trabalharam os elementos da natureza a partir de teorias neo-hipocráticas, sistematizando e criando inúmeros tratamentos naturais. Nomes como Priessnitz, Kneipp, Lahmann, Schroth, Rikli destacaram-se, sendo também utilizados por autores como Basedow, Gustsmuths e Müller na criação de métodos ginásticos próprios. Esses procedimentos estavam muito mais ligados a uma forma de vida naturista, de robustecer, curar e educar o corpo a partir de uma natureza rústica, do que necessariamente da utilização científica da água, do ar e da luz.

No caso do autor italiano Italo Romano, traduzido nas páginas da revista “Educação Physica”, em 1938, sua apropriação da natureza como forma de cura se fez a partir do método científico, estudando os elementos naturais, ar e luz, a partir de conceitos físicos e químicos. No Brasil, a partir do século XX, tal concepção de medicina passa a afirma-se e a divulgar, principalmente, a partir dos estudos de médicos como Finsen e Rollier, as teorias da helioterapia e da climatoterapia. O médico eugenista Renato Khel, em 1941, ao abordar questões relativas aos benefícios da luz solar sobre o corpo afirmaria que:

¹⁹ “a adesão às regras do método científico contribuiu para a divisão da medicina em diversas especialidades e teve por consequência a perda de uma visão global do homem e de sua doença.” [tradução livre].

Antigamente as curas solares eram feitas de modo empírico e, mesmo assim, com reais proveitos; atualmente elas se assentam em experiências e fatos indubitáveis, após conquistas de Finsen e de seus continuadores, estabelecendo-se regras perfeitamente científicas, constituindo-se o novo ramo da arte de curar denominada helioterapia. (KHEL, 1941, p.44).

Os princípios da helioterapia foram muito utilizados na cura de doenças como a tuberculose e a escrofulose, pois se verificava que quando “submetidos a regime solar adequado [tais doentes] restabelecem-se sem uso de qualquer medicamento” (KHEL, 1941, p.44). Os métodos de tratamento consistiam, de modo geral, em uma cronometragem do tempo de exposição de partes do corpo ao sol, realizada de forma gradativa. O artigo do Dr. Pacífico Castelo Branco traz o método de helioterapia criado por Auguste Rollier, médico europeu que fundou na cidade de altitude de Leysin, na Suíça, entre 1903 e 1918, cinco monumentais sanatórios para o tratamento da tuberculose através da climatoterapia, dos exercícios físicos e dos trabalhos ao ar livre. Em seu método o corpo era dividido em cinco zonas para serem expostas ao sol progressivamente, de acordo com uma tabela de tempo.

É provável que as colônias de férias, por serem consideradas como instituições educativas e de prevenção, não adotassem tais métodos rígidos de helioterapia, no entanto, os

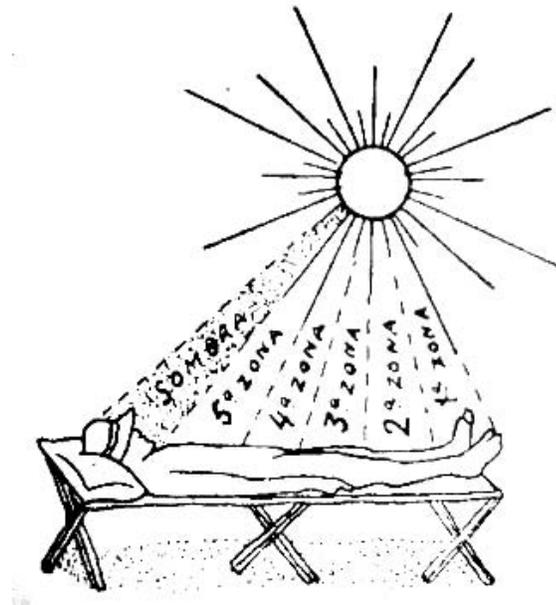


Figura 10: “Divisão do corpo em zonas, segundo Rollier”.

BRANCO, Pacífico Castello. Técnica dos banhos de sol. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 31, jun. 1933.

estudos dessa ciência conferiam bases científicas para os exercícios realizados ao ar livre, como o caso dos passeios matinais realizados pelas crianças da colônia de férias do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

O objetivo principal das colônias criadas pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo era proporcionar uma estadia em um ambiente bem diferente daquele de origem das crianças. Já não era necessário que elas apresentassem algum tipo de enfermidade específica para passarem as férias em uma colônia. A natureza, de certa forma já reestruturada pelas campanhas sanitárias urbanas, garantiria suas qualidades à saúde do corpo infantil. As crianças selecionadas pelo departamento eram aquelas consideradas fracas e subnutridas, no entanto o objetivo da estadia extrapolava o regime higiênico-dietético e terapêutico.

Assim, as colônias de férias deveriam ser “verdadeiras escolas de saúde, onde as crianças, além de aproveitarem sob múltiplos aspectos, acima referidos, adquirem hábitos benéficos que muitas vezes seus pais e mestres não procuram inculcar” (COLÔNIAS, 1944, p.21). Essa forma de conceber as colônias de férias as afastava do modelo dos sanatórios e preventórios. A saúde definitivamente misturava-se com questões educacionais e criava novas mentalidades e formas de organização. O professor Atagy de Melo Doin, funcionário do Departamento de Educação Física de São Paulo, chegou a ponto de denominá-las de “colônias educacionais”.

A conservação de uma nomenclatura classificatória, quanto à região onde estavam localizadas as colônias de férias do Departamento de Educação Física, é um indício de que as influências históricas do discurso médico dos sanatórios permaneciam. Os lugares com qualidades climatéricas, como o litoral e a montanha, eram um requisito higiênico para a instalação dessas instituições, mas o seu principal objetivo já não era o da cura pelo clima, mas sim o de proporcionar às crianças uma mudança para um ambiente novo, diferente daquele a que elas estavam acostumadas em suas cidades de origem, no sentido de estimular seus corpos e mentes.

Assim como para o dr. Almir Madeira, diversos outros médicos, afirmavam a necessidade das colônias de férias estarem afastadas do ambiente urbano:

O local deve ser, tanto quanto possível, afastado dos grandes centros ou aglomerações, 5

a 6 quilômetros no mínimo, para evitar que as crianças sejam tentadas a procurar distrações que não podem encontrar no campo [de férias], como também para reduzir as visitas das famílias. O campo deve ser instalado num local pitoresco, de grande horizonte, acessível, abrigado de ventos e num terreno inclinado e permeável. Sua localização deve permitir passeios ao interior e ao exterior do campo.

Os planaltos ou as planícies extensas, devido aos fortes ventos, as encostas, devido à cerração e os lugares sem vegetação, devido ao sol e a melancolia que podem ocasionar, devem ser evitados. De preferência, sempre que possível, deve ser um lugar visinho de florestas ou mato cerrado, onde as crianças possam nas horas de calor forte, se abrigar facilmente e descansar. (COLÔNIAS, 1933, p.3).

Um ponto em que o professor Ataggy de Melo Doin divergia completamente de outros educadores e médicos era exatamente quanto as colônias de férias serem afastadas do ambiente urbano. Dizia ele que, “As colônias educacionais não devem ser localizadas em pontos isolados, ermos ou afastadas das cidades, pois a criança não necessita propriamente de repouso e, muito menos, de abstenção completa de suas atividades habituais” (COLÔNIAS, 1944, p.20).

Sua posição se afastava de outras que consideravam que as colônias de férias deveriam estar situadas fora dos centros urbanos, uma vez que seu próprio entendimento dessa instituição era diferente dos demais. Pode-se dizer que sua grande preocupação em relação às colônias de férias era a de incutir regras e preceitos de higiene nas crianças, que para lá se dirigiam no período de férias escolar, os quais seriam concomitantemente retransmitidos aos seus pais quando regressassem aos seus lares. Parece que o próprio sentido *educacional* conferido as colônias de férias por Ataggy de Melo Doin é orientado no sentido de criar hábitos saudáveis nos alunos da rede infantil e, em decorrência, na instituição familiar.

Esse princípio educacional suplantava outros, como os de cura, e o permitia afirmar que as colônias de férias não deveriam ser instaladas longe das cidades, tendo em vista que a viagem para as colônias não deveria ser um afastamento da civilização, mas sim uma aproximação aos hábitos considerados civilizados. Não seria aquele ambiente destinado para o repouso do corpo, mas sim para a construção de um corpo novo, com hábitos novos.

Para a colônia chegavam crianças que às vezes não sabiam comer, pois para isso utilizavam as mãos, dispensando os talheres, e utilizavam-se do vestuário para limpar a boca e os dedos, desprezando os guardanapos e que lhes eram fornecidos. Quando regressavam às suas casas, estavam perfeitamente preparadas para transmitir seus conhecimentos até aos seus pais. (COLÔNIAS, 1944, p.21).

Para Ataggy de Melo Doin, as colônias de férias afastadas dos centros urbanos

deveriam ser aquelas reservadas ao veraneio e ao repouso de todos os integrantes das famílias, não havendo a necessidade de um regime pré-estabelecido, uma vez que não tinham um caráter educacional. Para essas instituições ele atribui a denominação de “colônias de repouso”. Seriam elas locais destinados “à recomposição e ao fortalecimento do organismo quando este se encontra esgotado ou depauperado por excesso de trabalho, combalido por uma enfermidade grave, e geralmente utilizados entre nós, para veraneio ou mudança de clima” (COLÔNIAS, 1944, p.18).

Em São Paulo, encontramos diversas colônias de férias com esse caráter descrito acima, entre elas a do Serviço Social do Comercio, o SESC, que em 1948 instalou a Colônia Ruy Fonseca na cidade litorânea de Bertioga e a Associação dos Funcionários Públicos de São Paulo, que em 1934, também criou sua colônia de férias própria na cidade do Guarujá. Não nos esqueçamos que foi durante o Governo de Vargas que as férias trabalhistas foram regulamentadas. Nesse sentido, as *colônias de repouso*, criadas, principalmente por associações de trabalhadores, já na década de 1940, viriam a oferecer um local específico para o repouso dos trabalhadores junto à natureza. Um local propício para que o operário reconstituísse suas energias.

Nesse sentido, é bastante expressivo o investimento realizado pelo governo de São Paulo, em conjunto com os industriais paulistas, em angariar recursos para a construção de uma Colônia de Férias em uma das cidades vizinhas a Santos. De acordo com o pronunciamento do industrial Basílio Janet: “Com a colônia de férias à beira mar, que será erguida com a cooperação dos industriais, banqueiros e comerciantes bandeirantes, dá-se mais um passo para a solução do problema de amparo e assistência ao filho do operário e do trabalhador” (COLÔNIAS, 1941/1943, p.92). De fato, as colônias de férias representaram por muito tempo uma medida higiênica e eugênica de amparo e de assistência aos trabalhadores e às crianças.

É possível observar durante as primeiras décadas do século XX o movimento para a consolidação de diversas estruturas que acarretariam na institucionalização da infância. A criação de estabelecimentos como as colônias de férias, parques infantis e institutos profissionalizantes, enquadrar-se-iam em medidas, tanto para a preservação da saúde infantil, ensinando-lhes hábitos higiênicos, quanto para prepará-los para o trabalho nas indústrias. A boa saúde infantil, assim como a dos operários, estava diretamente relacionada a um bom desempenho de suas funções trabalhistas. A idéia principal era a de que a formação de um corpo

infantil robusto responderia, no futuro, a um operário mais produtivo. Ainda segundo Basílio Janet: “Um período de férias, fora da cidade, até há pouco tempo, era privilégio de poucos. Hoje, entretanto, graças à nossa legislação social que ampara o trabalhador, em todos os seus ramos de atividade, [...] podem este e seus filhos usufruir também dessa vantagem” (COLÔNIAS, 1941/1943, p.92).

Para que o projeto da colônia de férias fosse concretizado, constituiu-se uma comissão formada pelo professor José Clozel, assistente técnico das instituições auxiliares da escola, do Departamento de Educação, o Interventor Federal de São Paulo, Fernando Costa, e diversos industriais paulistas. Grande parte dos recursos havia sido doada pela família Matarazzo e o projeto elaborado pelo professor José Clozel. No entanto, não foi localizada nenhuma outra informação referente a esta colônia de férias especificamente. Grande parte das fontes levantadas remete as colônias de férias criadas pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

O movimento para a criação das colônias de férias, pelo Departamento de Educação Física, encontrava certas dificuldades financeiras, entretanto é visível o investimento de esforços do departamento em viabilizá-la. A colônia de férias de Santos foi a que obteve maior sucesso, tendo recebido, em quatro anos, uma média de “8.000 coloniados [...] vindos de 130 municípios de nosso Estado” (DEPARTAMENTO, 1942, p.27), no entanto, ela não foi a única.

Além das colônias de férias de Santos e Campos do Jordão, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, também criou uma colônia de férias na cidade de Limeira, que teve a duração de poucos meses, de julho a outubro de 1940, e outra em Pindamonhangaba, na Fazenda Experimental Mista, de propriedade da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, da qual, no entanto, poucos registros escritos foram preservados, restando algumas poucas fotografias.



Figura 11: “A ‘fila do leite’ na hora da ordenha, em Pindamonhangaba”.
BOLETIM da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. v.1, n.1, p.8. São Paulo, ago. 1951

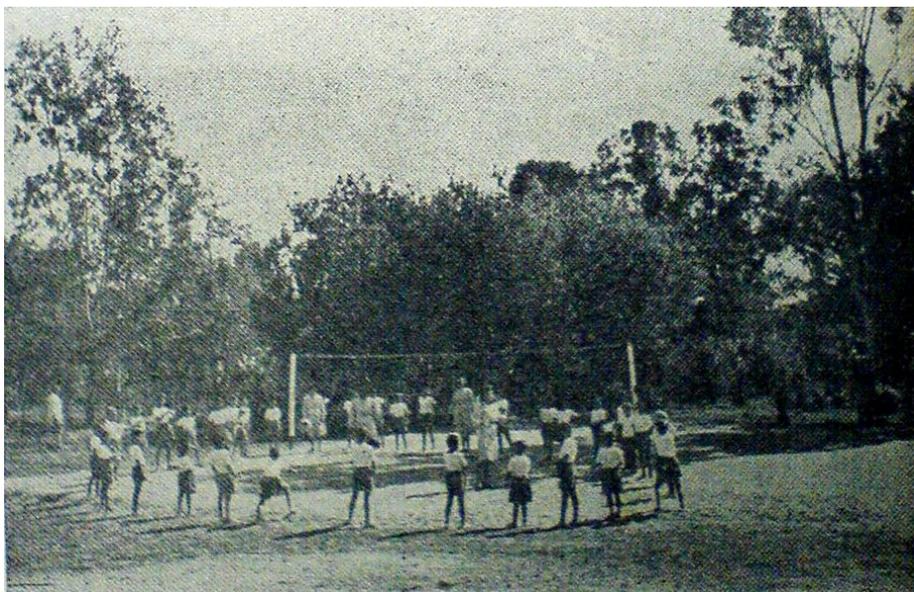


Figura 12: “Jogos recreativos ao ar livre em Pindamonhangaba”.
BOLETIM da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. v.1, n.1, p.7. São Paulo, ago. 1951

De modo geral as colônias de férias do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo mantinham a mesma estrutura e organização, o que as diferenciava, além dos locais escolhidos para o seu estabelecimento, era a preferência por algumas atividades, como a caminhada, em Campos do Jordão, os esportes, em Santos, e os jogos recreativos, em de Pindamonhangaba.

No que toca ao regime de atividades, êle é igual para os três tipos de colônia, naturalmente aproveitando melhor os recursos à disposição da educação, tanto no que concerne à educação física, como à intelectual. É lógico que em Santos a natação seja o esporte predileto, por assim dizer. Que em Campos do Jordão, as caminhadas matinais apareçam como o ponto de partida das atividades, e em Pindamonhangaba se intensifique os exercícios e os jogos infantis, ainda que em tôdas elas se observe um perfeito equilíbrio de atividades. (SENTIDO, 1952, p.5).

Em todas as colônias de férias o edifício que as comportavam era dividido entre os dormitórios, o refeitório, a enfermaria, o gabinete médico, os lavatórios (duchas e vestiários), as instalações sanitárias e a sala de desinfecção ou lavanderia. No caso do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo não fora construído nenhum prédio específico para abrigar suas colônias de férias, todos eram adaptados para esse fim.

Parece mesmo que poucos edifícios foram erguidos pelo próprio Departamento de Educação Física. Sua administração se dava mais no sentido de organizar, supervisionar, dirigir e regulamentar a educação física, sem necessariamente criar espaços próprios. Sua repartição de desenhos e projetos elaborou inúmeras plantas de estádios, parques infantis e escolas, no entanto, a grande maioria era destinada às prefeituras do Estado e outros órgãos que cuidavam da educação física e que tinham verbas para construir-los. Na planilha de gastos do Relatório de 1942, do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, é possível observar que a maior parte de seus recursos eram gastos com pagamento de funcionários e compra de materiais como livros, revistas, móveis, material de propaganda, drogas e utensílios laboratoriais, material esportivo, patrocínios de provas esportivas, etc, não havendo recursos para edificações. De fato, o DEF-SP atuava principalmente desenhando e regularizando os espaços de outras entidades e no que diz respeito aos seus próprios recintos, como os prédios onde funcionavam as colônias de férias, eles eram adequados aos espaços de edifícios e terrenos emprestados ou alugados.

A grande maioria dos recintos por ele utilizada, como o Instituto de Pesca, em Santos, a Fazenda Experimental Mista, em Pindamonhangaba, o Parque da Indústria Animal, em São Paulo, eram de propriedade da Secretaria da Agricultura. É possível que tal relação entre o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo e a Secretaria da Agricultura tenha ocorrido devido a ligação que o seu fundador, Arthur Neiva, estabeleceu com o secretário da agricultura, Fernando Costa, durante a criação do Instituto Biológico em São Paulo.

O pessoal contratado para ministrar as aulas de educação física era, em grande parte, formado pela Escola Superior de Educação Física de São Paulo, no entanto, o departamento paulista não foi o único a criar e gerir colônia de férias no Estado, muito pelo contrário, inúmeras iniciativas foram concebidas pelas mais diversas entidades e escolas paulistas. Esse foi o exemplo do Grupo Escolar Rebouças de Campinas, o qual registrou em um artigo da “Revista de Educação” sua ida para a cidade de Santos, realizada no dia 15 de junho de 1937. O Rotary Club, também organizava turmas de crianças, selecionadas dos grupos escolares, para veranejar nas cidades de Santos e Atibaia (AMARAL, 1932, p.70). Diferentes instituições filantrópicas também auxiliavam as excursões das crianças para cidades como Santos e Campos do Jordão. De modo similar os grupos escoteiros também organizavam excursões ao *ambiente natural* nessa época. Com efeito, esse tipo de viagem já ocorria há bastante tempo, no entanto, foi somente na década de 1940 que o Estado passou a investir sistematicamente na realização das mesmas.

A política de criação das colônias de férias foi instaurada por diversos órgãos administrativos e entidades espalhadas por todo o Brasil. No Estado do Rio de Janeiro, inúmeras foram as colônias de férias criadas. Quais sejam, a colônia marítima, da Escola de Educação Física do Exército, criada na Praia Vermelha, em 1936, a de Cabo Frio, em 1939, a Colônia do Sol de Niterói, em 1940, a da ilha de Paquetá, em 1928, a de campo da cidade de Vassouras, em 1939, entre outras. No Estado da Bahia, destaca-se a colônia de férias da praia de Bogari, em Salvador, criada em 1939.

No Estado de São Paulo, a Superintendência de Ensino Profissional também oferecia o serviço de colônias de férias. A sua instituição mais conhecida foi a instalada, em 1939, nas dependências do Instituto Dona Escholástica Rosa na cidade de Santos, primeira escola profissionalizante do país.

Além do Brasil, diversos foram os países que também implementaram suas Colônias de Férias. Há evidências da construção de estabelecimentos nas cidades de Mar del Plata e Mendoza, na Argentina, Luanda, Lobito e Moçâmedes, em Angola, na praia de Malvin, no Uruguai, além dos próprios países que iniciaram este movimento, Suíça e França, entre outros.

No Brasil, é possível perceber que, na década de 1930, se defendia, cada vez mais, que as Colônias de Férias, em grande parte criadas e geridas, no final do século XIX e início do XX, por iniciativas privadas, religiosas e filantrópicas, deveriam ser de responsabilidade do Estado. O Capitão Lopes Bonorino, ao abordar tal questão na “Revista de Educação Física”, a expõe da seguinte forma:

Poucos são os países que mantêm organizações deste gênero a expensas do estado. Na generalidade, essas organizações são de iniciativa particular, porém, quase todas gozam de privilégios, são de utilidade pública e a grande maioria é subvencionada. De alguns anos a esta parte, os poderes públicos vêm olhando com mais carinho para os Centros de Férias e melhor compreendendo sua alta finalidade. Em França, por exemplo, onde foi fundada a A. G. C. V. sob auspícios do Touring Club, há cerca de 10 anos, hoje está anexada ao Departamento do Ministério do Trabalho, Higiene, Assistência e Previdência Social. (BONORINO, 1933, p.14).

Em São Paulo, antes mesmo do Departamento de Educação Física criar seu Serviço de Colônias de Férias, o Estado já havia iniciado algumas ações nesse sentido. Em 1933 era anunciado que: “O interventor em São Paulo, General Valdomiro Lima, vai dotar a mais importante unidade da Federação com alguns Centros de Férias” (BONORINO, 1933, p.14). Tais instituições foram também divulgadas na conferência realizada pelo Dr. Almir Madeira, a qual informava que:

Nos últimos dois anos, foram instalados, com estada de 15 dias, os ‘campos’ de S. Vicente, Santos e Itanhaem, em São Paulo, onde há 5 meses, foram criados oficialmente três tipos de colônias, sendo o custeio feito com recursos emanados da regulamentação do jogo, ora suspensa. (MADEIRA, 1933, p.18).

O jogo, que seria definitivamente extinto no país em 30 de abril de 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra, fechando os diversos cassinos existentes em Santos, São Vicente e Guarujá, foi por muito tempo utilizado como uma forma de angariar recursos para o governo. Os impostos recolhidos eram comumente utilizados para subvencionar as despesas das Colônias de Férias mantidas pelo Estado. Uma maneira de aplicar os recursos, de uma prática tão

controversa como os Cassinos, em instituições com finalidades tão honrosas para a época como as colônias de férias, uma vez que elas eram defendidas não apenas pelo discurso médico, mas, também, pelos militar e religioso.

O capitão Bonorino, ao parabenizar os esforços do governo de São Paulo em criar suas próprias colônias de férias, bem elucida o valor ostentoso a elas atribuído, na era Vargas, pelos militares:

A notícia não pode ser mais alviçareira para nós outros que vimos empenhando nossas melhores energias em benefício da raça e porque sabemos perfeitamente que a segurança de uma nação está em relação estreita com o numero de habitantes, com seu valor físico e com seu valor moral. (BONORINO, 1933, p.14)

Concebidas como uma medida eugênica, as colônias de férias garantiriam o vigor físico e moral das crianças, formando uma *raça* forte para a construção de um país igualmente forte, seja em seus aspectos econômicos, morais ou militares.

Capítulo VIII

A Praia: Santos

A praia, assim como a montanha, ganhava cada vez mais o interesse dos médicos, pois era considerada como um ambiente natural, no qual seus elementos proporcionariam uma terapêutica higiênica e fortificante aos seus frequentadores. Locais antes esquecidos, e mesmo desconsiderados, com pouca procura, passaram a se destacar como propícios para a cura e para os divertimentos.

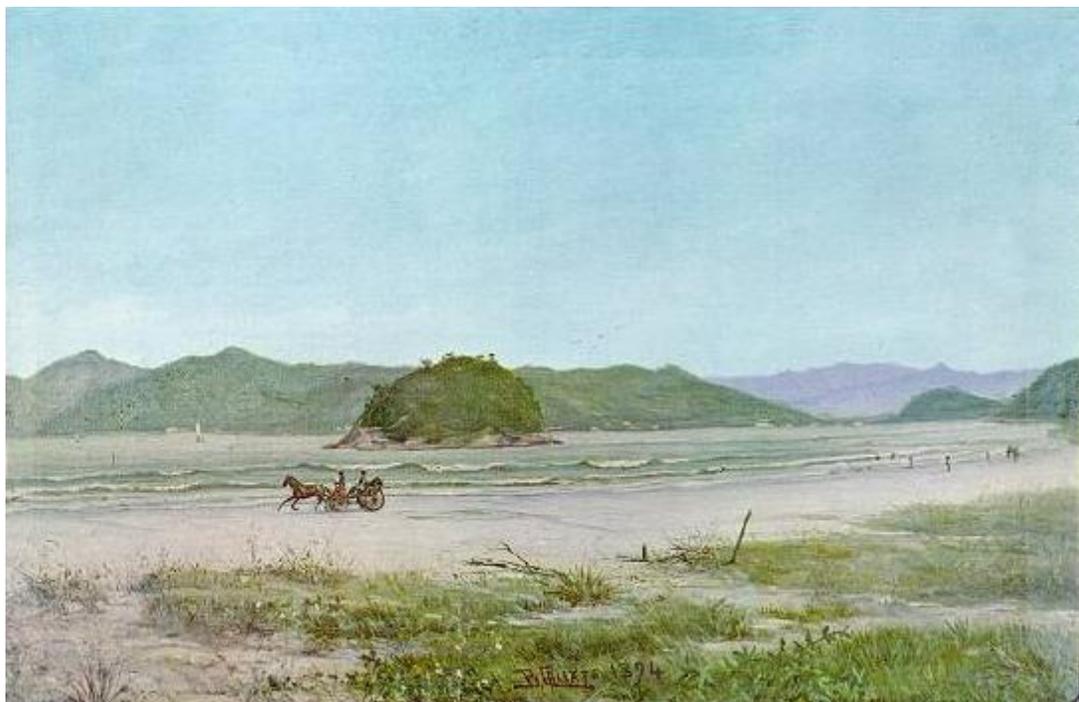


Figura 13: Tela de Benedito Calixto, 1902.
Praia José Menino, Ilha Urubuqueçaba e Ilha Porchat ao fundo.
Reprodução do site virtual: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acessado em 18/02/2009.

Na tela de Benedito Calixto, pintada em 1902, o ambiente da praia, em cores pastéis, configura-se de forma orgânica. Ambiente natural, verde e azul, onde, não havendo separações, forma um espaço único. O mato apresenta-se tanto na areia, próxima ao observador,

quanto nas montanhas ao fundo. Imagem fixa, na qual a natureza torna-se vasta, por envolver completamente as figuras humanas e calma, como o mar representado.

Uma imagem que não revela as interferências humanas, a cidade, nem mesmo o porto e suas sujeiras. Esse outro lado, carregado e imundo, não oferecido pela pintura, seria capturado pelas lentes fotográficas e pelo discurso do sanitarista. A percepção da praia como local sujeito à limpeza e reordenação, pois depositário de lixos, seria revelada pelo discurso médico, o qual atentamente alarmava para os perigos desse ambiente, até então periférico.



Figura 14: "A praia do Consulado em 1889. O casebre visto sobre a ponte era a mesa de Rendas. Atualmente neste trecho encontra-se o grande edifício da Western Telegraph Co., à beira do cais de Santos"

ALVARO, Guilherme. *A campanha sanitária de Santos: Suas causas e seus efeitos*. São Paulo: Serviço Sanitário do Estado de São Paulo/Casa Duprat, 1919.

Como já observado em conjunto com as ruas largas e arborizadas, as praças, os largos e os parques, conferiram novos ares à cidade antiga, de ruas estreitas e casario geminado. A medicalização da cidade, ao delimitar seus espaços, garantia a circulação do ar e da água ao mesmo tempo em que prescrevia modos de comportamentos civilizados a seus moradores. Já no final do século XIX, a cidade de Santos, principal porto marítimo do Estado de São Paulo desde o período colonial, vai tomar para si a preocupação de organizar o espaço de modo racional, segundo preceitos médico-higienistas.

No caso de Santos, não apenas o meio urbano era remodelado, o espaço da praia também sofria alterações e novos usos. Deixava de ser um espaço *quase esquecido* para se tornar o seu principal atrativo. “Em princípio de 1889 haviam sido inauguradas as obras do porto e que veio suprimir as praias lodosas, antigo repositório de lixo e parque de urubus” (ÁLVARO, 1919, s/p). A limpeza da praia e a construção, em 1937, dos jardins da orla, colaboraram com a mudança da fisionomia urbana de Santos e acabaram por completar o cenário, instrumentalizando-o para as atividades realizadas à beira-mar. Na edição comemorativa dos 80 anos da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos, em 1959, pode-se ler:

Há trinta anos [em 1929] o santista não sonhava que Santos possuiria praias que viessem a ser das mais belas do mundo. O mato, naquele tempo, cresce por todos os lados, inclusive junto à areia. Não se pensava em jardins. Poucas, raras residências, espaçadamente, quebravam a monotonia das praias santistas. Não havia atrativos. Não havia conforto. Não existiam hotéis. Apenas uma fileira de *cabines* para banhistas, na areia, perto do mar. [...] Acontece, porém, que os anos iam passando. Um belo dia surgiram os jardins, dando às praias nova fisionomia. Retiraram as cabines da areia. Depois de muitos anos, novamente se preocuparam com as praias. Rasgaram avenidas. (HUMANITÁRIA, 1959, s/p)

O espaço da praia demarcado com os jardins, e delimitado pelo calçadão a beira-mar, rasgado pela avenida, como bem nos diz a citação, ganhava novos sentidos e usos. Unidos às normas da ciência, médicos e educadores reconheciam a praia como lugar propício para educar e revigorar o corpo. A urbanização da cidade de Santos acompanhava o crescente aumento do número de residências de veraneio, de hotéis, cassinos e clubes esportivos.



Figura 15: Praia de Santos na década de 1930.
Autor desconhecido. <http://www.novomilenio.inf.br/santos>. Acessado em 18/02/09.

Como observado na imagem acima, o discurso pretendia delimitar bem o espaço da orla marítima para as novas práticas que ali se instalariam. Avenida, jardins, areia, mar e montanha, compunham zonas específicas que formavam uma paisagem organizada. Para cada separação, uma utilização específica. Automóveis e bondes, símbolos da modernidade, da velocidade, à esquerda, jardins e areia ao centro, o mar e as montanhas, naturezas brutas, na extremidade oposta.

Esta extensa e intensa urbanização, iniciada já no começo do século XX, atraía a atenção da elite paulista, que não ignorava o litoral como local propício para o veraneio, o repouso e os divertimentos. Há nesse período a construção de palacetes e grandes hotéis para hospedar uma população, que cada vez mais, procurava pelos prazeres e requintes oferecidos pelo ambiente praiano de Santos. O discurso médico que via na natureza o local mais adequado para a restauração das energias físicas corroborava essa procura pelo ambiente da praia e fundamentava as diversas viagens realizadas pelos grupos escolares e de escoteiros ao litoral paulista.

Diferentemente do que nos diz a citação da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos em 1959, o litoral santista, já nas primeiras décadas do século XX, se destacava no cenário paulista como um propício destino para o veraneio. A construção de diversos hotéis, clubes e associações esportivas conferiam destaque nacional à cidade, que procurava oferecer um número cada vez maior de divertimentos aos seus turistas. A prática da natação, do remo, a conversa a beira-mar, o passeio, a pé ou de bicicleta, eram praticas que começavam a tomar conta da cidade e foram construídos inúmeros estabelecimentos para oferecer uma gama variada de divertimentos possíveis.



Figura 16: Banhistas na praia do Gonzaga, havendo, ao fundo, os locadores de roupa de banho Guanabara e Boreal, o Hotel Familiar Gonzaga e as pensões Oriente e Belmar, 1929.

Foto cedida por Ory O. Cellio ao site virtual <http://www.novomilenio.inf.br/santos>. Acessado em 18/02/09.

Na imagem acima, de 1929, vemos, ao fundo da praia do Gonzaga, edificações como os locadores de roupa de banho Guanabara e Boreal, o Hotel Familiar Gonzaga e as pensões Oriente e Belmar. Uma série de estabelecimentos, localizados de frente para o mar, que procuravam oferecer conforto para as pessoas que iam para Santos em busca dos divertimentos e

dos benefícios curativos da natureza.

A construção da avenida e dos jardins, na década de 1930, ao embelezarem e diferenciarem o espaço da cidade do da praia, ofereceria um novo ambiente para o desfrute dos turistas e da população. Marcavam uma nova sensibilidade. Observa-se que, diferentemente da fotografia que pretende organizar o espaço da orla marítima, vista de cima, está última, mais antiga, toma como referência as pessoas retratadas e os prédios ao fundo. Talvez essa fosse uma época em que o *mato que crescia por todos os lados, inclusive junto à areia*, como nos diz a citação de 1959, não representava um problema tão grande, ou não era tão notado.



Figura 17: “Indo a Santos, vá ao Miramar ainda mesmo que chova”.
Acervo José Carlos Silveiras / Santos Ontem. <http://www.novomilenio.inf.br/santos>. Acessado em 18/02/09.

Diferentemente de Campos do Jordão, que foi por muito tempo considerada como uma cidade especializada na cura de doenças, em Santos, já no início do século XX, as práticas de divertimento se sobrepunham as de cura. Os cassinos, hotéis e clubes esportivos ganhavam destaque e se instalavam, em sua maioria, próximos a praia, a qual incitava mais ao devaneio, ao prazer de confrontar o corpo com os elementos naturais, as disputas que o esporte

trazia do que, propriamente, apenas às práticas de cura, de repouso. O esporte e os passeios à beira mar, apesar de muitas vezes também terem um caráter higiênico, constituíam principalmente formas de sociabilidade e diversão.

Nesse sentido, o Cassino Recreio Miramar, inaugurado em janeiro de 1896, foi o que ganhou maior fama. Conhecido como "O Maior Centro de Diversões da América do Sul", funcionou até o começo da década de 1930, fechando suas portas em decorrência da crise econômica de 1929. Construído pela Companhia Viação Paulista, que pretendia ampliar o fluxo de passageiros, proporcionou aos visitantes, durante toda a sua existência, um ambiente de requinte e glamour, oferecendo grande variedade de atividades sociais, como os suntuosos bailes de carnaval e apresentações de artistas famosos. Seu edifício de grandes dimensões, situado no bairro do Boqueirão, próximo a avenida beira-mar, abrigava salões de festa, um cine-teatro, um salão de cassino, conhecido por *cabaret* e até mesmo um rink de patinação, o *Columbia Skating Ring*. Foi um verdadeiro complexo de divertimentos que, em 1939, cedeu seu lugar para uma nova proposta educativa, a colônia de férias.

Ainda em 1919, o escritor e jornalista Menotti Del Picchia, publicou no jornal santista "A Tribuna", no dia 24 de julho, uma expressiva crônica, na qual narrou um passeio domingueiro ao Cassino Recreio Miramar, dando destaque às crianças. Segundo as palavras de Picchia seria o salão do Miramar uma apropriada escola para as crianças, pois lá elas aprenderiam a se comportar como verdadeiros cavalheiros e damas. As crianças dançavam no salão ao mesmo tempo que imitavam e aprendiam a gestualidade e os comportamentos dos demais presentes. Em suas palavras:

[os meninos] procuravam já o aplomb dos gentlemen; punham, na careta jovial e cheia de saúde, uma serenidade artificial e precoce, que lhes aumentava a graça juvenil das fisionomias riosas. Meninas galantes, já intuindo a graça das atitudes adamadas, espalhavam sorrisos magníficos pelo salão. (PICCHIA, 1919, s/p).

Havia no salão do Cassino, ao seu ver, "Por tudo uma deliciosa vida de mocidade, um espoucar de risos álacres, uma ânsia de divertir-se, de cantar, de gastar as energias numa grande expansão de jovialidade livre como a luz e como o ar!" (PICCHIA, 1919, s/p).

Era inconcebível, para o cronista, privar as crianças de estarem naquele local. Ele não conseguia compreender o porquê de alguns pais não levá-las a um recinto tão divertido e

educativo. Finaliza sua crônica por dizer que:

Era um crime impedir que essas crianças se divertissem. E imaginei então o berreiro que fariam os filhos [...] se, nesse dia radioso, em vez de estarem a saltar e dançar naquele salão esplêndido, os tivessem prendido no recinto estreito da casa, enquanto fora, nas ramas, os sabiás, em plena liberdade, voavam e cantavam sob a glória esplêndida do sol! (PICCHIA, 1919, s/p)

Com o fechamento do Cassino Recreio Miramar, boa parte dessa educação do corpo descrita por Menotti del Picchia, perder-se-ia. O cassino, fechado em 1930, deu espaço em 1938, a Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião, criada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. O salão do cassino, descrito pelo cronista como uma escola, transformar-se-ia no refeitório da colônia; seu *cabaret* no dormitório, e assim por diante. Vemos a transição de uma educação do corpo para uma educação física, escrita em maiúscula, configurada como uma disciplina e pautada em campos da pedagogia, da medicina e da higiene, voltada para os alunos débeis da rede de ensino paulista, uma educação física *fortificante*.



Figura 18. Dormitório da Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião.

MARINHO, Inezil Penna. As colônias infantis no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 42, p. 23, set. 1947.

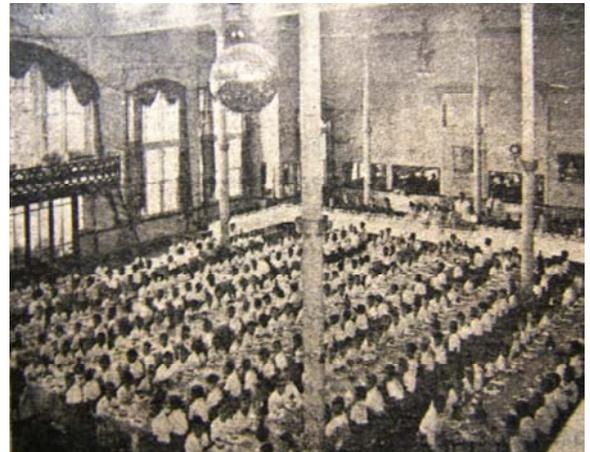


Figura 19. Refeitório da Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião, no qual se vê na parte superior da imagem o globo espelhado do antigo Cassino Recreio Miramar.

MARINHO, Inezil Penna. As colônias infantis no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 42, p. 22, set. 1947.

Nicanor Miranda, responsável pela direção dos Parques Infantis paulistanos, ao preferir uma conferência no Rotary Clube de Santos, em 1939, deu destaque ao espaço da praia como o mais propício para as crianças daquela cidade. Dizia ele que:

De sorte que Santos não tem necessidade de criar espaços livres, áreas verdes, parques de recreio, porque nenhuma área, nenhum espaço, nenhum parque pode ser atraente e tão maravilhoso à criança, como essas magníficas praias que se chamam Gonzaga, José Menino e São Vicente. (MIRANDA, 1939, p.10).

Como observado anteriormente, o ambiente da praia, já há algum tempo se destacara como o grande atrativo da cidade de Santos. Ao reforçar está idéia, Nicanor Miranda recomendava uma instrumentalização desse espaço para a criança. Sua proposta consistia na construção de instituições denominadas de centros de recreios, com o objetivo de organizar um programa de atividades específico para os infantes.

Na praia realizar-se-iam jogos, brincadeiras, enquanto nos salões, construídos em frente à praia, organizar-se-iam arquivos para o fichamento antrope-fisiológico de todas as crianças. Segundo as palavras do conferencista, “Seria esse material admirável para a análise do trabalho [desenvolvido nos centros de recreio], constituindo ao mesmo tempo riquíssimo campo de pesquisa científica” (MIRANDA, 1939, p.10).

Uma proposta de educação muito diferente daquela descrita por Menotti Del Picchia dos salões do Miramar, a qual, muito embora não tenha se concretizado exatamente como Nicanor Miranda havia proposto, tinha na colônia de férias, criada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, a sua correspondente mais próxima. Pode-se dizer que a proposta de educação do corpo dos hotéis e cassinos da estação de veraneio para a elite paulista seria retrabalhada e sistematizada a partir da educação física das colônias de férias, instituições voltadas, principalmente, aos filhos de imigrantes operários. Como ponto de união entre elas o ambiente da natureza.

Capítulo IX

Na Colônia de Férias de Santos



Figura 20: “Santos. Theatro e Cassino Miramar” Cartão Postal, 1937.
Foto cedida por Ory O. Cellio ao site virtual <http://www.novomilenio.inf.br/santos>.
Acessado em 18/02/09.

A Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião manteve intensa atividade no edifício Miramar até 1942, então transferia para o prédio do Instituto de Pesca, em decorrência de “um pedido do Secretário da Segurança Pública que necessitava com urgência do referido prédio para nele aquartelar um Batalhão da Força Policial” (DEPARTAMENTO, 1942, p.28). A primeira turma de crianças a se instalar no edifício Miramar, em 1939, era proveniente da cidade de Araraquara. Em número de trinta meninos, “todos de idade compreendida entre o mínimo de sete e o máximo de onze anos” (COLÔNIA, 1939, s/p), lá permaneceram por quinze dias.

Quando transferida para o Instituto de Pesca, em 1942, a Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião recebeu, no primeiro semestre, em oito turmas diferentes, 887 meninos. Já no segundo semestre abrigou uma única turma de 100 meninos, isso porque o secretário da

agricultura, responsável pelo Instituto, solicitou a entrega do prédio, encerrando momentaneamente as atividades da colônia de férias.

De acordo com os relatórios da professora Otilia Foster, a qual constantemente levava as crianças da região de Campinas para as colônias de férias do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, a Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião retomou, em 1943, suas atividades na praia Paranapuã, em São Vicente, cidade vizinha à Santos. Há registros de seu funcionamento nessa localidade, apesar de diversas interrupções, até meados da década de 1950.

O procedimento de seleção das crianças era geralmente feito pelas professoras responsáveis pelo ensino primário de cada cidade. O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo enviava, no início de cada ano, ofícios às prefeituras municipais pondo a “disposição das mesmas 25 vagas na Colônia para serem destinadas às crianças fracas ou desnutridas” (DEPARTAMENTO, 1942, p.31). Após selecionadas, passavam por exame médico nos Centros de Saúde locais, os quais conferiam-lhe um fichamento antrope-fisiológico individual, e viajavam até a cidade de Santos, em sua maioria, por meio da São Paulo Railway. As crianças moradoras da cidade de São Paulo realizavam os exames na própria sede do DEF-SP. Os custos da viagem eram geralmente pagos com verbas municipais, havendo por vezes um auxílio estadual.

Ao retornarem, eram os infantes submetidos a novo fichamento antrope-fisiológico. Os dados obtidos no retorno eram comparados àqueles antes da viagem em diversos gráficos e estatísticas. De todos os dados pesquisados, o peso era o dado mais destacado. Era com base nele que se afirmava se a estadia na colônia de férias havia sido positiva ou não.

De modo geral, o dia era dividido da seguinte forma: às 6:30 h, as crianças eram despertadas. Tomavam o café da manhã às 7:00 h e seguiam para a Educação Física às 8:00 h, retornando para o banho às 10:30 h. O almoço era servido às 11:00 h, após o qual seguia-se a prática do repouso por 20 minutos. Por volta das 13:00 h, eram realizadas atividades de leitura, expressão ou, a elas, ministradas palestras. O lanche da tarde era oferecido às 15:00 h e às 16:00 h partiam para alguma excursão ou passeio, retornando às 18:30 h para o jantar. Às 19:30 h, ou assistiam a alguma palestra, ou vídeo educativo, ou ouviam música, ou, ainda, jogavam algum dos jogos de salão, para, às 20:30 h, irem dormir. Era comum também que as crianças fossem

incluídas nos afazeres da colônia de férias, pois assim elas aprenderiam na prática, hábitos de higiene e de limpeza, os quais deveriam ser praticados também nos seus lares.

Para se dar aos meninos e meninas bons hábitos de ordem, higiene e limpeza, é preciso fazê-los colaborar numa medida proporcional às suas idades, nos trabalhos necessários as suas existências. Que melhor lição de higiene do que a que consiste em fazer arejar o dormitório e baldear os alojamentos. Que feliz experiência aprender a descascar batatas, lavar pratos, engraxar sapatos. (RAMOS, 1948, p.7)

Em entrevista cedida à revista “Educação Física”, o professor Atagy Hermínio de Melo Doin, diretor da Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião, descreveu, minuciosamente, seu funcionamento. A temporada de permanência era dividida de acordo com o sexo das crianças. Turmas específicas de meninos, oriundos de diversas cidades paulistas, lá se hospedavam até a chegada das próximas, as de meninas. A duração de cada temporada variava em torno de quinze a vinte dias, sendo outros dois dias reservados para as viagens de ida e volta, as quais geralmente ocorriam por meio da malha ferroviária paulista. “Os dias que restam para completar 30 (um mês), [eram] destinados à higienização e arranjo da colônia para a nova turma que vie[sse] estagiar” (RAMOS, 1948, p.7).

Durante a permanência das crianças, era fornecida toda a roupa de cama e mesa, assim como o próprio vestuário dos colonistas, o qual era restituído no fim da estadia. As roupas consistiam em curtos calções de banho brancos ou pretos, shorts largos, em estilo balonet, camisetas brancas com compridos decotes em “V” e, especificamente para as meninas, maiôs claros abertos nas costas, os quais muitas vezes eram dispensados, permanecendo elas apenas de calção de banho preto, com o tronco nu. Um vestuário, que ao proporcionar o maior contato possível da pele com o sol e o ar, legitimava os estudos da helioterapia.



Figura 21: “Repouso – Colônia Infantil de Santos”.
REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, Rio de Janeiro, v.2, n. 13, p.35, jan. 1945.

As práticas de banho de sol e de repouso eram largamente realizadas. O mobiliário utilizado, como as espreguiçadeiras, oferecia às crianças os recursos adequados para tais práticas, as quais faziam parte de uma concepção de saúde que considerava a natureza como o meio mais adequado para o robustecimento do corpo. As mudanças de altitude e de clima proporcionariam uma readaptação benéfica às crianças. A utilização científica dos elementos naturais, como o ar, a luz solar, e a água, associada aos exercícios físicos, tornaria o corpo infantil mais preparado para as adversidades da vida urbana. Os exames médicos comprovavam seu benefício, a massa corporal aumentada pelo regime alimentar e a cura de certas enfermidades eram seus melhores indicativos. O corpo, quando trabalhado junto à natureza, se fortificaria.

No discurso médico, do mesmo modo que ocorria com o sol na helioterapia, também ocorria com o mar na hidroterapia. Os banhos de mar eram receitados seguindo-se métodos específicos. Para cada tipo de doença, haveria uma recomendação particular. As hidroterapias no mar levavam em consideração os efeitos benéficos da água fria e dos movimentos das ondas. As regras de imersão e os seus tempos eram sempre prescritos pelos médicos, que procuravam estudar as qualidades químicas e físicas do mar para comprovar

cientificamente os benefícios do ambiente marítimo sobre o corpo²⁰.

Na Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião não há nenhum indício de que tais métodos rígidos fossem utilizados, no entanto, é presumível que esses estudos científicos fundamentassem os banhos de mar realizados pelas crianças, assim como a própria viagem ao ambiente marítimo. É bastante provável que o próprio exercício da natação realizado na colônia de férias tomasse por base tais benefícios advindos do mar e comprovados pela hidroterapia, assim como os exercícios realizados sob o sol.

Quanto ao número de infantes recebidos a cada temporada, girava sempre em torno de cem, oriundos geralmente de quatro a cinco municípios diferentes. Nos relatórios de atividades da professora Otília Foster, a qual eventualmente também ministrava aulas na Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião, está registrado o envio de diversas turmas, tanto de alunos da rede de ensino, quanto de órfãs do Asilo Santa Casa de Misericórdia de Campinas.



Figura 22: Turma feminina da Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião. Professora Otília Foster à esquerda da imagem.
Coleção Otília Foster. Centro de Memória da Unicamp.

²⁰ A respeito dos banhos de mar ver: SANCHEZ, J. Maria. A eletricidade do mar. Radiações de caracter múltiplo fazem com que o mar seja um excelente Tônico para a saúde física e mental. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 26-28, nov. 1937. BOIGEY, Mauricio. A influencia higienica do mar e dos banhos de mar. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 70-73, dez. 1937. TERRIZANO, Victor M. Banhos de mar. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 28-29, jan. 1938. KEHL, Renato. O banho. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 61, p. 26-28, dez. 1941.

Os coloniados recebiam acompanhamento médico, o qual era realizado por meio de fichamentos, além de serviços variados de assistência, como realização de curativos, extrações dentárias e assistência odontológica em geral. Havia ainda um cuidadoso tratamento dado a alimentação²¹, constituída por quatro refeições diárias, sendo o cardápio elaborado por um profissional especializado do Serviço de Dietética da Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo, órgão também subordinado a Secretaria da Educação e responsável pela administração das escolas profissionais estaduais desde 1934.

Nas dependências da colônia, eram organizadas diversas palestras sob os títulos de “Porque devemos lavar as mãos antes das refeições”, “cuidado que devemos ter com as unhas”, “A necessidade de escovar os dentes”, etc. Também eram realizados trabalhos de desenho, leitura, declamação, canto, dança, teatro e costura. A Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião também recebeu auxílio do Instituto Nacional do Livro, do Rio de Janeiro, com doação de acervo para a sua biblioteca infantil.

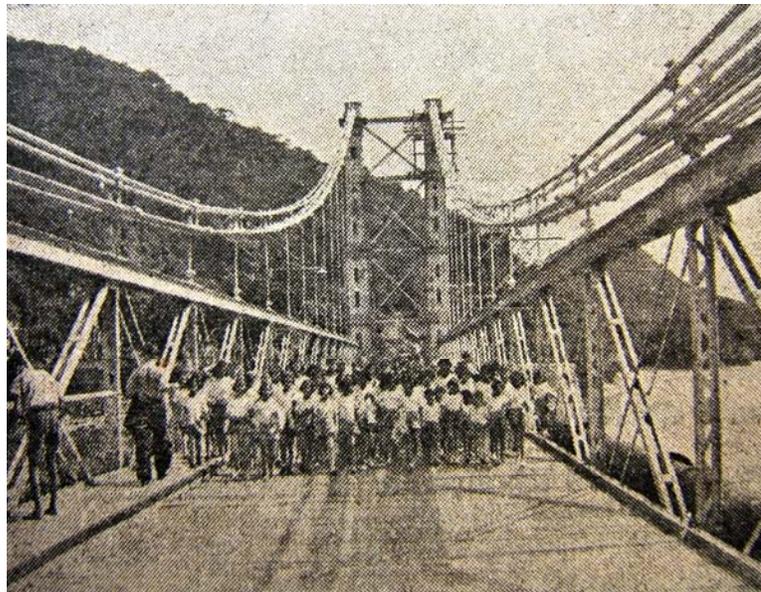


Figura 23: Passeio na Ponte Pênsil de São Vicente.
MARINHO, Inezil Penna. As colônias infantis no estado de São Paulo.
Revista Brasileira de Educação Física, Rio de Janeiro, v. 4, n. 42, p. 22,
set. 1947.

²¹ A respeito da alimentação como preocupação da ciência e do Estado cf.: RODRIGUES, Jaime. A “alimentação racional”: uma proposta de mudança nas práticas alimentares durante o Estado Novo (1937-1945) In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., São Leopoldo, 2007. São Leopoldo/RS: Oikos, 2007, (CD-ROM).

Outra atividade sempre organizada era os passeios pela orla marítima, a pé ou de barco. “De tempos em tempos, é preciso organizar uma excursão, um passeio particularmente interessante. Não hesitar em pedir autorização para visitar fábricas, museus, monumentos.” (RAMOS, 1948, p.8). Quando instalada no Instituto de Pesca, foram “proporcionadas a quase todas as turmas passeios marítimos à bordo do navio de cabotagem 'São Paulo', tendo os colonianos o ensejo de conhecer o porto de Santos e mesmo fazer viagens a varias ilhas” (DEPARTAMENTO, 1942, p.31).

Aliada as palestras e as excursões, essa terapêutica naturista do corpo, complementava uma educação higienista que extrapolava o ser infantil, uma vez que ao retornar ao lar, a criança repassaria ao restante da família as regras e conhecimentos adquiridos.

As colônias disseminam permanentemente, pelas mais longínquas localidades, ensinamentos os mais úteis: as crianças, ao regressarem às suas cidades, impregnadas de novos conhecimentos, em seus lares – entre os pais e irmãozinhos, ou na escola – entre os professores e coleguinhas – ou ainda em quaisquer outros ambientes em que vivam, procuram difundir os hábitos que trouxeram, falar sobre o que viram e aprenderam desde à saída de suas casas até o regresso. (COLÔNIAS, 1944, p.19,20)

As colônias de férias criadas pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo eram um meio diligente de assistência e educação social, um complemento aos trabalhos desenvolvidos na instituição escolar. Como um anexo dos grupos escolares, as colônias de férias, nas décadas de 1940 e 1950, configuraram-se não apenas como uma forma de assistência a infância, mas também como local propício para uma educação específica do corpo infantil. Elas ofereciam às crianças, por quinze dias, a imersão em uma vida higiênica, dando os exemplos concretos de como deveriam ser os seus hábitos cotidianos.

Na configuração da Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião, uma forma específica de educação do corpo, a ginástica, pautada pelo método francês, que também estava presente entre as atividades realizadas, sofria alterações e começava a perder espaço para outra atividade, aquela que propiciava não apenas o esforço físico, mas, também, o divertimento - o esporte.



Figura 24: “Colônia Marítima 'Álvaro Guião’”.
A ORGANIZAÇÃO da educação física no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 7, mai. 1944.



Figura 25: “Aula de ginástica na praia do Boqueirão em Santos”.
BOLETIM da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. v.1, n.1, p.6. São Paulo, ago. 1951.

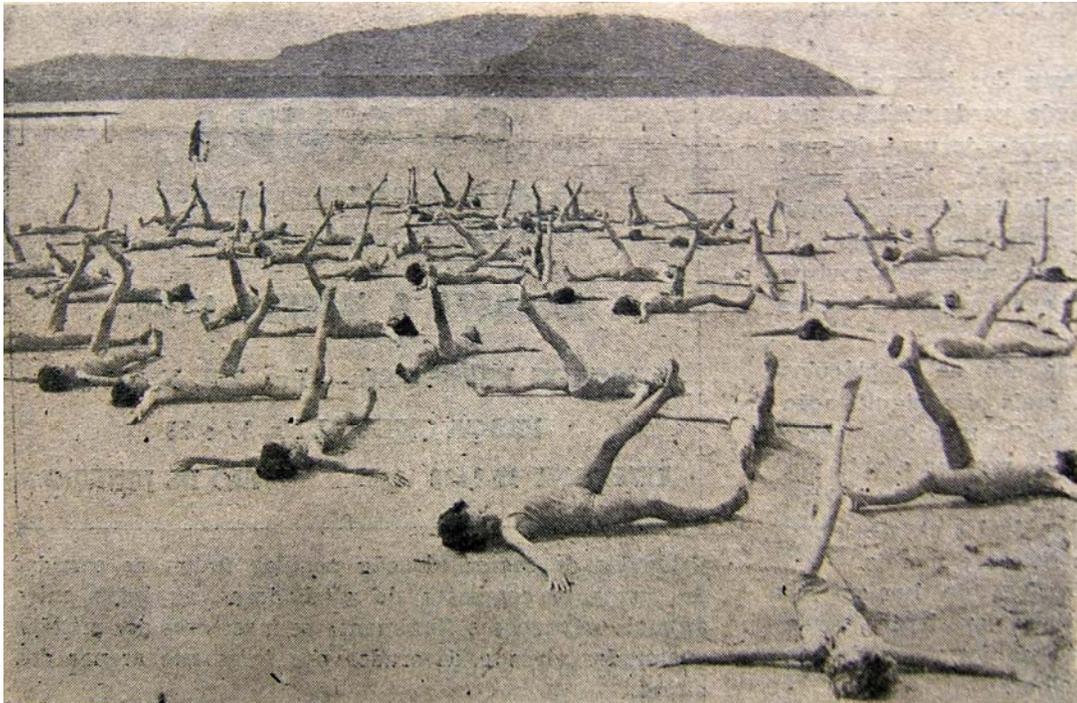


Figura 26: "A sessão de educação física antes do banho de mar".
A COLONIA marítima infantil: "Alvaro Guião". *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro,
v. 3, n. 30, p. 18, set. 1946.

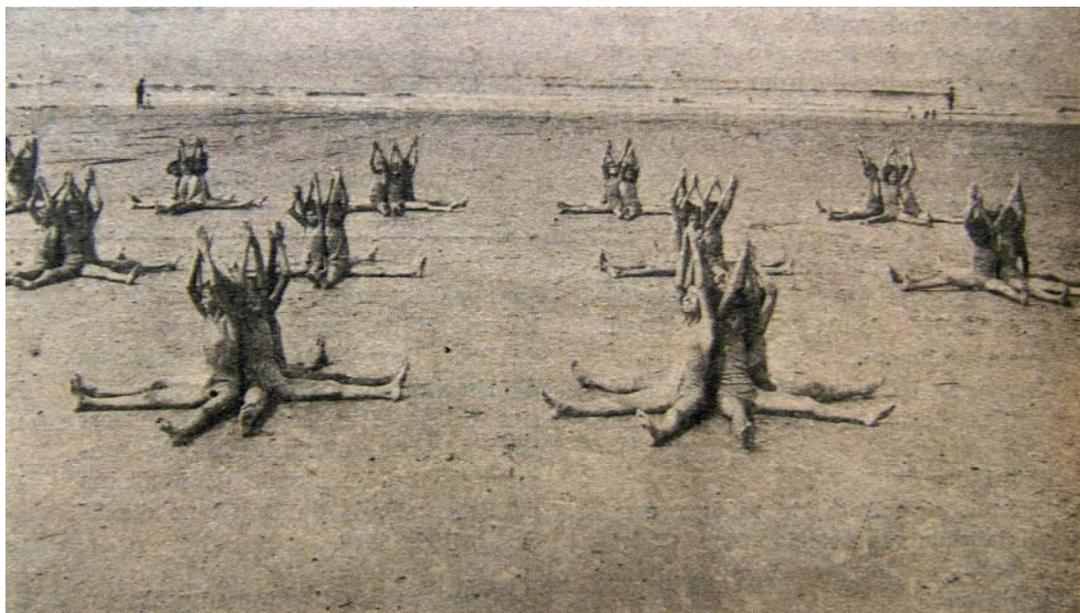


Figura 27: Sessão de educação física, objetivando o desenvolvimento do senso estético.
A COLONIA marítima infantil: "Alvaro Guião". *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro,
v. 3, n. 30, p. 19, set. 1946.

Capítulo X

O Esporte, a Natureza e o Corpo



Figura 28: “Colônia Marítima ‘Álvaro Guião’ - Santos, Estado de São Paulo”.
REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31, fev. 1944.

É certo que, a ginástica estava presente, como podemos ver nas diversas fotografias da colônia de férias santista, no entanto, esta prática já começava, na década de 1940, a receber críticas, uma vez que era considerada austera demais para um ambiente no qual a liberdade de movimentos deveria reinar.

Os prazeres suscitados pelo ambiente da praia incitavam à realização de atividades mais descontraídas, que trabalhassem o corpo, fortalecendo-o e curando-o de seus

males, e ao mesmo tempo, divertindo seus praticantes. Os jogos recreativos e os esportes, como o vôlei e o futebol, eram, por assim dizer, os preferidos, pois contentavam as expectativas do ambiente praiano e ofereciam os recursos necessários para um trabalho higiênico sob o corpo infantil.

Conforme apresentado por Ermida Vidal Ribeiro no Primeiro Congresso Paulista de Educação Física:

[...] sabe-se que a maior parte das crianças que vai para as Colônias nunca teve uma aula de ginástica. Perguntamos: será pois de conveniência que se inicie a prática da ginástica pelo método Francês durante essas duas semanas, com uma turma de crianças que nunca recebeu aula de ginástica desse gênero? Mesmo que o método seja racional, tirará a criança grande proveito dessa prática de 15 dias por ano? Talvez explorando a educação física pela parte mais recreativa, jogos, rodas cantadas e com figurações, dansinhas fáceis, se consiga um programa mais conforme com as circunstâncias. (RIBEIRO, 1940, p.85).

Partindo do pressuposto que as colônias de férias eram como um ambiente provisório para o restabelecimento corporal e não para o trabalho cotidiano e metódico do corpo infantil, a ginástica não seria a prática mais recomendada segundo Ermida Vidal Ribeiro. O esporte, sinal da modernidade, do progresso, do prazer aliado ao esforço físico e nervoso, começava, nesse ambiente, a ganhar também conotações higiênicas e eugênicas.

O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, desde sua criação, sempre manteve uma estreita relação com as práticas esportivas, entendidas como medidas eugênicas. Já nas justificativas legais para a sua criação, em 1931, o esporte era tido como um importante “meio de aperfeiçoar a raça, combater o alcoolismo”, de habilitar “a disciplina e o espírito de renúncia pela causa comum”, e por isso mesmo, era considerado como um dos “mais altos interesses eugênicos num país em que se faz mister tomar em consideração estes fatos” (DECRETO nº. 4.855, 1931).

O alcoolismo, assim como a tuberculose, a sífilis, a pobreza, a ignorância e a criminalidade, eram, nesse período, tratados pelos pensamentos higienistas e eugenistas como “doenças de mesma ordem, focos infecciosos que atuam e se alastram no interior do corpo social, provocando sua decomposição e degenerescência” (RAGO, 1985, p.133). Era o alcoolismo considerado como um dos principais responsáveis pela corrupção física e moral da sociedade, principalmente da classe trabalhadora. Segundo Georges Vigarello, “De todas as doenças, o

alcooolismo é aquela que se associa mais claramente à preocupação com a degenerescência e ao recurso ao sobressalto moral” (VIGARELLO, 2001, p.185).

No caso do Departamento de Educação Física, criado pelo médico Arthur Neiva, seria o esporte uma forma de combater esse grande mal. A ele eram conferidos fins eugênicos, higiênicos, morais e patrióticos. Não podemos ignorar o fato de seu fundador ter sido um médico, assim como grande parte de seus funcionários, pois foi por justificar a relevância social do esporte enquanto atividade eugênica, a qual necessitaria de uma centralização e de um controle médico, que a sua criação se concretizou. Segundo Adriano Mastrozosa:

[...] difundia-se a idéia de que este problema [do alcoolismo] era de ordem social, atribuído à fatores sociais e raciais, e que poderia ser resolvido, na representação de alguns intelectuais no Brasil, por meio das atividades físicas e esportivas capazes de realizar uma regeneração racial. Segundo este pensamento, o único caminho a ser seguido pelo Brasil, um país doente e preguiçoso, reflexo de uma população doente e preguiçosa, era a regeneração por meio dos exercícios físicos. (MASTROZOSA, 2003, p.124).

Além de justificar a necessidade de criação do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, ao estabelecer relações entre o esporte e a regeneração racial de uma população supostamente enfraquecida pelo consumo de álcool, o seu decreto de criação, nº 4.855 de 27 de janeiro de 1931, atribuía como de sua responsabilidade, organizar, fiscalizar, incentivar e registrar a prática esportiva no Estado.

Antes de iniciar qualquer tipo de atividade de orientação e fiscalização do esporte, foi necessário ao Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo conhecer e quantificar os espaços utilizados para a prática esportiva. Com esse objetivo, iniciou suas atividades procedendo ao recenseamento dos clubes e associações esportivas existentes no Estado.

É importante salientar que grande parte dos clubes e agremiações recreativas na década de 1930, principalmente na cidade de São Paulo, era formada por operários, e localizada, em sua maioria, nos bairros de imigrantes. Esses clubes representavam um espaço de divertimento e de sociabilidades múltiplas oriundas das diferentes nacionalidades dos imigrantes operários. Neles o consumo de álcool fazia parte das festividades, partidas esportivas, e dos divertimentos de modo geral, da classe operária. Nesse sentido, a escolha dos clubes esportivos como principal ponto de atuação do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo

não fora meramente casual, pois ao recensear e regulamentar tais espaços o seu objetivo consistia em organizar o tempo fora das fábricas dessa população, ao recomendar formas esportivas tidas como higiênicas. De acordo com Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1987, p.42):

Os operários freqüentavam as sociedades recreativas dançantes, engrossavam com sua presença os clubes de futebol, gostavam de bares e de casas de jogos e apostas. Muitos dos bairros pobres e operários tinham seus times de futebol ou associações esportivas, os “clubes de várzea”, sendo muitos deles vinculados às fábricas e empresas.

Concluído o recenseamento esportivo, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo elaborou um documento destinado ao governo do Estado, que fazia menção aos impostos pagos pelos clubes. Tal documento solicitava a redução dos valores tributários, assim como a reunião dos mesmos em uma única taxa.

Tendo verificado, pelas respostas dadas aos quesitos do seu recenseamento esportivo, que uma das dificuldades de que sofriam os velhos clubs esportivos era a taxação que lhes impunham os fiscos municipal, estadual e federal – o Departamento estudou muito cuidadosamente o assunto, elaborando a respeito um extenso e minucioso memorial, que encaminhou ao governo do Estado, pedindo-lhe, não só sensível redução nesses impostos, mas também a sua unificação, no sentido de tornar mais fácil e possível a respectiva arrecadação. (HISTÓRICO, 1936, p.40).

Ao atender as reivindicações dos clubes e tomar uma posição favorável a eles, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo incluía o esporte clubístico na administração de São Paulo sem gerar conflitos. Ao mesmo tempo em que consolidava uma união do Estado com os clubes esportivos, ele também se afirmava como uma entidade reguladora do esporte, estabelecendo normas para a sua prática.

Além dos esportes praticados nos clubes, seja nos de elite como o Clube Atlético Paulistano, seja nos de operários imigrantes, diversas partidas esportivas eram realizadas nas ruas e várzeas das cidades. As disputas esportivas entre as diferentes nacionalidades de imigrantes, o jogo de várzea, as peladas, os campeonatos entre bairros, faziam parte do cotidiano da cidade, sendo o consumo de álcool habitual nesses momentos.

Era usual ao discurso médico qualificar essas práticas, fora dos muros dos clubes, como baderna e arruaça. “Esta preocupação era justificada pelas muitas queixas que chegavam às redações dos jornais, reclamando dos jogos improvisados e pelas estatísticas policiais que associavam o esporte à violência” (MASTROSOSA, 2003, p.124). O esporte, como

um meio de aperfeiçoar e raça e combater o alcoolismo, estava muito distante dessas práticas realizadas nas ruas, fora dos clubes. O esporte enquanto fator de regeneração necessitava de um controle e de um re-ordenamento para não representar um perigo para a sociedade. De acordo com o texto apresentado por Arne Enge, no VII Congresso Nacional de Educação, a ação do Departamento de Educação Física, em 1935:

[...] sobre os certames de educação física de caráter público e sobre os locais em que eles se realizam, foi muito facilitada com um entendimento realizado entre o Departamento de Educação Física e a repartição policial destinada a autorizar a realização de tais certames, cujos alvarás de licença só são concedidos mediante o ‘visto e a aprovação do Departamento de Educação Física. (ENGE, 1935, p.68)

Ao regulamentar a prática esportiva, pretendia o Departamento de Educação Física combater o esporte popular, o da desmedida, do abuso, das apostas, da várzea e das colunas policiais, e incentivar o esporte dos clubes. Ao organizar e fiscalizar os esportes clubísticos, o Departamento de Educação Física conferia um status de oficial a essa prática, desqualificando as demais. Sua ação tinha por objetivo orientar tanto a construção dos espaços esportivos, quanto implementar os fichamentos antrope-fisiológicos, conhecidos por “controle médico”, configurando formas específicas ao fenômeno esportivo dos clubes paulistas.

Desse modo, percebe-se que não era qualquer prática esportiva que seria considerada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo como uma atividade benéfica ao corpo. Para que o esporte tivesse um caráter higiênico e eugênico seria necessário, antes de mais nada, organizá-lo segundo padrões condizentes com os parâmetros médicos. A organização do esporte no Estado teria por conseqüência a diminuição das práticas indiscriminadas das atividades “esportivas nas várzeas e terrenos baldios da cidade, fazendo com que as pessoas utilizassem lugares ‘apropriados’ a esta prática” (MASTROROSA, 2003, p.32), o clube e o estádio, sob supervisão médica ou de um profissional da educação física. Vigarello já analisava o surgimento de um lugar específico para que o esporte se sincretizasse como tal, ou seja, o estádio e o clube. De acordo com seus estudos:

Le nouveau temps du jeu, c’est d’abord celui des rencontres et des championnats, avec leur cycle propre, leur déroulement independant dès fêtes traditionnelles. [...] L’espace aussi se specialize avec ces competitions réglementées et programmées. Le sport invente

le stade, par exemple, ses aires normée, définitivement séparées de La vie courante.²²
[VIGARELLO, 2002, p.58]

É certo que, na prática, a regulamentação do esporte não ocorreu da forma totalitária como previa o decreto de criação do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, no entanto, o maior objetivo aqui é chamar a atenção do leitor para os valores higienistas e eugenistas atribuídos à prática esportiva, uma vez que, muito provavelmente, foi exatamente com esses valores que o esporte foi admitido nas colônias de férias e parques infantis.

Meily Assbú Linhales, ao estudar a presença do esporte na Associação Brasileira de Educação, afirma que: “Junto com o esporte, outros códigos correlatos, como saúde, higiene, educação, eugenia, estética, disciplina, limpeza, beleza, eficiência, etc., passam a ser abordados e problematizados” (LINHALES, 2006, p.48). Esses códigos correlatos, em destaque a eugenia, quando discursivamente associados ao esporte, produziam a forma esportiva que o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo procurava organizar no Estado e a qual seria recomendada à prática nas colônias de férias e parques infantis.

Apesar de haver aqueles contrários, grande parte do discurso médico reconhecia ser o esporte uma das atividades mais adequadas para o período não-escolar, principalmente para o período de férias - tanto as férias escolares, quanto trabalhistas:

Manietado a seu ‘buerau’ ou ao seu balcão, cada um de nós vive, meses a fio, fazendo simplesmente ginástica cerebral, em detrimento da saúde física. Chegam as férias de fim de ano e com elas a partida para a serra e para o mar. Começam aí os exercícios corporais: é a corrida, é o salto, é a natação, é o passeio a pé por montes e vales, são em suma, as mil diversões que constituem uma estação de veraneio alegremente transcorrida. Daí, dessa movimentação constante do corpo, todo êsse bem-estar que se sente, tôda essa redentora energia com que se volta, terminando o veraneio. (TOTTA, 1945, p.11).

A ressalva de que tais práticas deveriam ser recomendadas e orientadas pelos médicos era também uma constante nesse discurso, pois para cada tipo de organismo existiria uma modalidade mais adequada, assim como para cada tipo de enfermidade ou disfunção corporal. Essa recomendação se tornava ainda mais enfática quando se tratava do esporte realizado pelas crianças, uma vez que além dos benefícios relativos à saúde eram atribuídos ainda

²² “O novo tempo do jogo é, em primeiro lugar, aquele dos encontros e dos campeonatos, com seu ciclo próprio, seu desenvolvimento independente das festas tradicionais. [...] O espaço também se especializa com as competições regulamentadas e programadas. O esporte inventa o estádio, por exemplo, com seus ares normatizados definitivamente separados da vida cotidiana.” [tradução livre]

valores educacionais ao esporte. Nesse sentido, uma vez supervisionado por um médico ou professor de educação física, transformar-se-ia em uma excelente medida eugênica para a formação de corpos infantis saudáveis e robustos.

É interessante notar que apesar de haver no decreto nº 6.440, de 1934, o qual restabeleceu o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo²³, a exigência de um plano de ensino da Educação Física, nos grupos escolares, de acordo com o Método Francês de Ginástica, também já se admitia legalmente a introdução da prática esportiva nas escolas, desde que supervisionada pelo Departamento de Educação Física.

Art. 32º. - A prática esportiva nos estabelecimentos de ensino, pela própria condição dos organismos que se dispõe a realizá-la está sob orientação e fiscalização imediata do Departamento de Educação Física que determinará os esportes cuja prática se aconselhar ou se permitir, de acordo com as condições físicas dos alunos.

Art. 33º. - Os alunos se submeterão à prática esportiva sob orientação do professor do estabelecimento, que procurará evitar todos os malefícios oriundos do seu excesso ou da sua prática inconveniente. (DECRETO nº. 6.583, 1934)

Há diversos indícios na História da Educação Física paulista que o esporte já há algum tempo freqüentava o ambiente escolar, mesmo que de forma tímida, tendo em vista que o seu ensino dependia muito da formação do professor. Conforme nos relata Luis Fernando Costa de Lourdes,

Os [professores] egressos das escolas militares possivelmente priorizavam em suas práticas escolares os exercícios ginásticos. Outros, que porventura tivessem uma especialização em modalidades esportivas, trabalhadores em clubes e centros de cultura física, fariam valer em suas aulas o esporte. Assim, havia uma circulação de práticas que extrapolavam os padrões europeus, conformando padrões distintos, consoante os espaços sociais em que se davam. (LOURDES, 2007, p.28).

A oposição da ginástica ao esporte era um discurso presente principalmente na área médica das décadas de 1910 a 1930. O trabalho historiográfico de Jorge Artur dos Santos nos apresenta os diversos discursos relativos ao esporte no início do século XX, entre eles o dos médicos e de parte dos educadores que acreditavam ser o esporte uma atividade de risco para o corpo infantil. No entanto, apesar das diversas restrições impostas e de sua introdução na escola ter sido um processo lento e permeado de inúmeros debates, já na década de 1930 o esporte era

²³ Assinado pelo então secretário de educação e da saúde pública Christiano Altenfelder Silva, esse decreto foi responsável por restabelecer o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo a sua antiga posição, a qual havia sido alterada para Serviço de Educação Física na administração de Fernando de Azevedo em 1933.

legalmente aceito no ambiente escolar.

Os programas do ensino secundário, expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, logo após a promulgação do decreto federal nº 19.890 de 1931, previam, “nas últimas classes, a prática obrigatória e regulamentada dos esportes individuais e coletivos” (DECRETO nº 19.890, 1931). De acordo com esses programas, haveria uma modalidade ideal para cada pessoa e essa deveria ser sempre praticada de forma moderada, pois “a diminuição da capacidade de estudo, a perda de peso e do apetite e a astenia geral são conseqüências da prática abusiva dos esportes, que se devem evitar e corrigir pela escolha e a graduação metódica das suas atividades” (DECRETO nº 19.890, 1931).

Sua presença era de fato mais aceita nas classes de adolescentes, ou seja do 1º, 2º e 3º anos do ensino secundário, e em instituições como as Colônias de Férias e Parques Infantis, considerados como partes integrantes de um sistema de ensino mais amplo que não se restringia apenas às escolas. De fato, observa-se que o esporte estava mais presente mesmo nessas instituições extra-escolares, sendo que a ginástica ocupava grande parte do conteúdo ensinado nos grupos escolares, isso porque a prática esportiva estava mais ligada a um momento de descontração, em que o ambiente não-escolar era reconhecido como o mais apropriado. À escola, reservava-se prioritariamente o ensino da ginástica, enquanto em suas “instituições complementares”, como as colônias de férias e os parques infantis, o esporte fazia-se mais presente.

Ainda em relação ao esporte, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo foi o responsável também por organizar um plano de racionalização dos campos de futebol do Estado, ou seja, de padronização de suas medidas. Nesse mesmo plano, havia ainda a consideração sobre a possibilidade de se construir pistas de atletismo ao redor dos mesmos. A variação apresentada pelos campos de futebol da época demonstra que o esporte praticado ainda não obedecia completamente à regras pré-estabelecidas, assim como as corridas não necessariamente ocorriam em um local especialmente construído para a sua prática, como é o caso da pista de atletismo.

[...] os campos de futebol de quase todos os clubes de São Paulo não obedeciam aos indispensáveis requisitos técnicos e práticos, variando muito, não só nas suas dimensões, mas também ‘na proporção’ dessas dimensões, pelo que o Departamento elaborou um plano de racionalização de tais campos, ao mesmo tempo que cuidava dos meios e

modos de fazer correr em redor dêles pistas sumárias de atletismo, a fim de favorecer a expansão dos esportes atléticos, principalmente no interior, onde são poucos e mal apreciados. (HISTÓRICO, 1936, p.40).

Parece haver um consenso por parte dos sociólogos e historiadores do esporte, em destaque os estudos de Norbert Elias e Eric Dunning, de que o desenvolvimento do fenômeno esportivo moderno no mundo foi acompanhado por um processo de *profissionalização* do mesmo, o qual procurou estabelecer regulamentos, tempos e espaços fixos, além de instituições e formas de treinamento corporal específicas. No caso de São Paulo, o Departamento de Educação Física iniciou os projetos referentes ao esporte justamente no sentido de controlar o espaço esportivo, regulamentando suas medidas e racionalizando sua prática.

Pode-se entender que a criação do DEF-SP em 1931 veio dar um impulso maior ao processo de profissionalização esportiva, que tivera início em São Paulo nas décadas de 1910 e 1920. Suas ações de regulamentação de espaços específicos para a prática esportiva faziam parte de uma nova configuração proposta pelo *esporte profissional*, o qual em São Paulo, conforme sugere Nicolini, foi oficializado como o de maior expressão justamente na década de 1930, apesar de ter encontrado resistência por parte de alguns clubes, como o Atlético Paulistano:

Nos anos 20, quando o perfil dos jogadores do Campeonato Paulista da Primeira Divisão não era mais o dos grã-finós da sociedade, e os verdadeiros craques começaram a ser oriundos da várzea, o ‘amadorismo marrom’, ou o profissionalismo velado, tomou conta do cenário, até que, em 1933, o futebol profissional passou a ser adotado, causando baixas no Campeonato oficial, como do Germânia e do Sírio. O Paulistano, pioneiro na rejeição ao cifrão, já havia abandonado o futebol oficial em 1930. (NICOLINI, 2001, p.207).

Os espaços onde ocorriam as práticas esportivas estavam até então submetidos, em grande parte, às eventualidades da natureza, condicionados por fatores extrínsecos ao esporte, como por exemplo, a quantidade e direção do vento, a chuva, o anoitecer, a temperatura, a inclinação do terreno, a correnteza das águas, etc. Sua regulamentação, por meio do controle das variações apresentadas pelo meio, com a construção de ambientes delimitados, específicos para a prática esportiva, com regras particulares de medida e objetos próprios, acompanhou uma mudança na qual o esporte retirava-se da vida cotidiana das cidades para se tornar uma prática a parte, com regras e espaços próprios.

Neste sentido, de zelar pelas instalações esportivas, o Departamento cuidou seriamente da construção do estádio oficial de São Paulo, recolhendo e consolidando, não só tudo

que localmente existia sôbre o assunto, afim de aproveitar o grande terreno cedido ao govêrno do Estado no Pacaembú, mas também obtendo no estrangeiro informações exatas sôbre tudo que de mais eficiente se fizesse na matéria. (HISTÓRICO, 1936, p.40).

O projeto do Estádio Municipal, que teve suas obras iniciadas em 1938, foi de autoria do Escritório Ramos de Azevedo²⁴, no entanto esteve o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo próximo à sua elaboração desde o início. Era de sua responsabilidade orientar a construção das instalações esportivas, ditar as regras para as quadras, pistas, campos e piscinas do complexo esportivo, o qual seria denominado, após sua inauguração em 1940, como o primeiro Centro de Educação Física dirigido pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. O departamento foi também responsável por elaborar, já em sua própria repartição de desenhos e projetos, duas plantas de estádios para as cidades de Santos e Bauru.

Na década de 1940, o esporte timidamente começava a ter uma nova configuração, não mais os clubes privados e as associações culturais e étnicas, mas sim um recinto dirigido pelo Estado e destinado a toda população. Eram os primórdios de uma generalização das práticas esportivas, que desde então começavam a contar com um espaço distinto, mais regulamentado e imune aos acasos da natureza. No entanto, durante muito tempo, o número de clubes particulares para a prática esportiva prevaleceu em relação aos locais administrados pelo governo. A política de construção de espaços públicos para a prática dos esportes ganharia força apenas nas décadas de 1950 e 1960, mas, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, já na década de 1930, procurou regulamentar e fiscalizar as quadras, campos e piscinas existentes, nos clubes particulares. De acordo com os dados do IBGE, apresentados por Jorge Artur dos Santos em sua dissertação, “de um total de 849 ‘campos esportivos’ existentes no país, em 1937, 814 eram de propriedade particular e 35, estatal (5 federais, 1 estadual e 29 municipais), e destes, 19 no estado de São Paulo” (SANTOS, 2000, p.29).

O Centro de Educação Física do Estádio do Pacaembú representou uma grande novidade, pois era uma das primeiras vezes que o Estado geria um espaço totalmente regulamentado segundo os padrões médico esportivos, destinado à prática dos esportes pela

²⁴ O Escritório Ramos de Azevedo foi responsável por elaborar diversas plantas de edifícios públicos em São Paulo, entre eles o Estádio do Pacaembú. A respeito do escritório ver: LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993. CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: EDUSP, 2000, entre outros.

população de modo geral. No Relatório de 1942, do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, observa-se a pretensão de construção de outros quatro espaços com a mesma finalidade, nos bairros do Braz, Ipiranga, Lapa e Vila Madalena. É interessante notar que essas localidades configuravam-se como bairros operários naquela época, constituídos, em sua maioria, por imigrantes. À medida que o DEF-SP organizava o esporte no Estado e criava o seu Centro de Educação Física, ele propunha formas de educação do corpo específicas, diferentes daquelas experimentadas pelos operários nos seus momentos livres, nos bairros periféricos.

O Departamento de Cultura São Paulo, órgão oficial responsável também pela educação física, no entanto de caráter municipal, em 1936, por meio do decreto nº 1.946, regulamentou a sua Seção de Estádios, Campos de Atletismo e Piscinas, a qual “tinha por função construir, sobretudo nos bairros operários, campos para atividades atléticas, ginásticas e esportivas, afim de ‘desviar, dos ambientes improdutivos ou prejudiciais, os operários em folga no tempo disponível que lhes facultava o regime de trabalho’” (DECCA, 1987, p.92).

A construção dos Centros de Educação Física nos bairros operários, pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, possivelmente assumiria também uma posição de fortalecer o corpo dos trabalhadores, regulamentando suas formas de divertimentos por meio das práticas esportivas e organizando o seu tempo livre. Esse mesmo ideal seria transferido para as Colônias de Férias, nas quais o esporte assumiria a responsabilidade de trabalhar o corpo infantil no seu período de férias escolares, com o objetivo de torná-lo saudável e socialmente vantajoso; e também para os parques infantis, os quais ocupavam o horário não-escolar do dia.

Inicialmente o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo atuou na regulamentação do esporte realizado nas associações e clubes particulares, enquadrando-o sob prescrições médicas e banindo aqueles praticados nos campos de várzea, classificando-os como prejudiciais aos praticantes e nocivos à sociedade, uma vez que eram fontes de badernas e consumo de álcool. Após regulamentar a prática esportiva nos padrões médicos, realizando, em 1935, o fichamento antrope-fisiológico de 583 esportistas, pertencentes “a mais de vinte associações esportivas e outros estabelecimentos da cidade de São Paulo” (EDUCAÇÃO, 1936, p.32), o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, em 1940, inaugurou o seu primeiro Centro de Educação Física no Estádio do Pacaembu. Desse modo, é possível afirmar

que a inserção do esporte nas colônias de férias ocorreu também devido ao reconhecimento do esporte como uma prática eugênica que, desde que supervisionado pelo médico, trabalharia o corpo infantil em contato com a natureza, fortificando-o.

A certeza era a de que a natureza, o sol, o ar e a água, quando combinada com os exercícios físicos, como o esporte, as caminhadas e os jogos recreativos, garantiria o perfeito desenvolvimento físico do infante, ou então, nas palavras do Capitão Lopes Bonorino, de que:

As crianças são como plantas, que necessitam mudar do meio onde vivem, para respirar um ar mais puro do que aquele que habitualmente areja seus pulmões. Ar e sol, liberdade e movimento, são as necessidades da criança. Para elas, o ar e o sol, combinados com os exercícios físicos e os jogos, constituem o melhor preservativo das enfermidades, tonificando e arejando os pulmões, oxigenando o sangue, ativando a circulação, facilitando a digestão e contribuindo para o desenvolvimento harmonioso de sua constituição geral. (BONORINO, 1933, p.14).

Capítulo XI

Escolas ao Ar Livre

De modo geral, as escolas ao ar livre constituíram-se como um desdobramento das colônias de férias. Os imaginários médicos que permeavam ambas as instituições eram muito próximos, sendo que as colônias de férias configuravam-se como uma instituição de internato temporário, e as escolas ao ar livre como externatos. Em ambas, a natureza e seus elementos de caráter curativo e preventivo eram centrais. De acordo com a tese apresentada por João Ferraz do Amaral à Faculdade de Medicina de São Paulo, intitulada “Escolas ao ar livre” e defendida sob orientação do médico Geraldo Horácio de Paula Souza, responsável pela disciplina de higiene, essas instituições deveriam ser principalmente de caráter preventivo:

Essa é a razão por que a tendência moderna da medicina é prevenir em vez de curar, prevenir sobretudo pela proteção inteligente á infância. Os gymnasios, as piscinas de natação de que dispõem as modernas escolas norte-americanas, os parques de diversões, os solários, as *escolas ao ar livre*, fortalecendo os organismos depauperados ou mesmo sadios, são armas poderosas de profilaxia social. (AMARAL, 1932, p.6)

É de se pressupor que a defesa de que as escolas ao ar livre deveriam ser de caráter preventivo indica que em algum momento houve um modo diferente de concebê-las, ou seja, majoritariamente como de caráter curativo. Esse fato as aproxima muito das colônias de férias e dos sanatórios, uma vez que também as colônias de férias iniciaram seu movimento de criação como locais específicos para a cura de certas doenças, as quais, paulatinamente, começaram a agregar características educacionais e se transformarem em instituições preventivas. Esse movimento de transição é confirmado pelo próprio João Ferraz do Amaral ao escrever que:

em sua origem (a escola ao ar livre) não foi mais do que uma arma, de combate á peste branca. Assim, mantidas de inicio quasi exclusivamente pelas ligas de combate á tuberculose, foram seus pioneiros e são até hoje seus principaes propugnadores os nomes mais respeitáveis da tisiologia. (AMARAL, 1932, p.7)

Os caminhos das colônias de férias e das escolas ao ar livre cruzam-se também no movimento de oficialização realizado por ambas, ou seja, assim como no caso das colônias de férias, também as escolas ao ar livre tiveram origem principalmente de iniciativas particulares e filantrópicas, mas com o tempo foram assumidas pelo Estado como de sua responsabilidade, ganhando com isso um discurso patriótico e eugênico cada vez mais acentuado.

A criança é hoje o centro das atenções de quantos se preocupam com o futuro da raça. [...] Em toda parte adquirem um interesse crescente as medidas que buscam o amparo e a preservação da infância, e a essas medidas se aplicam com dedicação não apenas philanthropos, cedendo aos seus pendores de fazer o bem, mas os próprios governos, a visão nítida de que o enriquecimento da nação tem sua base necessária nos cuidados á criança. (AMARAL, 1932, p.5)

A tese apresentada por João Ferraz do Amaral defendia a instalação do modelo das escolas ao ar livre na cidade de São Paulo não apenas para a população infantil adoecida, mas para todos os estudantes. Sua preocupação com a saúde infantil se dava especialmente no sentido de preveni-la da tuberculose, isolando-a do ambiente urbano e oferecendo recursos adequados para o fortalecimento do seu corpo. Em suas palavras:

S. Paulo carece de obras de protecção á criança em idade escolar. Essas obras, cuja finalidade geral é o fortalecimento da criança, a sua segregação a meios malsãos, a prevenção de molestias infecciosas – especialmente a tuberculose, a formação da sua mentalidade nos ideaes da hygiene e da eugenia – são de várias ordens. (AMARAL, 1932, p.69)

Já no prefácio de sua obra, Amaral afirmava que se teria conseguido melhores resultados com sua tese, caso o governo do Estado não houvesse promovido mudanças de ordem administrativa, no setor da instrução pública e nos serviços de higiene, uma vez que tais alterações eram contrárias aos esforços realizados pelos seus pares até aquele momento. Ao observar o período histórico, referido pelo autor, é plausível que, ao se pronunciar dessa maneira, ele estivesse se remetendo às transformações ocorridas na Secretaria do Interior, transformada em Secretaria da Educação e Saúde Pública, sob a administração de Arthur Neiva, em 1931. Essa reforma teve como consequência a incorporação do Serviço Sanitário, do Instituto Butantã e do Instituto de Higiene à então renomeada Secretaria da Educação e Saúde Pública. Foi também nessa reforma que se criou o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, o qual em 1939, após diversas reestruturações, criava sua própria escola ao ar livre.

Ainda na introdução de sua tese deu relevância aos estudos realizados pelo médico Balthazar Vieira de Melo e Vicente Lara pelos dados estatísticos fornecidos, conferindo destaque ao segundo, catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo, que realizou minucioso estudo sanitário-estatístico com a população infantil do grupo escolar do bairro paulistano Jardim América. Agradeceu também ao médico fisiologista Clemente Ferreira.

Ao iniciar sua obra, escreve um profícuo estudo a respeito da história das escolas de ao ar livre, no qual descreve o início do movimento para a criação de tais instituições ocorrido na Europa. Seria, a seu ver, a primeira escola ao ar livre datada de 1904, na região de Charlottenburgo, a três km de Berlim, criada a fim de receber por alguns meses as crianças consideradas fracas das escolas da capital alemã. “O edifício escolar compunha-se de vários pavilhões de madeira, pintados de verde, d’onde o nome que lhe veio de ‘Escola Verde’.” (AMARAL, 1932, p.8). Fundada pelos médicos pediatras Barginski e Benedix, sempre que o tempo permitia, as aulas eram dadas ao ar livre, com programa intelectual reduzido. De acordo com Leonard Ayres (1910, p.3): “The object of the founders was to create a school where children could be taught and cured at the same time, and it is this same purpose which has actuated the founders of all of the other schools of similar type which have since been opened”²⁵.

Já em 1903, Joseph Grancher, médico francês, após um estudo com 4.226 crianças escolares de Paris, aconselhou que a população infantil parisiense acometida pela tuberculose fosse tratada no campo, em então denominadas “escolas sanatórios”. Em 1907 foi criada a primeira instituição do gênero na França, na propriedade de Vernay, a oito km da vila de Lyon. (VILLARET, 2005, p.98). Segundo Sylvain Villaret (2005, p.97) “Cette sensibilité à la nature, motivée aussi par les ravages de la tuberculose, se traduit par ailleurs dans l’essor des colonies de vacances et dans la création, em 1906, de la Ligue pour l’éducation em plein air”²⁶

Em 1922, realizou-se, em Paris, o 1º Congresso Internacional de Escolas ao Ar Livre. Na edição de março/julho de 1937 da “Revista de Educação”, há uma nota a respeito do 3º Congresso de Escolas ao Ar Livre, realizado em Bielefeld, na Alemanha, em julho de 1936. A revista revela que os conhecimentos debatidos na Europa a respeito dessas instituições chegavam

²⁵ “O objetivo dos fundadores foi o de criar uma escola na qual as crianças pudessem ser ensinadas e curadas ao mesmo tempo, e é com esse mesmo propósito que atuaram os fundadores de todas as demais escolas similares que, desde então, foram abertas” [tradução livre]

²⁶ “essa sensibilidade à natureza, motivada também pelos estragos da tuberculose, se exprime pelo impulso das colônias de férias e pela criação, em 1906, da Liga pela educação ao ar livre.” [tradução livre]

ao Brasil, sendo anunciados na revista oficial da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, uma vez que na nota é possível ter acesso a todas as indicações concebidas durante o congresso. (3.º CONGRESSO, 1937, p.164). Nicanor Miranda, em sua obra de 1945, relata sua visita a Escola ao Ar Livre de Suresnes, inaugurada em 1935, próxima à Paris, descrevendo toda a arquitetura e o programa de funcionamento de tal instituição francesa. (MIRANDA, 1945, p.81,82).

“Na Itália, a primeira escola ao ar livre fez o seu aparecimento em 1907 na cidade de Padua, com 90 alunos” (AMARAL, 1932, p.10). Conforme a descrição do médico escolar argentino Garrahan, que visitou a Escola Príncipe de Piemonte em Roma, havia a utilização de mobiliário especial, com carteiras de madeira leves, facilmente transportável. Também eram realizadas varias mensurações da estatura das crianças duas vezes por ano, assim como diversas pesagens, sendo que a todas as crianças era conferida uma ficha médica individual. Nas férias de verão, a escola transformava-se em colônia de férias.

“Em Janeiro de 1910, o Dr. Rollier instala na Suíça perto de Leysin, a sua ‘escola do sol’” (AMARAL, 1932, p.14), sendo o pavilhão destinado aos meninos chamado de “Les Noisetiers”, e o das meninas de “La Violette”. A Escola do Sol ganhou grande fama e tinha em seu programa de atividades, a maioria elaborada de acordo com os estudos da helioterapia desenvolvidos pelo próprio Rollier, os banhos de sol e de ar priorizados. No pavilhão masculino, “une place nouvelle est réservée à l’éducation physique: à la gymnastique respiratoire et orthopédique s’ajoutent des jeux et des sports comme le tennis, le ski, le patinage; le jardinage complétant le programme des activités physiques²⁷” (VILLARET, 2005, p.129).

Outros países europeus também adotaram o modelo das escolas ao ar livre, como a Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha e Inglaterra. Na América, o México, os Estados Unidos, a Argentina e o Uruguai também criaram seus estabelecimentos congêneres.

“No Uruguai, em Montevideo, fundou-se uma escola ao ar livre em 1913, por iniciativa da Liga Uruguaya contra a Tuberculose. Mais duas se seguiram mais tarde (1921), localizadas no subúrbio da capital. [...] Em 1930 frequentavam esses estabelecimentos 1.006 escolares” (AMARAL, 1932, p.17). Contava também com mobiliário portátil para as aulas ao ar

²⁷ “um lugar novo é reservado a educação física: à ginástica respiratória e ortopédica se unem aos jogos e aos esportes como o ténis, o esquí, a patinação; a jardinagem completa o programa de atividades físicas.” [tradução livre]

livre, sendo que o trabalho intelectual não passava de duas horas e meia, consagrando o restante do tempo para a ginástica respiratória, trabalhos manuais, jogos e uma hora para o repouso após o almoço. Eram servidas três refeições diárias. Os alunos permaneciam de seis a oito horas na instituição durante mais ou menos quatro meses.

Na Argentina, o Serviço de Inspeção Médico Escolar, desde 1909, montara sete escolas ao ar livre nos parques de Buenos Aires. Conforme nos relata Maria Antonieta de Castro (1934, p.123), ao visitar Buenos Aires, em companhia do Dr. Olivieri, em 1934 havia seis instituições do gênero na cidade que abrangiam um total de 2.500 alunos.

No caso norte-americano, a primeira escola ao ar livre fundada foi na cidade de Providence, no Estado de Rhodes Island, sendo rapidamente seguida por outras dos mais variados tipos “(florestas e urbanas, internatos e externatos, temporárias e permanentes): - a de Boston, em 1908; a de N. York, instalada num acampamento diurno; a de Chicago, numa ampla barraca; a de Hartford, num parque público; depois as de Rochester, Pittsburg, Newark... (AMARAL, 1931, p.13)

Quanto à classificação das escolas ao ar livre o médico João Ferraz do Amaral o faz em: internatos permanentes, também conhecidos por “collegios sanatorios, feitas para débeis e mesmo para meninos tuberculosos” (AMARAL, p.22); internatos temporários, que seriam as colônias de férias; externatos, de classes móveis, nas quais havia uma sede fixa, mas as aulas eram deslocadas para parques e campos adjacentes; e semi-internatos, que seriam as escolas que realizavam seus trabalhos a céu aberto ou em salas abertas.

Isto faz com que sob o nome de escolas ao ar livre se agrupem instituições com organizações dispares; legitima-lhes a comunidade de nome apenas o se basearem sob o mesmo princípio geral: *Educar a criança, velando pelo seu fortalecimento physico, ao contacto dos recursos naturaes.* (AMARAL, p.24)

Como fatores essenciais às escolas ao ar livre, o autor, destaca, em primeiro lugar, o sol, com função de “aquecimento, iluminação, antiseptia, acção trophica ou sobre o metabolismo” (AMARAL, 1932, p.25), que atuaria no corpo infantil “durante os seus folgedos e os seus exercícios fora da classe” (AMARAL, 1932, p.27). Destaca também o ar livre, que “além de supprimir a má influencia e os ricos de uma vida em ambiente confinado, mantém o tonus dos centros nervosos pelas excitações thermicas normaes vindas da pelle; trazendo uma resistência ao

frio, faz a educação dos vaso-motores e suprime as infecções” (AMARAL, 1932, p.28). O repouso, realizado após o almoço. A alimentação, que diferente das primeiras instituições do gênero, não deveria ser pautada pelo princípio da super-alimentação, uma vez que seria o cardápio mais importante do que a quantidade de alimentos consumidos. O clima, que no caso paulista, havia sido estudado por Belfort Matos, com suas variáveis como a chuva, a insolação, a pressão, os ventos e a umidade relativa. A localização do prédio escolar, sua posição no terreno, o número e tamanho das janelas, havendo ainda uma classificação específica para esse quesito: as florestais, construídas fora dos limites da cidade; e as urbanas, construídas em parques, na periferia ou no centro urbano.

Outro fator preponderante seria a educação física e a educação higiênica, “representada pela gymnastica e pelos jogos; quanto a ginástica, deve ella prover, em primeiro lugar, á ampliação thoracica, á reeducação respiratória” (AMARAL, 1932, p.32), mas os jogos eram a prática mais recomendada. Quanto à educação higiênica “há de visar a implantação de habitos sadios nas crianças”.

Em sua concepção, seria “de regra, a educadora sanitária, sob as vistas do médico, [...] encarregada de desempenhar esta parte do programa educativo da escola.” (AMARAL, 1932, p.32). Não podemos nos esquecer da posição da qual falava o Dr. João Ferraz do Amaral, uma vez que, ele fazia parte dos formandos da Faculdade de Medicina de São Paulo, entidade fortemente influenciada pela organização americana Rockefeller e responsável pelo curso de formação de educadores sanitários. Conforme os estudos de Heloísa Helena Pimenta Rocha (2003, p.142), “Instituído pelo Decreto nº 3.876, que reorganizou o Serviço Sanitário, o curso de educadores sanitários consubstanciou-se numa das expressões da nova política de saúde pública, implantada pelo Dr. Paula Souza, que tinha, na idéia de prevenção, o seu cerne.” As políticas sanitaristas de prevenção, como vimos no decorrer dessa dissertação, tinham também como preocupação a educação física da população infantil, tornando, assim, bastante plausível a indicação feita por Amaral das educadoras sanitárias como responsáveis pela educação física e educação higiênica nas escolas ao ar livre.

No Brasil, ao basear-se no texto publicado pelo médico Fabio Luz no 1º Congresso Americano da Criança, João Ferraz do Amaral afirma que “já em 1908 houvera ensaios de escolas ao ar livre, ensaios esses, porém, que se limitaram á realização de classes no

campo” (AMARAL, 1932, p.20). Afirmava também existir, na cidade do Rio de Janeiro, o representante desse tipo de instituição na Escola de Débeis Prado Júnior, em funcionamento na Quita da Boa Vista.

“Em S. Paulo, como ‘precursores’ podemos talvez apresentar as extintas Escolas 7 de Setembro, que durante alguns meses, por volta de 1920, levaram suas crianças aos parques da cidade, onde era desenvolvido o trabalho escolar” (AMARAL, 1932, p.20). O autor também faz referência a Escola da Saúde criada pelo Serviço Sanitário no Jardim da Luz em São Paulo, e ao Parque Infantil Dom Pedro II, “mantido [na época] pela Cruzada Pró-Infância, [com] superintendencia da Inspectoria de Hygiene Escolar” (AMARAL, 1932, p.20).

A primeira escola criada com o termo “ao ar livre” no Brasil foi a Escola de Aplicação ao Ar Livre Dom Pedro II, fundada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, conforme o decreto nº 10.307, de 13 de junho de 1939. Sua inauguração se deu no dia 12 de outubro de 1939, durante as comemorações da Semana da Criança.

Conforme nota publicada na “Revista de Educação”, a Semana da Criança era uma festividade, organizada pela Secretaria da Educação e Saúde Pública, e instituições filantrópicas como a Cruzada Pró-Infância, que tinha o dia 12 de outubro reservado para o *dia da raça*, no qual realizavam-se, principalmente na cidade de São Paulo, demonstrações e competições esportivas infantis. A Semana da Criança era uma forma dos discursos médicos e pedagógicos demonstrarem a população seus feitos quanto aos cuidados com a criança brasileira. Para cada dia da semana, uma comemoração e uma justificativa. Como exemplo, a semana do ano de 1938, a qual se dividiu da seguinte forma:

[dia 8] – Dia das Mães: Dar filhos fortes à sua terra é a manifestação mais nobre do patriotismo da MULHER. [dia 9] – Dia da Elevação Espiritual. [dia 10] – Dia do Lactante: Milhares de crianças morrem, entre 0 a 1 ano, às mais das vezes, pela falta de observância das noções, mais elementares de PUERICULTURA. [dia 11] – Dia do Pré-Escolar: Na idade pré escolar, consolida-se a saúde do corpo e realiza-se, a parte mais importante, da formação do caráter da criança. [dia 12] – Dia da Raça: Nação Forte é a que tem Filhos Fortes. [dia 13] – Dia da Criança que Estuda: Cada criança, que aprende a lê, é o pequeno operário que trabalha para a construção de uma Pátria Melhor. [dia 14] – Dia da Criança Asilada: Os asilos, dando abrigo a milhares de crianças, devem merecer toda a simpatia do público. [dia 15] – Dia da Criança Hospitalizada: Muitas moléstias são curáveis. A criança, o é, muitas vezes, por descuido, ignorância, pobreza. [dia 16] – Dia da Criança que Trabalha: A criança não deve crescer na indolência. Cada criança deve ter um trabalho adequado à sua idade. (SEMANA, 1939, p.74)

Nessa semana festiva, fortemente influenciada pelos discursos higienistas e eugenistas, foi a Escola de Aplicação ao Ar Livre Dom Pedro II inaugurada. Logo após os discursos da solenidade de inauguração, os alunos da Escola Superior de Educação Física “realizaram uma completa demonstração de educação physical, pelo método francês, official do governo da União”, seguida por uma outra de jiu-jitsu, “em que tomaram parte os alumnos que compõem a turma que se especialisa nesse exercício”, e para finalizar a festividade, “950 escoteiros desta capital, de Campinas, de Bauru, Garça, Rio Preto, Santo Amaro, Poá, Caveiras e outras localidades do Estado desfilaram perante as altas autoridades” (SEMANA, 1939, s/p).

É importante ressaltar o desfile realizado pelos grupos de escoteiros na cerimônia de inauguração da Escola de Aplicação ao Ar Livre, uma vez que o escotismo também tem por fundamento afastar a infância dos centros urbanos e promover o seu contato com a natureza. Sua presença na cerimônia de inauguração constituía-se como um símbolo desta relação com a natureza. A Escola de Aplicação ao Ar Livre não manteve relações diretas com o movimento escoteiro durante sua existência, no entanto no momento de sua apresentação para as entidades políticas e civis da sociedade os grupos escoteiros a prestigiaram.²⁸

²⁸ O escotismo, criado pelo inglês Baden Power, foi trazido para o Brasil já na primeira década do século XX por militares marinheiros. Em 1914 foi criado, em São Paulo, a Associação Brasileira de Escoteiros, órgão considerado como o maior responsável pela divulgação do escotismo no Estado. Na décadas de 1930 e 1940, assim como o esporte, ele foi considerado como uma atividade do campo da educação física, mas que se manteve, de certa forma, afastado das escolas. O escotismo também se tornou bastante conhecido no Brasil por causa da Associação Cristã de Moços, entidade da igreja católica responsável pela educação física e que sempre praticava e formava grupos escoteiros. Tanto o escotismo, quanto exercícios como o excursionismo e o montanhismo, são práticas que tem fortes vínculos com a natureza, mas que, no entanto, constituem temas de estudos muito abrangentes e particulares, que nos levariam por caminhos outros.

O ambiente escolhido para abrigar a Escola de Aplicação ao Ar Livre foi o do Parque da Indústria Animal²⁹, no bairro operário da Água Branca. Criado em 02 de julho de 1929, pelo então secretário da agricultura Dr. Fernando Costa, o parque configurava-se principalmente como um recinto de exposições e provas zootécnicas. Em sua inauguração, contava com diversas instalações – tanque para peixes, pequeno zoológico, baias, campo de exposição de animais, jardins e até um cinema mudo. Os prédios construídos em estilo normando foram projetados por Mário Whately, professor da Escola Politécnica de São Paulo e responsável também por desenhar o edifício do Instituto Biológico. Já os vitrais de sua entrada, em estilo art déco, foram desenhados por Antônio Gomide, reconhecido artista plástico do movimento Modernista. Em suas instalações, funcionavam seções da secretaria estadual, como as de veterinária, caça e pesca, produção animal, etc.



Figura 29: Recinto de exposições do Parque da Indústria Animal, no bairro Água Branca, em São Paulo. 1929.

Site virtual: <http://www.parqueaguabranca.sp.gov.br/Fotos.asp> Visitado em 18/02/2009.

Em seu recinto de exposições, um descampado central e margeado em uma das laterais por uma arquibancada, recebia constantes exposições agropecuárias. O parque também era considerado como um local de passeio, de diversão, isso devido a sua natureza exuberante, as

²⁹ O nome do parque por muito tempo foi Parque da Indústria Animal, sendo recentemente renomeado por Parque Fernando Costa, em homenagem a seu criador o então secretário da agricultura. Atualmente ele é popularmente conhecido como Parque da Água Branca.

suas construções nórdicas e animais exóticos. Em meio a esse cenário pitoresco, ocorreram por dezessete anos as aulas da Escola de Aplicação ao Ar Livre, popularmente conhecida na época por “escolinha”.

Ao considerar o ambiente natural como local tanto da educação, quanto da cura, seus elementos naturais passavam a servir para estes fins. Assim ocorria com o sol, com a água e com o ar, os quais foram apreciados por parte do pensamento médico como forma de um *retorno à natureza* adaptada à vida urbana. Num momento em que as cidades continuavam a crescer e em que as novas tecnologias proporcionavam à população sensações e perspectivas outras, o controle e o domínio dessas sensações se faziam necessários (SEVCENKO, 1998).

O regresso às sensibilidades já conhecidas e de certa forma idealizadas, a obediência às leis da natureza, teorias tidas como imutáveis, confortavam, e o olhar sobre a cidade como o oposto do ambiente natural tornava-se inevitável. O urbano, visto como local da degenerescência, de imundices, corroborava a perspectiva de que um parque, repleto de elementos *naturais puros*, seria um ambiente adequado para este retorno. Culpando as novas percepções advindas da vida urbana pela perda da saúde e por um processo de corrupção moral dos cidadãos, a recuperação destes caberia ao ambiente no qual as percepções já são conhecidas: um local com uma natureza controlada como, por exemplo, a do Parque da Indústria Animal.

Outras instituições, como certos grupos escolares, partilhavam do mesmo ideal quanto aos parques e para suprir a inexistência de espaços próprios para a educação física em seus edifícios escolares procuravam pelo espaço das praças e largos. Criados principalmente entre 1850 e 1920, em meio ao cenário urbano que se formava, esses espaços até então utilizados por uma elite para os seus passeios e divertimentos, nesse momento começavam a ser utilizados como propícios para as aulas de educação física.

muitos grupos escolares não possuem pátios que devem ser preferidos para aulas de physicultura. Foi o que verificou agora o Departamento de Educação Physica. Este empecilho, porém, poderá ser removido, pois todos os grupos ou escolas devem ter próximo um largo, que suppra a deficiência de local no próprio estabelecimento. (MADUREIRA, 1934, p.208)

O Parque da Indústria Animal vinha sendo utilizado pela Secretaria da Educação e Saúde Pública já há algum tempo. Em abril de 1936, por exemplo, realizou-se em suas dependências a exposição industrial e artística das escolas profissionais do Estado de São

Paulo, constando, em sua inauguração, de demonstração de ginástica realizada pelo Departamento de Educação Física.

Dentre os edifícios do parque, nenhum foi projetado para abrigar uma escola infantil. Eram utilizados pela Escola de Aplicação ao Ar Livre os pavilhões da Secretaria de Agricultura, dentre os quais funcionava em um deles o seu refeitório. As atividades escolares ocorriam em sua maioria ao ar livre e contavam com “cadeiras leves, portáteis, para alunos e professores”, espreguiçadeiras para os banhos de sol, “mesa para 4 a 6 alunos cada uma”, quadro negro portátil, material didático e “um pequeno espaço [...] reservado para a horta escolar” (DECRETO n.º 10.307, 1939, p.183).



Figura 30: ABADE, Idílio Alcântara. A escola superior de educação física de São Paulo e sua escola de aplicação ao ar livre. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 48, p. 25, set. 1941.



Figura 31: “Escola de Aplicação ao Ar Livre do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo”
REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, Rio de Janeiro, v. 2, n.13, p. 27, jan. 1945.

O Parque da Indústria Animal era tido como excelente “ambiente educativo, pelo seu aspecto bonito e agradável, suficientemente espaçoso para as atividades ao ar livre, além de possuir viveiros e outros elementos úteis à ação do educador. As aulas pod[iam] ser dadas debaixo das árvores ou em lugares agradáveis às crianças” (DECRETO n.º 10.307, 1939, p.182).

O plano de organização da Escola de Aplicação ao Ar Livre, anexo ao seu decreto de fundação, bem explicita o imaginário da época em relação à natureza, descrita como o melhor local para a educação e para o desenvolvimento orgânico dos infantes. Assim como ocorria nas colônias de férias, o ar puro e o sol eram novamente reivindicados como essenciais à saúde das crianças. O afastamento dos elementos que causavam o medo urbano, como as aglomerações e ambientes fechados, com pouca iluminação e aeração, por meio da criação de uma instituição escolar em meio à natureza, mais especificamente em um parque urbano, daria as devidas condições para o organismo infantil se desenvolver harmoniosamente. A natureza dos

parques despertaria nos alunos os sentimentos de liberdade e de alegria, transformando o aprendizado em um momento estimulante e agradável.

As escolas ao ar livre são, sem dúvida, as que dão maiores oportunidades para o desenvolvimento físico, que é a base de todas as manifestações vitais, físicas e psicológicas. A simples permanência ao ar livre, à luz e ao sol, isto é, a vida no seu mais íntimo contacto com a natureza, é elemento que por si só, vem beneficiar o organismo infantil. A respiração em um meio puro é uma necessidade e uma exigência para os organismos infantis em pleno desenvolvimento e que, no mais das vezes, principalmente nos centros urbanos, são obrigados a permanecer em lugares confinados e pouco higiênicos. Sob o ar puro e a luz, a circulação se ativa, a assimilação e a mobilidade são estimuladas e, em conseqüência, o apetite redobra, aparecem a vivacidade e a energia de movimento, acompanhadas da sensação de bem estar e de alegria. (DECRETO n.º 10.307, 1939, p.182)

O ar puro e o sol animariam o corpo infantil e em conjunto com o movimento realizado nos exercícios físicos propostos, estimulariam a respiração e, por conseqüência, a circulação sangüínea, intensificando as faculdades físicas e psíquicas das crianças e auxiliando no aprendizado dos conteúdos escolares. Era uma proposta de educação que consistia, pois, em subtrair as influências externas consideradas nefastas e anti-higiênicas tendo por finalidade deixar a natureza fazer sua obra educativa, sendo o professor aquele que reforçava as *vontades naturais* e boas existentes no interior de cada infante.

Um gênero de vida sã, num ambiente sadio, em que se cultive a atividade infantil espontânea, é o melhor meio para conservar na criança a sua saúde física e mental. [...] Se adicionarmos ainda a esses efeitos benéficos, uma educação física racional e mais atividades educativas, baseadas no interesse da criança, que venham enriquecer o conteúdo de sua experiência, teremos o ideal em educação. (DECRETO n.º 10.307, 1939, p.182)

Mantida sob jurisdição da Secção de Pedagogia e Metodologia da Escola Superior de Educação Física, a Escola de Aplicação ao Ar Livre era caracterizada como uma instituição de ensino primário experimental. “A primeira criada no Brasil deste gênero, com os laboratórios de pesquisa, controle e um pequeno hospital para o estudo e a assistência dos traumatizados, assegura um ensino teórico e prático, numa racional preparação para o futuro fisicultor” (ABADE, 1941, p.24). Ela ofereceu um profícuo campo de pesquisas pedagógicas, além de permitir que aos alunos da Escola Superior de Educação Física ganhassem experiência no ensino da educação física para crianças.

A Escola de Aplicação ao Ar Livre era um local no qual todas as concepções de ensino veiculadas pela Escola Superior de Educação Física eram aplicadas. Constituía-se como um laboratório para a formação de uma pedagogia inerente a educação física. “Um centro de alegria e atividades, onde a educação física é a base da educação integral” (ABADE, 1941, p.26,27). Lá também fizeram observações e estágios diversas turmas de alunas da Escola Normal Caetano de Campos. Como expresso por Fernando de Azevedo: “É, pois, pelo laboratório e pelas escolas anexas. – campos de aprendizagem e experimentação que as escolas normaes se pódem transformar, segundo os ideais da reforma, em verdadeiros centros de pesquisas e experiências pedagógicas” (AZEVEDO, 1934, p.95).

Quanto aos cursos oferecidos, a escola atendia ao ensino “pré-primário” e ao de “primeiro grau”, no horário das 8 às 12 horas.

[...] duas únicas classes, com 40 alunos cada uma:

k) uma pré-primária, de crianças até 6 anos

l) uma classe de primeiro grau.

As classes serão mixtas para que se pratique nela a coeducação. Ensinar desde cedo, meninas e meninos a colaborarem juntos, sem distinção de sexos, é faze-los subir pelo caminho que conduz ao ideal da vida.

Cada aluno terá uma ficha individual com dados físicos, sociais e psicológicos, onde a professora registrará toda a vida escolar da criança, acompanhando, assim, passo a passo, o seu progresso. (DECRETO n.º 10.307, 1939, p.183)

O dia do pré-primário era dividido em um primeiro momento dedicado a educação física, um segundo para atividades livres, precedido pelo repouso de 30 a 40 minutos e finalizado com o coral. Durante o tempo livre reservado, as crianças escolhiam entre as diversas atividades propostas, como a “construção em areia, brinquedos com bonecas na ‘Aldeia das Crianças’, modelagem, carpintaria, desenho livre, pinturas, recortes, bordados, dobraduras, livros de gravuras, jogos educativos sensoriais, brinquedos no gramado, etc” (DEPARTAMENTO, 1942, p.16). Demais atividades preenchiam o horário escolar, divididas em projetos e centros de interesse, com títulos como: “A arca de Noé; [...] Animais domésticos e úteis ao homem; A Bandeira Nacional; Os Indígenas” (DEPARTAMENTO, 1942, p.16), etc. Outro ponto interessante a destacar é que “os alunos [...], com permissão dos pais, receb[iam] instrução religiosa católica, por um método próprio, simples e concretizado por desenhos pedagógicos” (DEPARTAMENTO, 1942, p.16). Em ambos os ciclos “as aulas de educação física são diárias; para o pré-primário são dramatizadas ou por imitação” (DEPARTAMENTO, 1942, p.16).

Na classe pré-primária, as atividades se destinarão ao exercício físico, acuidade sensorial, linguagem, hábitos higiênicos e senso estético.

A função da professora será apenas a de orientar e estimular o comportamento das crianças, interessando-as e fazendo-as obter, através da observação e experiência, conhecimentos compatíveis com a sua idade. Não haverá programa nem horário, apenas o aproveitamento livre das iniciativas infantis.

O plano da professora tomará uma forma toda ocasional.

(...) Deverá haver grande cuidado com o lanche, que será de 20 minutos, seguido do repouso feito em esteiras, de meia hora ou quarenta minutos. (DECRETO n.º 10.307, 1939, p.183)

Ao ingressar na classe primária, aos sete anos, a criança iniciava o processo de alfabetização e de aprendizagem matemática, em acordo com as diretrizes exigidas pela Secretaria da Educação e Saúde Pública.

O programa a seguir no primeiro ano primário é, sem duvida, aquele exigido pelo Departamento de Educação. Na escola primária o que importa, é o método, para que o assunto se torne interessante e a crianças aprenda, sem perceber, brincando, sem estar presa a uma rotina que é contra a sua natureza. (DEPARTAMENTO, 1942, p.16)

O caderno de estudo do aluno Antônio Mendes de Almeida Junior nos apresenta alguns dos exercícios de alfabetização do primeiro ano do curso primário da Escola de Aplicação ao Ar Livre. Trata-se de um caderno de *primeiras letras* datado de 28 de abril a 3 de junho de 1952. Constam vários exercícios de ditados, de formação de palavras, de separação de sílabas e de invenção de sentenças a partir de algumas palavras. É importante salientar que, assim como as demais escolas ao ar livre européias e americanas, os exercícios físicos e os jogos ganhavam maior destaque nessa instituição paulistana, havendo um programa de exercícios intelectuais reduzido, em comparação aos demais grupos escolares paulistas.

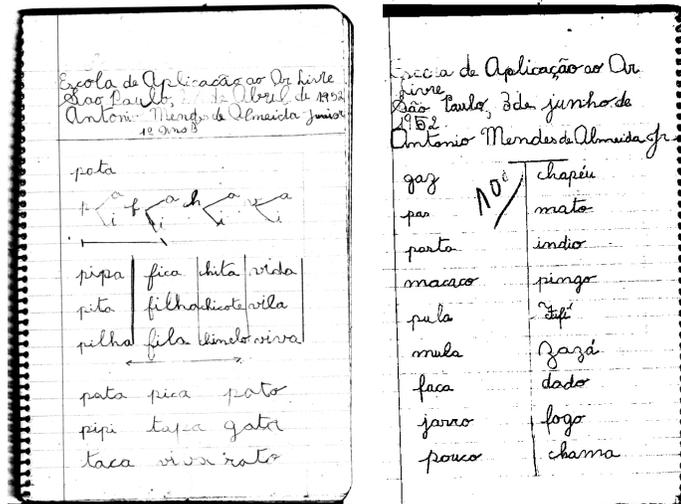


Figura 32: Caderno de estudo do aluno Antonio Mendes de Almeida Jr. 1952.
Arquivo pessoal de Joaquim Mendes de Almeida (Joca Oeiras), Oeiras/PI.

Logo na matrícula do ensino primário, os alunos eram classificados em dois tipos de fichas: “Uma, escolar com indicações minuciosas, com dados sobre a habitação, a família, e o meio onde a criança vive; dados físicos e psíquicos, gráficos do aproveitamento individual” (DEPARTAMENTO, 1942, p.19) e outra referente ao “estudo geral do organismo; compilada pelo exame médico da secção competente do Departamento de Educação Física, [...] contendo dados completos do estado geral do organismo”. A cada início de semestre o exame geral era realizado, totalizando dois ao ano, e de dois em dois meses eram feitas novas pesagens. “O resultado e estudo dos mesmos serv[iam] de base para a organização e desenvolvimento dos programas futuros de educação física” (DEPARTAMENTO, 1942, p.19). Ao iniciar o ano letivo as crianças do primário eram “divididas em três turmas homogêneas, conforme a vivacidade dos alunos, observada nos primeiros dias com aplicação de testes” (DEPARTAMENTO, 1942, p.19). Toda essa bateria de exames demonstra claramente as estreitas relações existentes entre educação escolar, higiene e medicina, e evidencia, assim, a grande influência médico-higienista presente na Escola de Aplicação ao Ar Livre.³⁰

³⁰ Em conversa informal com o irmão do aluno Antônio Mendes de Almeida Junior obtive a informação de que teria ele sido submetido a tais exames ao ingressar na Escola de Aplicação ao Ar Livre.

Nas palavras de Fernando de Azevedo, “O exame individual da criança, com a organização de sua ficha sanitária, constitue ‘o primeiro mandamento da higiene escolar’” (AZEVEDO, 1934, p.187). Esse seria um meio encontrado “não só para a defesa da população escolar contra os focos infecciosos, dos alunos doentes, como para a direção técnica da educação física, na organização de turmas homogêneas, e das cantinas e refeições escolares, na seleção dos alunos”. Ou seja, uma forma de separar para homogeneizar as turmas e classificar os alunos de acordo com critérios científicos. Era oferecido também “assistência médica e dentária, alimentação excelente, quer qualitativa, quer quantitativamente” (A ESCOLA, 1947, p.27).

São diversas as fotografias que nos apresentam as atividades realizadas na Escola de Aplicação ao Ar Livre. Em todas elas a natureza se faz presente. Seja nos exercícios físicos, seja nas aulas ministradas ao ar livre, com as mesas, cadeiras, lousa e material didático espalhados pelos jardins do Parque da Indústria Animal.

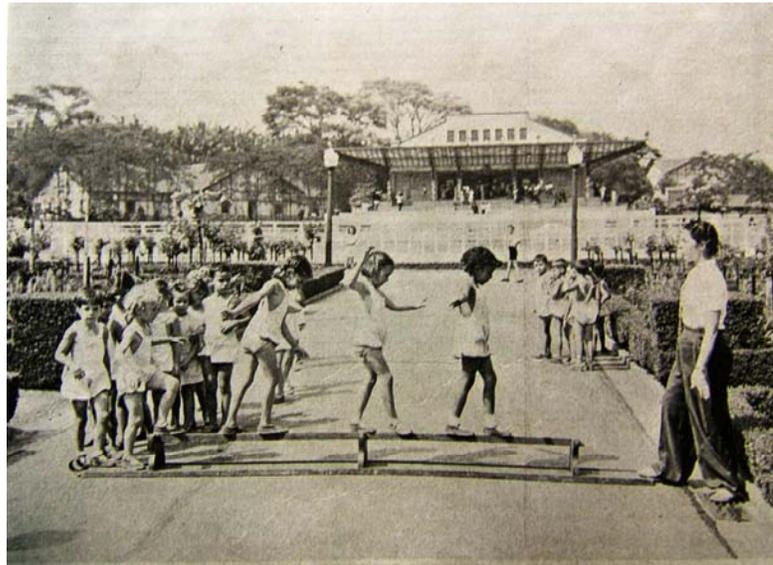


Figura 33: ABADE, Idílio Alcântara. A escola superior de educação física de São Paulo e sua escola de aplicação ao ar livre. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 48, p. 26, set. 1941.

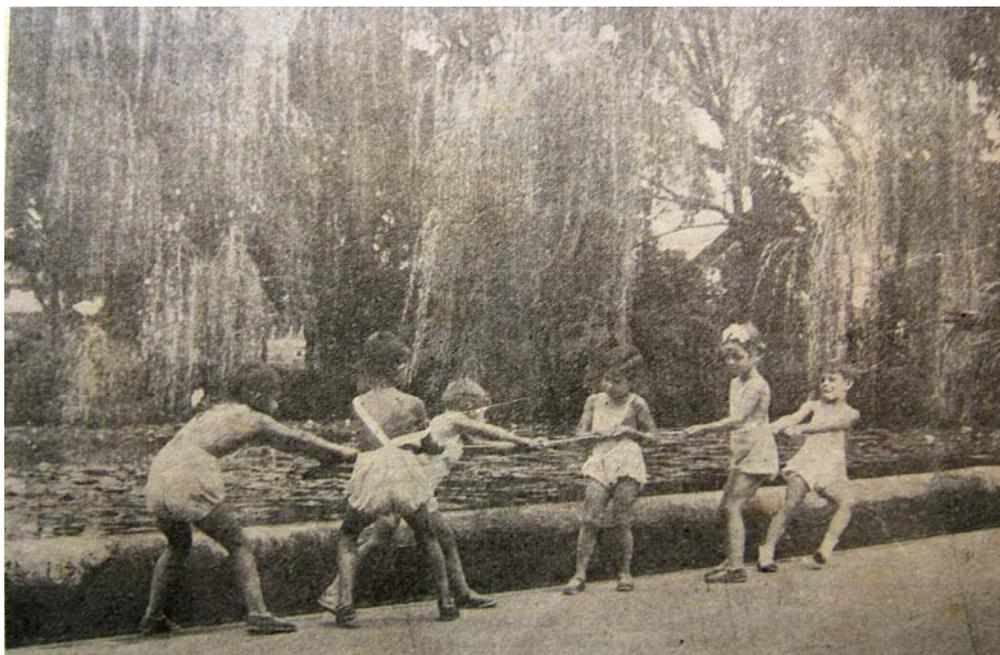


Figura 34: “Escola de Aplicação ao Ar Livre do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo - Sessão de Educação Física”.
REVISTA BRASILEIRA de Educação Física, Rio de Janeiro, v. 3, n. 29, p. 4-5, jul./ago. 1946.

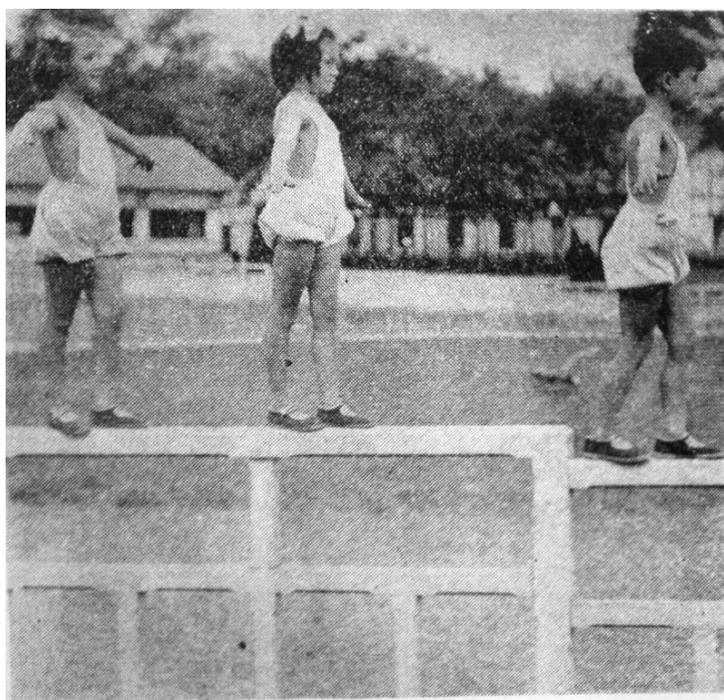


Figura 35: A ESCOLA de aplicação ao ar livre do departamento de educação física do estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, p. 27, jan. 1947.

Ao analisar os discursos referentes a Escola de Aplicação ao Ar Livre percebe-se que sua concepção pedagógica muito se apoiava nas idéias formuladas por Jean-Jacques Rousseau³¹, autor chave para compreendermos muitas questões tanto da pedagogia da Escola Nova, quanto dos escritos de George Hébert, criador do Método Natural de Ginástica.

Rousseau parte do princípio que o homem viveria cada vez mais a margem da natureza, em meios artificiais como os das cidades e que seria precisamente esta a fonte de todos os vícios e do mal. Para ele, a sociedade fez o homem romper com suas inclinações imediatas, naturais, com seus pensamentos primeiros. Neste sentido, a natureza seria uma fonte inesgotável de virtudes, provedora de um restabelecimento físico e moral, com a qual deveríamos estabelecer um contato íntimo.

Ao conceber o ambiente natural como uma forma tanto de cura quanto de educação torna-se compreensível a iniciativa da Escola de Aplicação ao Ar Livre. Exercícios físicos, banhos de sol e o contato constante com o ar constituíram um projeto de educação harmônico entre as determinações da Escola Nova e o Método Natural de Hébert. Segundo Carmen Lúcia Soares (2003, p.30):

[...] se encontra uma sintonia bastante estreita entre um ideário das escolas novas, em que se pregava a vida no campo e os benefícios trazidos pela abundância dos elementos da natureza como o ar, a água e a luz do sol, e as propostas de Hébert.

³¹ Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Miracina: Europa-América, 1976; _____. *Emilio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Embora não haja menção ao Método Natural nas fontes consultadas referentes a Escola de Aplicação ao Ar Livre, suas fotografias muito se assemelham às imagens encontradas na revista francesa “L’Éducation Physique, criada por Théodore Vienne em 1902, e editada por Georges Hébert, a qual configurou-se como uma forma de divulgar tal método.

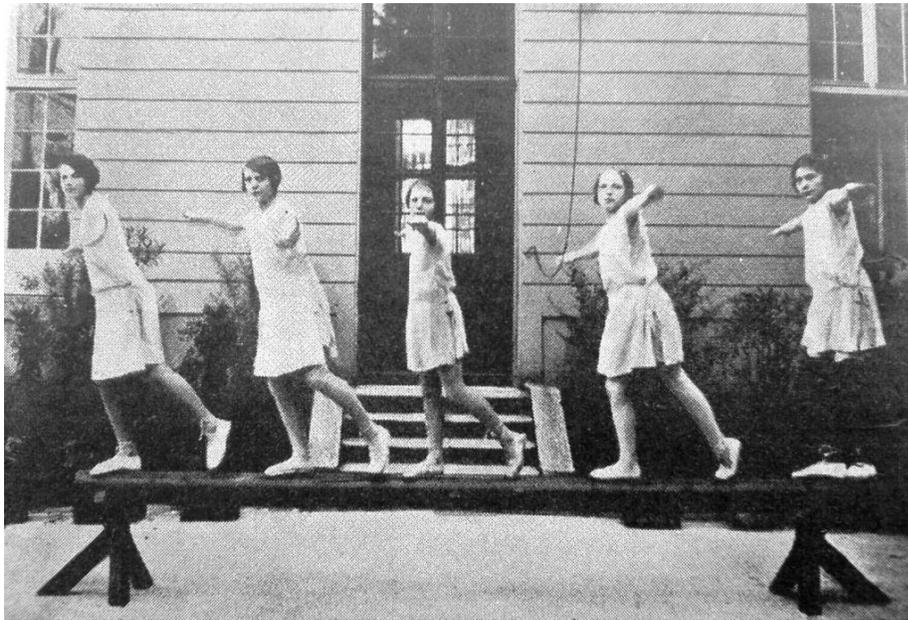


Figura 36: “Escola da Rua Poullétier em Paris”.
L’ÉDUCACION Physique. Paris, p.94, dez. 1926.

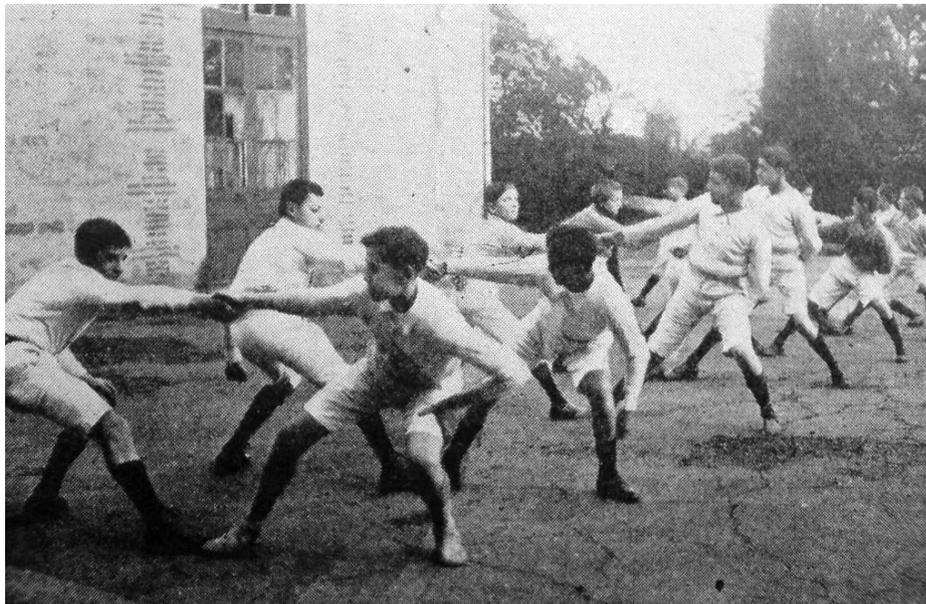


Figura 37: “Escola em Albi”.
L’ÉDUCACION Physique. Paris, p.224, jul.. 1928.

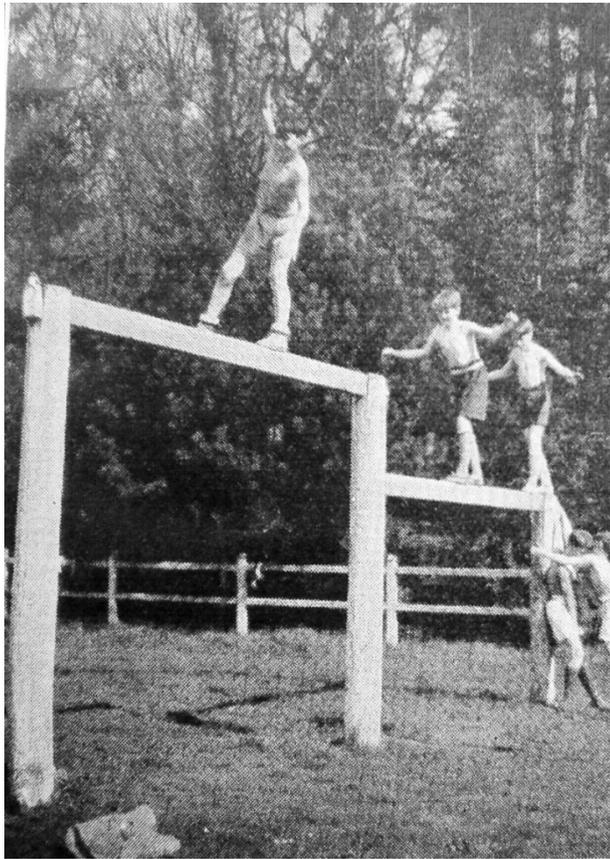


Figura 38: “Escola de Montcel”.
L' ÉDUCACION Physique. Paris, p.208, abr. 1927.

Em relação ao uniforme utilizado pelos alunos, ele era composto por um largo macacão azul, com as alças trançadas nas costas, que desciam até os quadris, deixando as pernas descobertas. Aos pés, sapatilhas azuis com ou sem meia curta. Somente nos dias mais frios era usada alguma outra vestimenta por baixo do macacão. Na parte frontal, ao nível do peito, o símbolo olímpico, com cinco anéis, estava bordado em referência à Escola Superior de Educação Física, a qual dirigia essa instituição infantil. O uniforme conferia aos alunos tanto uma maior liberdade de movimentos quanto um maior contato com o ar e a luz solar. Eram vestimentas que, ao proporcionarem uma “seminudez” aos infantes, demonstravam as influências também de um pensamento naturista³² nesse ambiente escolar.

³² A respeito das relações entre o movimento naturista e a educação física na França ver: VILLARET, Sylvain. *Histoire du naturisme en France depuis le siècle des lumières*. Paris: Vuibert, 2005. Indícios da relação entre o movimento naturista e a educação física no Brasil, podem também ser percebidos por meio da revista “Saúde e

No ano de 1947 surgem especulações de que haveria a necessidade da Escola de Aplicação ao Ar Livre mudar de endereço, visto que as instalações eram de propriedade da Secretaria de Agricultura e ela pretendia instalar um de seus departamentos no prédio utilizado pela escola:

O Brasil precisa de milhares de escolas como essas, mas, por mais paradoxal que pareça, a Escola de Aplicação está na iminência de ser fechada porque funciona em um pavilhão da Secretaria de Agricultura, que nele deseja instalar uma dependência do Departamento de Produção Animal. E, assim, se desalojam mil crianças para alojar 20 ou 30 exemplares de gado ou de suínos; são coisas que só acontecem entre nós. (A ESCOLA, 1947, p.27)

No entanto, somente em 1954, transfere de endereço e instala-se em edifício no bairro da Lapa. O prédio desenhado pelo arquiteto Roberto José Goulart Tibau, foi construído em decorrência de um acordo estabelecido entre a prefeitura de São Paulo e o Estado. Tal acordo ficou conhecido sob a designação de Convênio Escolar³³. Seu projetista, carioca formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, após ter estagiado no escritório de Oscar Niemeyer, foi para São Paulo em 1949, com o objetivo de trabalhar em uma construtora, só que terminou por ser entrevistado pelo arquiteto Hélio Duarte, então encarregado de formar a equipe para o Convênio Escolar.

O embrião da proposta do convênio tem origem no trabalho do educador baiano Anísio Teixeira, um dos pioneiros do movimento da Escola Nova. Já em 1931, quando secretário da educação do Estado do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira idealizou o que chamaria de parques-escolares, construções em meio a um vasto ambiente de natureza, no qual seriam realizadas a educação física, musical e os diferentes serviços assistenciais. Entretanto essa proposta arquitetônica de uma educação integral na prática não se efetivou no Rio de Janeiro. Apenas em 1950, como secretário da educação do Estado da Bahia teve a oportunidade de tirar do papel a referida idealização, com a ajuda dos arquitetos Diógenes Rebouças e Hélio Duarte. Dos dez edifícios previstos, apenas o Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi construído, sendo até hoje considerado um marco da pedagogia nova.

Nudismo”, a qual traz em uma de suas edições um artigo destinado a ginástica. Tal exemplar pode ser encontrada no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP.

³³ A respeito do Convênio Escolar ver: LIPAI, Alexandre Emílio. Uma arquitetura para o fluir da vida. *Integração*. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, v. X, n. 37, p. 137-143, abr./mai/jun. 2004. e DÓREA, Célia Rosângela Dantas. *Anísio Teixeira e a organização do espaço escolar*. Tese de doutorado em Educação. São Paulo: PUC-SP. 2001, entre outros.

Durante a existência do Convênio Escolar, de 1948 a 1955, foram projetadas inúmeras escolas, assim como teatros populares (nos bairros da Móoca, Vila Mariana e Santo Amaro), parques infantis, centros de saúde, bibliotecas e o planetário no parque Ibirapuera. Sessenta e cinco edifícios escolares foram construídos, entre eles o da Escola de Aplicação ao Ar Livre. Eram construções que quebravam com os modelos ecléticos da escola monumento, majestosa e austera, cedendo lugar a uma escola horizontal, em meio a jardins e gramados. Era uma arquitetura moderna, que refletia em concreto toda a ideologia pedagógica da Escola Nova, com traçado aberto, limpo e simples, que oferecia espaço propício para as aulas de Educação Física. Após ter sido legalizada e legitimada enquanto disciplina escolar, a educação física, ganhava espaço específico nas novas construções. O prédio escolhido para abrigar a escola infantil mantida pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo contava com espaços para pequenas hortas, viveiros, educação física, laboratório de fisiologia, assistência social, gabinetes médico e dentário, sala de dança e palco.

No que diz respeito às construções escolares, apesar de ser atribuída a Anísio Teixeira a inovação sobre o assunto, outros intelectuais da educação também a elas se dedicaram. Fernando de Azevedo, em sua obra “Novos caminhos e novos fins”, de 1934, reservou um capítulo específico intitulado “O problema dos prédios escolares”. Logo no início do texto, Azevedo já expõe que a Escola Nova necessitava de novos tipos arquitetônicos de edifícios escolares. Eles deveriam diferenciar-se daqueles com “fachada imponente e de grande volume de massas, com pequenas áreas internas e reduzido espaço para recreios, com suas salas de aula mal arejadas e iluminadas, apertadas entre corredores e vestibulos” (AZEVEDO, 1934, p.226), diferenciar-se dos edifícios em estilo eclético, monumentais, que remetiam a uma pedagogia tradicional e a um passado elitista da educação. Os novos prédios deveriam contar com “salas de clínica e assistência dentária; o pavilhão de gymnastica ou gymnasio, o museo, a bibliotheca e as oficinas de trabalhos manuaes e de pequenas industrias” (AZEVEDO, 1934, p.227). Seu ambiente deveria conter “a agua viva, na fonte, nas piscinas ou nos tanques de vadear, os jardins e as arvores, que a circumdam e a emmolduram” (AZEVEDO, 1934, p.228). Seu terreno seria afastado das ruas e sua construção completamente isolada das adjacentes por árvores, cercas vivas ou jardins. O ambiente da escola seria tanto melhor quanto mais ela fosse localizada no interior de parques e praças ajardinadas, ou então em locais afastados dos centros urbanos.

Essa política educacional expressava idéias médico-higienistas sintonizadas com preceitos naturistas de cura, educação e, assim, evidenciava formas de assegurar um maior contato com o ambiente natural, construindo um espaço isolado da cidade. Os elementos naturais, como o ar filtrado pela cerca viva formada pelas copas das árvores, o sol em contato com a pele das crianças, tudo isso asseguraria uma *proteção natural* contra doenças como, por exemplo, a tuberculose. Essa mudança na concepção da arquitetura escolar não se impôs apenas determinada pelas inovações pedagógicas, mas também por exigências associadas ao positivismo científico, ao naturismo, ao movimento médico-higienista, ao taylorismo, entre outras. O projeto consistia principalmente na união do educador, do médico e do arquiteto.

Outro ponto levantado por Fernando de Azevedo (1934, p.230) foi que “como todo o predio destinado á escola, deve ser, por isso mesmo, em sua propria estrutura, um 'ambiente educativo', a todos os respeitois, é preciso imprimir á architectura escolar o cunho que provém de nossa origem, de nossa evolução historica e das condições ambientes”. O autor defendia uma arquitetura que resgatasse uma origem brasileira, que exaltasse o sentimento de pertencimento a uma nação com um passado heróico. “Esse caracter tradicional, tanto nas suas linhas architectonicas, como na decoração de seus interiores, contribuirá para manter e desenvolver o 'sentido de brasilidade', pela consciencia das tradições restabelecidas numa architectura de cunho nacional, rica de sugestões históricas”.

As paredes das escolas, que pelo seu próprio traçado já imprimiam discursos, também serviram nessa época, da ditadura populista de Getúlio Vargas, como base para se pendurar a bandeira nacional, as imagens de homens ilustres, os símbolos da religião e da ciência, máximas morais e higiênicas e o relógio, expressando assim, toda uma instrumentação da escola a serviço de ideais nacionais, religiosos, científicos e morais. Como observa Agustín Escolano:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os da ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (ESCOLANO, FRAGO, 1998, p.26)

A Escola de Aplicação ao Ar Livre que nasceu em um espaço cedido pela Secretaria da Agricultura, no bairro operário da Água Branca, oferecia a seus alunos todos os ideais de uma pedagogia baseada na natureza: sol, ar puro, água, jardins. No entanto, não contava com uma arquitetura específica para essa pedagogia, fator esse suprido pelo Convênio Escolar em 1954, o qual projetou um edifício específico para a sua instalação.



Figura 39: Fotos do Grupo Escolar Experimental (1959), antiga Escola de Aplicação ao Ar Livre.

Fotos cedidas pelo ex-aluno, Dr. Daniel David, ao site:
http://eedredmundodecarvalho.vilabol.uol.com.br/Page_14x.htm
 Visitado em 18/02/2009

A década de 1950 representou uma nova reestruturação do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, o qual sofreu uma fusão, em 29 de setembro 1954, pelo decreto nº 2.749, com a Diretoria de Esportes. Evento esse que repercutiu em todas as atividades mantidas pelo DEF-SP. Já em 1956, dois anos após ser transferida para o prédio construído pelo arquiteto Roberto José Goulart Tibau, a Escola de Aplicação ao Ar Livre foi desvinculada da Escola Superior de Educação Física de São Paulo. O decreto nº 25.596 de março de 1956 subordinou a Escola de Aplicação ao Ar Livre a Secretaria da Educação, substituindo-a, por meio do seu artigo 1º pelo Grupo Escolar Experimental. Em homenagem ao seu idealizador, recebeu em 1963, por meio do decreto nº 42.475, o nome de Grupo Escolar e Ginásio Experimental Dr. Edmundo de Carvalho, consolidando-se como uma instituição modelo, que servisse de campo para a experimentação de novos métodos educacionais. Em 1999, ela deixa de ter caráter experimental obtendo um projeto pedagógico de acordo com as demais escolas do Estado.

Ainda uma pequena reflexão...

É expressiva a constatação de que a educação física ganhava maiores proporções justamente quando as cidades começavam a crescer e se sanear. Foi nesse momento, das primeiras décadas do século XX, que ela se afirmou e conquistou seu espaço enquanto prática curativa e preventiva. Tendo na natureza a sua idealização e, na ciência o seu respaldo, a educação física, especialmente na década de 1930 e 1940 floresce no ambiente urbano como uma prática preventiva, a qual, assim como a cidade que se viu necessitando de remodelações, via no corpo um organismo que também carecia de intervenções para melhor se desenvolver.

Em um momento que a cidade começava a se mostrar ameaçadora, a provocar medo e angústia, e que o discurso médico cada vez mais exaltava os malefícios do ambiente urbano na saúde da população, a natureza é compreendida como um refúgio saudável para a vida inebriante e moralmente corrompida da cidade moderna. O ideário era, basicamente, o de que, as viagens e estadias a beira mar, na montanha e no campo, a permanência ao ar livre, o afastamento das doenças pelo uso da luz solar, o reforço das defesas do organismo pelo contato com os elementos naturais, tudo isso, auxiliaria na formação de um corpo infantil perfeitamente adaptado à vida urbana.

Instituições como as colônias de férias, os parques infantis e as escolas ao ar livre prontamente se instalam nesses ambientes repletos de elementos naturais, seja na montanha, no campo, no litoral, seja nos parques urbanos. Imbuídas de valores higiênicos e eugênicos, essas instituições estabeleceram programas de atividades que visavam garantir, tanto a profilaxia, quanto a prevenção de doenças, como a tuberculose, e o combate dos hábitos tidos como anti-higiênicos, como o consumo de álcool. Direcionadas à população infantil elas faziam parte uma rede de instituições extra-escolares especializadas na assistência à infância e que tinha nos movimentos sanitarista, higienista e eugenista seus maiores defensores.

Responsáveis por ocupar o tempo livre dos filhos de operários, em sua maioria imigrantes, com exercícios físicos como o esporte, a ginástica, os jogos recreativos e práticas

terapêuticas como a climatoterapia, helioterapia, hidroterapia, os discursos referentes a essas instituições preocupavam-se em formar uma população única, uma “raça brasileira”, de corpo forte, preparada para o trabalho e para defesa do país.

Ancorados em valores patrióticos, esses discursos, concebiam a natureza brasileira, reordenada pelos preceitos científicos, tanto como uma fonte de beleza para o espírito, quanto, benévola para corpos com físicos debilitados e mentes esgotadas. Era também nessa natureza “genuinamente” brasileira, e não naquela pejorativamente adjetivada de “tropical”, responsável pelos males da população rural, que as colônias de férias, parques infantis e escolas ao ar livre se instalam em cidades de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Avessa ao ambiente da rua, considerado como reduto da criminalidade, os discursos médicos e pedagógicos que justificavam a construção de tais instituições, defendiam a substituição dos divertimentos infantis realizados na rua por atividades orientadas de caráter médico-pedagógico, em locais especialmente construídos para esse fim. O tempo que sobra das horas diárias, na escola e na fábrica, e até mesmo o momento de férias, seriam preenchidos com atividades programadas. O tempo que sobrava das obrigações diárias e mesmo os divertimentos antes livres, eram configurados e contabilizados em horas, dias e semanas específicas, separando-se da vida para se transformar no tempo “extra” - extra-escolar, extra-trabalho - devidamente preenchido.

Poderíamos dizer que, entre tantos temas e reflexões que esta pesquisa permitiu vislumbrar, as relações estabelecidas entre a educação física e a natureza no início do século XX em São Paulo, foram certamente os mais visíveis. No entanto, advirto ao leitor tomar as análises e estudos aqui formulados não como decisórios, conclusivos, mas, sim como introdutórios, pois como nos ensina March Bloch (2002, p.75), “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”. Por fim, prefiro a possibilidade de fontes outras, de novas análises e aberturas para pesquisa a se seguirem do que uma conclusão.

Referências

1 - Arquivos consultados:

Biblioteca da Escola de Direito da USP,
 Biblioteca da Faculdade de Educação da USP,
 Biblioteca da Escola de Educação Física e Esporte da USP,
 Biblioteca da Faculdade de Educação Física da UNICAMP,
 Centro de Memória da UNICAMP,
 Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP,
 Coleções Especiais e Obras Raras da Biblioteca Central Cesar Lattes da UNICAMP,
 Instituto de Estudos Educacionais Prof. Sud Mennucci (Centro do Professorado Paulista).

2 - Bibliografia do período de 1890 – 1960:

2.1 - Livros:

ALVARO, Guilherme. *A campanha sanitária de Santos: Suas causas e seus efeitos*. São Paulo: Serviço Sanitário do Estado de São Paulo/Casa Duprat, 1919.

AZEVEDO, Fernando. *Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. 3ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

_____. *Novos caminhos e novos fins*. São Paulo: Editora Nacional 1934.

AYRES, Leonard P. *Open-air schools*. Nova Iorque: Doubleday, 1910.

FERRAZ, Mario de Sampaio. *Campos do Jordão*. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. 3ed. 1940.

HUMANITÁRIA (1979 – 1959). Santos: Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio, Edição Especial, 1959.

KHEL, Renato. *Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1922.

MARINHO, Inezil Penna. *Educação Física, Recreação e Jogos*. 3ed. São Paulo: Companhia Brasil Editora Nacional, 1981.

- MATTOS, J. N. B.. *Estações climatéricas de São Paulo: Campos de Jordão; Prata; Lindoya*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1928.
- _____. *Campos do Jordão*. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1924.
- _____. *Em defesa do clima de São Paulo*. São Paulo: Serviço de Meteorologia do Estado de São Paulo, 1910.
- _____. *Breve notícia sobre o clima de São Paulo*. São Paulo: Serviço de Meteorologia do Estado de São Paulo, 1906.
- MIRANDA, Nicanor. *A harmonia entre o corpo e o espírito*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1945.
- NEIVA, Arthur. In: SANTOS, Eurico. *Pássaros do Brasil* (vida e costumes). Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1940. (1920) *Coletânea*. Rio de Janeiro: s/ed.,1940.
- _____. In: SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.
- _____. (1929) *Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no Brasil*. 2ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.
- _____. *Daqui e de longe...: crônicas nacionais de viagem*. São Paulo: Impressora Melhoramentos de São Paulo, 1927.
- _____. (1920) *Coletânea*. Rio de Janeiro: s/ed.,1940.
- NOGUEIRA, Oracy. *Vozes de Campos do Jordão* (experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo). São Paulo: Sociologia. 1950.
- PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1923.
- _____. *O clamor da verdade*. Rio de Janeiro: Typografia Revista dos Tribunaes, 1921.
- _____. Prefácio. In: KHEL, Renato. *Eugenia e Medicina Social: Problemas da vida* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.
- SAMPAIO, Theodoro. *Notas de Viagem*. São Paulo: Typografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1893.
- TAUNAY, Affonso de. Duas Palavras de desvaliosa apresentação. In.: NEIVA, Arthur. *Daqui e de longe...: crônicas nacionais de viagem*. São Paulo: Impressora Melhoramentos de São Paulo, 1927.

2.2 - Artigos de Periódicos:

3.º CONGRESSO de escolas ao ar livre. *Revista de Educação*. São Paulo, v.17/18, p. 164-166, mar/jun. 1937.

“EDUCAÇÃO física”. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v.4, n. 30, p.32, mar. 1936.

A ASSOCIAÇÃO de professores de educação física de São Paulo e suas atividades. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v.5, n. 31, p. 16-17, mai. 1936.

A ESCOLA de aplicação ao ar livre do departamento de educação física do estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 34, p. 27, jan. 1947.

A ESCOLA superior de educação física de São Paulo, em estágio na Escola de Educação Física do Exército. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 19, p. 20-23, fev. 1935.

ASSOCIAÇÃO de professores de educação física do estado de São Paulo. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v.4, n.25, p. 25, ago. 1935.

BRANCO, Pacifico Castello. Técnica dos banhos de sol. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 30-31, jun. 1933.

BOIGEY, Mauricio. A influencia higienica do mar e dos banhos de mar. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 70-73, dez. 1937.

BONORINO, L. Lopes. São Paulo e os centros de ferias. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p.14-16, jun. 1933.

_____. Fernando de Azevedo e a educação física. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, s/p mar. 1933.

CASTRO, Maria Antonieta. A higiene escolar no Uruguai e na Argentina. *Revista de Educação*. São Paulo, v. 6, p. 116-129, jun. 1934.

COLÔNIA de férias dos escolares da cidade de Araraquara. *O Estado de São Paulo*. 12 de nov. de 1939.

COLÔNIAS de férias e colônias educacionais. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 78, p. 18-22 abr. 1944.

COLÔNIAS de férias para filhos de operários. *Revista de Educação*. São Paulo: Imprensa Oficial, v. 24, p. 92-94, março de 1941 a junho de 1943.

COLÔNIAS de férias. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 13, p.3-6 dez. 1933.

DESBONNET, Edmundo. Crítica ao método natural de Georges Hébert. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 33-36, jan. 1940.

- GUELLI, Oscar Augusto. O professor como educador sanitário. *Revista de Educação*. São Paulo: Tipografia Garraux, v.1, p. 102-107, mar. 1933.
- HÉBERT, Georges. O esporte dentro da educação física. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 62, p. 12-13 e 48, jan./fev. 1942.
- _____. Expressões técnicas de educação física -distinções entre “esporte”, “educação física”, e “ginástica”. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 61, p. 10-11 e 61-62, dez. 1941.
- _____. Os perigos físicos do esporte: erros e preconceitos concernentes à especialização. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 58, p. 10-11 e 61-63, set. 1941.
- _____. Os perigos sociais do esporte. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 57, p. 10-11 e 66-67, ago. 1941.
- _____. Os perigos morais do esporte. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 30-32 e 57-59, jul. 1941.
- HISTÓRICO do departamento de educação física do estado de São Paulo, de 1931 a 1934. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 31, p.40, mai. 1936.
- KEHL, Renato. A luz solar. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 55, p. 44. jun. 1941.
- _____. O banho. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 61, p.26-28, dez. 1941.
- KELLY, Celso. A guerra à zona rural. *Revista de Educação*. São Paulo: Tipografia Garraux, v.2, p.15-33, jun. 1933.
- MADEIRA, Almir. Colônias de férias. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, p.18-19, out. 1933.
- MADUREIRA, José. Educação Physica infantil inexistente nas escolas primarias de São Paulo? *Revista de Educação*. São Paulo, v.8, n.8, p. 208-210, dez. 1934.
- MAIA, J. de Seixas. A tuberculose nas escolas. *Vida e Saúde*. Santo André. v.2, n.6, p. 12, jun. 1940.
- MIRANDA, Nicanor. O significado de um parque infantil em Santo Amaro. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 46, p. 3-4, out. 1939.
- _____. Recreação para a criança santista. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 47, p. 10-11, dez. 1939.
- MORAIS, Maria de Lourdes. Parque infantil e sua organização. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 48, p. 47-49, mar. 1948.

OLIMPICUS. Origens do futebol paulista. *Revista do IV Centenário de São Paulo*. n.1, set., 1954.

PICCHIA, Menotti Del. No Miramar... *A tribuna*. Santos/SP, 24 de jul. de 1919.

RAMOS, Jair Jordão. Campos e colônias de férias: crítica amigável e alguns conselhos de práticas. *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, v.5, n. 57, p. 6-8, dez. 1948.

ROMANO, Italo. Uma formula de saude: “ar-sol”. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 51-52, nov. 1938.

SANCHEZ, J. Maria. A eletricidade do mar. Radiações de caracter múltiplo fazem com que o mar seja um excellent tonico para a saúde physica e mental. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 12, 26-28, nov. 1937.

SEMANA da criança. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de out. de 1939.

SEMANA da criança. *Revista de Educação*. São Paulo v. 23/26, p.74-75, 1939.

SENTIDO educacional das colônias de férias. *Boletim da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*. São Paulo, v.1, n.1, p. 5-9, ago. 1951.

TERRIZANO, Victor M. Banhos de mar. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 14, p.28-29, jan. 1938.

TOTTA, Mário. Exercícios. *Vida e Saúde*. Santo André, v.7, n.11, p.11, nov. 1945.

_____. Serra ou mar? *Vida e Saúde*. Santo André, v.5, n.1, jan. 1943.

UMA REUNIÃO significativa. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 de jun. de 1935.

2.3 - Anais de Congressos, Relatórios e Teses

AMARAL, João Ferraz do. *Escolas ao ar livre*: contribuição para o estudo do problema da hygiene escolar em São Paulo. Tese de Doutoradoo. Faculdade de Medicina de São Paulo, São Paulo: Estabelecimento Graphico Rossolillo, 1932.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro, Anais. Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1929.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGIENE, 5., 1929, Recife, Annaes. Recife: Sociedade Brasileira de Higiene, 1929.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Relatório de 1942*. 1942. (Centro de Memória Unicamp, Fundo Otília Foster).

ENGE, Arne. A organização dos serviços do departamento de educação física do Estado de São Paulo. In.: *Anais do VII congresso nacional de educação*. Rio de Janeiro: S.I., 1935.

FOSTER, Otília. Relatório de 1943. Manuscrito, 1943. (Centro de Memória Unicamp, Fundo Otília Foster).

RIBEIRO, Ermida Vidal. Educação física infantil. In.: *Anais do primeiro Congresso Paulista de Educação Física*. São Paulo, 1940.

2.4 - Decretos:

(BRASIL) Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. (Reforma Francisco Campos). Organização do Ensino Secundário. Ministério da Educação e Saúde Pública, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1931.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 4.855, de 27 de janeiro de 1931. Cria o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. *Boletim de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p.85, 1944.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 5.828, de 4 de fevereiro de 1933. Reorganiza a Diretoria Geral de Ensino, transformando-a em Departamento de Educação; transfere para este os serviços do Departamento de Educação Física, que fica extinto; cria o Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar, o Fundo Escolar, a Bolsa Viagem ou de Estudos, o Museu Central e o Conselho de Educação. *Revista de Educação*. São Paulo, v.1, p. 265-266, mar. 1933.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 5.884, de 21 de abril de 1933. Código de Educação do Estado de São Paulo. *Código de Educação do Estado de São Paulo*. São Paulo, p.29-34, 1933.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 6.440, de 16 de maio de 1934. Restabelece o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. *Revista de Educação*. São Paulo, v. 5, n. 6, p.257-259, jun, 1934.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 6.583, de 01 de agosto de 1934. Regulamenta o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 7, p.203-217 set, 1934.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 9.605, de 12 de outubro de 1938. Reorganiza o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. SET: *coletânea de leis e decretos*: legislação atualizada até dezembro de 1977, São Paulo, p. 120-121, 1978..

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 10.243, de 20 de maio de 1939. Dispõe sobre a educação física no Estado. *Revista de Educação*. São Paulo, v. 23/26, p. 178-179, set/dez e mar/jun, 1939.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 10.302, 13 de junho de 1939. Transfere a Inspeção Geral de Educação Física para o Departamento de Educação Física. *Revista de Educação*. São Paulo, v. 23/26, p. 179-180, set/dez e mar/jun, 1939.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 10.307, 13 de junho de 1939. Cria uma Escola de Aplicação ao ar livre. *Revista de Educação*. São Paulo, v. 23/26, p. 181-184, set/dez e mar/jun, 1939.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 10.409, de 04 de agosto de 1939. Cria a Diretoria de Esportes. *Boletim de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p.87, 1944.

3 - Referências Bibliográficas:

BERTOLLI FILHO, Claudio. História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900 – 1950. Tese de doutorado, FFLCH – USP, 1993.

BLOCH, Marck. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar editora Ltda, 2002.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARVALHO, Sérgio. *Hora da Ginástica: resgate da obra do professor Oswaldo Diniz Magalhães*. Santa Maria: UFSM, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

DANAIOLOF, Kátia. *Crianças na trama urbana: as práticas corporais nos parques infantis da São Paulo dos anos de 1930*. Tese de doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2006.

Corpos e cidades: lugares da educação. Dissertação de mestrado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. *Corpos e cidades: lugares da educação*. Dissertação de mestrado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2002.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELAPLACE, Jean-Michel, *George Hébert: Sculpteur du corps*. Paris: Vuibert, 2005.

- DÓREA, Célia Rosângela Dantas. *Anísio Teixeira e a organização do espaço escolar*. Tese de doutorado em Educação. São Paulo: PUC-SP, 2001.
- ECO, Humberto. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ESCOLANO, Agustín; FRAGO, Antonio Viñao. *Currículo, espaço e subjetividade*. Rio de Janeiro: PD&A, 1998.
- FERNANDES JUNIOR, Rubens; LIMA, Michael Robert Alves de; VALADARES, Paulo. *B. J. Duarte: caçador de imagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2007
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978 – 1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008
- _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- GNECCO, J. R. *Reforma Universitária e a USP: a integração da Escola de Educação Física em 1969*. Tese de doutorado em educação, São Paulo: USP, 2005.
- HASSE, Manuela. *O divertimento do corpo: corpo, lazer e desporto na transição do séc. XIX para o XX, em Portugal*. Lisboa: Ed. Temática, 1999.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- LEMO, Carlos Alberto Cerqueira. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.
- LINHALES, Meily Assbú, *A escola, o esporte e a “energização do caráter”*: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- LIPAI, Alexandre Emílio. Uma arquitetura para o fluir da vida. *Integração*. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, v. X, n. 37, p. 137-143, abr./mai/jun. 2004.
- LOURDES, Fernando Costa de. *Antonio Boaventura da Silva: o professor e suas concepções sobre a Educação Física nas décadas de 1940 – 1970*. Dissertação de Mestrado. PUC – São Paulo, 2007.
- LUZ, Madel Terezinha. *Nacional, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- MANN, Thomas. (1924) *A montanha mágica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MASTROROSA, Adriano. *Departamento de Educação Física, Escola Superior de Educação Física e Associação dos Professores de Educação Física: o ordenamento da Educação Física no*

Estado de São Paulo no início da década de 1930. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação – PUC-SP, 2003.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritmos da vida privada. In.: PERROT, Michelle (Org.). *História de vida privada: da revolução francesa a primeira guerra*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

NICOLINI, Henrique. *Tietê: o rio do esporte*. São Paulo: Phorte Editora, 2001.

PAULO FILHO, Pedro. *A história de Campos do Jordão*. Aparecida/SP: Santuário, 1977.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 -1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAUCH, Andre. As férias e a natureza revisitada. In: CORBIN, Alain. *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001.

_____. *Vacances em France: de 1830 à nous jours*. Paris: HACHETTE Littératures, 2001.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918 – 1925)*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2003.

RODRIGUES, Jaime. A “alimentação racional”: uma proposta de mudança nas práticas alimentares durante o Estado Novo (1937-1945) In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., São Leopoldo, 2007. São Leopoldo/RS: Oikos, 2007, (CD-ROM).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emilio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Miracina: Europa-América, 1976.

SANTOS, Jorge Artur dos, *Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890 - 1947)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: _____ (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v.3.

SILVA, André Luiz dos Santos. *A perfeição da carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl – 1917 a 1929*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SOARES, Carmen Lúcia. Georges Hébert e o método natural: Nova sensibilidade, nova educação do corpo. *Revista brasileira de ciências do esporte*. Campinas/SP: CBCE, v.25, n.1, set. 2003.

_____. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. 2ªed. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

SOARES, Carmen Lúcia; GLEYSE, Jacques. La constitution d'une pédagogie de l'hygiène au Brésil comme système de contrôle (fin du XIXème siècle - 1931). *Revue internationale des sciences du sport et de l'éducation physique*, v. 74, p. 47-68, 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto: a 'eugenia negativa' e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Khel (1917-1932)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006.

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VIGARELLO, Georges. *Du jeu ancien au show sportif: la naissance d'un mythe*. Paris: SEUIL, 2002.

_____. *História das práticas de saúde: a saúde e a doença desde a Idade Média*. Lisboa: Notícias Editoriais, 2001.

_____. *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VILLARET, Sylvain. *Histoire du naturisme en France depuis le siècle des lumières*. Paris: Vuibert, 2005.